

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

Análise da Implementação e Gestão dos Projetos Ambientais em Moçambique, o caso do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai, subsídios às políticas públicas.

Joaquim Rafael Machava

Orientadora: Professora Dra. Magda Adelaide Lombardo

Co-Orientadora: Professora Dra. Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Curso de Pós-graduação em Geografia-Área
de Concentração em Organização do
Espaço, para a obtenção de Título de Mestre
em Geografia

Rio Claro

Novembro de 2006

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Magda Adelaide Lombardo
(Orientadora)-IGCE/UNESP/Rio Claro

Prof. Dr. Archimedes Perez Filho
IG/UNICAMP/ Campinas (SP).

Antônio Carlos Vitte
IG/UNICAMP/ Campinas (SP).

Aluno

Joaquim Rafael Machava

Rio Claro, 16 de Novembro de 2006.

Resultado: **Aprovado**

551.4+ Machava, Joaquim Rafael

M149a Análise da implementação e gestão de projetos ambientais em Moçambique, o caso do plano integrado de desenvolvimento para a praia de Xai -Xai, subsídios às políticas públicas / Joaquim Rafael Machava. – Rio Claro: [s.n.], 2006
159 f.: il., tabs., quadros, fotos., mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

Orientadora: Magda Adelaide Lombardo
Co-orientadora: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

1. Geografia física – Aspectos ambientais. 2. Gestão ambiental. 3. Comunidade local. 4. Desenvolvimento transformacional. 5. Educação. I. Título.

DEDICATÓRIA

À Santíssima Trindade,

Em especial Aos meus defuntos,

Aos meus pais,

À minha Esposa,

Aos meus filhos e

A todos os amigos,

Dedico este trabalho!

A G R A D E C I M E N T O S

Muitas instituições e pessoas maravilhosas me deram créditos de que era capaz de participar com tenacidade e bravura no processo de produção científica e, por conseguinte, alcançar mais um grau acadêmico.

Para o efeito, foi necessário tomar decisões ímpares e corajosas para corresponder à expectativa e participar dum processo que exigiu que se defrontassem, com determinação e certeza de transpor, os desafios da vida e a resistência ecológica a ela inerente.

Um papel bastante importante e decisivo para esta odisséia foi desempenhado pela “The Africa America Institute”, em Moçambique.

O estímulo inicial foi me transmitido por aquele Institute ao difundir, através do Jornal Savana, do dia 6 de Fevereiro de 2004, que o International Fellowship Fund (IFF) e a Fundação Ford, através do Foundation International Fellowship Program (IFP), tinham compromisso com pessoas oriundas de camadas sociais menos favorecidas e, por isso, excluídas de cidadania. Um compromisso materializado através da concessão de bolsas de estudos para a pós-graduação em qualquer parte do Mundo.

Compromisso ilustrado na missão daqueles organismos e expresso da seguinte forma:

Em todas as regiões em desenvolvimento do mundo, pessoas talentosas e compromissadas têm sido sistematicamente privadas das vantagens da educação superior devido a condições de pobreza, gênero, etnia, raça, casta, religião, idioma, isolamento geográfico, instabilidade política ou deficiência física. No entanto, na atual economia ‘centrada no conhecimento’, existe uma necessidade premente de pessoas com formação superior e competências especializadas para ajudar a lidar com a pobreza, doenças endêmicas e epidemias, degradação ambiental e outros problemas cruciais. Também, parece óbvio que tais pessoas com formação universitária deveriam provir, ter vivido e trabalhado nas comunidades em que esses problemas são mais graves. ¹

Ao Painel de selecção de bolseiros do ciclo 2004 em Moçambique vão os meus profundos agradecimentos e reconhecimento pela forma competente, transparente e isenta com que orientou o processo de selecção, no final do

¹ . Joan Dassin, Diretora executiva do International Fellowships Fund, da Fundação Ford intervindo no 1º encontro brasileiro de bolsistas do programa em 2004.

qual, me destinou uma das 16 vagas concorridas por 198 candidatos naquele ano.

À Senhora Doutora Célia Maria Rodrigues Diniz, representante da “The Africa America Institute” em Moçambique vão a minha homenagem e gratidão pelo carinho, apoio multiforme, rigor no trabalho, responsabilidade, dedicação e zelo que sempre demonstrou e exigiu que se transfigurassem em características básicas dos bolseiros da Fundação Ford.

Dedico uma homenagem especial às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Magda Adelaide Lombardo e Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, pelo carinho, atenção, amizade, zelo, competência e apoio multiforme dispensados no decurso da minha estadia no Brasil e, em especial, na produção do presente trabalho, pelo que, vai o meu muito obrigado por tudo isso.

Estendo o sentimento de gratidão ao Senhor Professor Doutor Gilberto José Garcia, do IGCE, campus de Rio Claro, pela ajuda incondicional prestada no processo da elaboração e esmero do projecto de pesquisa para o presente trabalho. Os seus conselhos foram decisivos para direccionar, sobretudo, o meu trabalho de campo.

Aos Senhores Professores Doutores, António Carlos Cavalli, do Instituto Agronômico de Campinas e António Marcos, Sérgio dos Anjos do IGCE, campus de Rio Claro, pela disponibilidade manifestada em ler a primeira versão da minha pesquisa e dar suas sugestões valiosas e contribuições críticas que melhor direccionaram as minhas redações. Esta postura supriu de alguma forma, a frustração que conhecia nos momentos mais cruciais e difíceis da elaboração da presente pesquisa. Pelo que, bem haja e a eles o meu muito obrigado.

Ao Senhor Professor Doutor António Carlos Simões Pião, pelas lições de Estatística dadas e o apoio desinteressado prestado no processo da tabulação e análise estatística dos resultados do trabalho de campo, vão o meu reconhecimento e profundos agradecimentos.

Aos amigos e colegas que de alguma forma partilharam as minhas angústias e preocupações e, deram apoio incondicional e multiforme no decurso deste trabalho, sobretudo na busca de melhores vias para suprir

alguns constrangimentos impostos e que, por isso, deram o melhor de si em solidariedade ímpar na seqüência das suas capacidades e possibilidades: Arthur Weczohek, Rafael, Lucimari, Magali, Maria Aparecida, Pedro, Rubens, Amanda Regina, Larissa, a todos eles, estendo a minha gratidão.

Às funcionárias do prédio de Pós-Graduação em Geografia, nomeadamente, Inajara e Maíca, pessoas cuja ajuda foi importante em alguns momentos cruciais porque passei, vai o meu profundo agradecimento.

Ao colega da graduação e amigo Donaldo Nharlute, delegado provincial de Estatística em Gaza, Moçambique, pela atenção e apoio prestados durante o meu trabalho de campo que culminaram com a aquisição de material cartográfico da área do meu estudo vão os meus sentimentos de gratidão.

Aos bibliotecários do IGCE, campus de Rio Claro, em particular à Moema e Vera, o meu muito obrigado pela ajuda sempre pronta prestada no decurso das minhas pesquisas naquele espaço.

Ao Senhor Marcos Perreira do Centro “Terra Viva” em Moçambique, pelo material que gentilmente me disponibilizou e que, de certa forma foi decisivo para a minha decisão para o desenvolvimento do presente tema, vão os meus sinceros agradecimentos.

Dedico um agradecimento especial ao Dr. Hermes Pacule, director do CDS - sul de Moçambique, ao Engenheiro Rogério Wamusse, assessor do Ministro no MICOA em Maputo - Moçambique, pela disponibilidade imediata e incondicional em aceder à entrevista, durante o meu trabalho de campo, que muito contribuiu para a consistência da minha pesquisa.

Aos representantes das Agências Financiadoras dos Projetos contatadas em Moçambique, sobretudo o da DANIDA pelas informações valiosas prestadas, vai o meu sentimento de gratidão.

À minha esposa Dona Maria da Glória João Sambo e aos meus filhos, pela força que me deram, sobretudo, quando as dificuldades pareciam suplantar a certeza de continuar a marcha pela frente, expresso a mais alta homenagem pela grandeza de ânimo que demonstraram.

EPÍGRAFE

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídas de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

[...] “Seu entendimento é, pois fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”.

Milton Santos.

“Ninguém vive sem projeções relativas
ao devir ainda que seja em nome de seus próprios filhos.
A angústia do futuro torna-se um sofrimento do presente.
Precisamos operar com uma dialética temporal:
pensar o futuro sem abandonar o presente.
Isso repercute sobre o presente. Somos seres de raízes e de mudanças,
de comunidade e de universalização.
Quando o futuro está doente, acaba ocorrendo um retorno ao passado. [...] ”.

Juremir Machado da SILVA, apud Edgar MORIN, (1995).

SUMÁRIO

Sumário-----	i
Índice geral-----	ii
Índice de mapas-----	iii
Índice de fotos-----	iv
Índice de figuras-----	vii
Índice de tabelas-----	viii
Índice de quadros-----	ix
Índice de apêndices-----	x
Índice de anexos-----	xi
Índice de siglas-----	xii
Resumo--- -----	xiii
Abstract-----	xiv
Introdução-----	1
Capítulo - 1: Fundamentos Teórico-metodológicos-----	6
Capítulo - 2: Localização e descrição da área de estudo e do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai-----	25
Capítulo - 3: Resultados da Pesquisa-----	51
Capítulo - 4: Desenvolvimento Transformacional no contexto dos Projetos ambientais e o papel do Estado-----	94
Capítulo - 5: Considerações finais e sugestões-----	113
Referências -----	116
Apêndices-----	122
Anexos:-----	133

ÍNDICE GERAL

Introdução-----	1
Capítulo 1: Fundamentos Teórico-metodológicos-----	6
Capítulo 2: Localização e descrição da área de estudo e do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai-----	25
2.1. Caracterização da área de estudo-----	25
2.2. Origem do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai-----	34
2.3. Descrição do Plano-----	35
2.4. Apreciação do conteúdo do PID e algumas reflexões sobre as paisagens locais----	46
Capítulo 3: Resultados da Pesquisa-----	51
3.1. Perfil dos indivíduos e sua percepção sobre o PID para a Praia de Xai-Xai-----	53
3.2. Desenvolvimento do PID para a Praia de Xai-Xai-----	65
3.3. Desafios impostos à implementação do PID para a Praia de Xai-Xai-----	78
Capítulo - 4: Desenvolvimento Transformacional no contexto dos Projetos ambientais e o papel do Estado-----	94
4.1. Desenvolvimento Transformacional como meta dos Projetos ambientais -----	94
4.2. O papel do Estado no planejamento, gerenciamento e gestão ambiental-----	103
Capítulo - 5: Considerações finais e sugestões-----	113
Referências Bibliográficas-----	116
Apêndices-----	122
Anexos:-----	133

ÍNDICE DE MAPAS:

Mapa 1: Localização da área de estudo-----	26
Mapa 2: Distrito e cidade de Xai-Xai-espços partilhados pelo Projeto-----	27
Mapa 3: Células de desenvolvimento previstas pelo Projeto-----	28
Mapa 4: Planta da projeção das estradas na Praia Velha-----	41

ÍNDICE DE FOTOS:

Foto 1: O loteamento é bastante acelerado a tal ponto que em pouco tempo se alcança a estrada: cidade baixa - Praia de Xai-Xai.-----	30
Foto 2: A extensão da rede de energia elétrica é fator decisivo da aceleração da urbanização de Chinunguine. -----	30
Foto 3: Construções e eletrificação, em pouco tempo em Chinunguine, transformaram a paisagem local de natural para urbana.-----	30
Foto 4: Ilustração da prevalência de contrastes das paisagens construídas em dois lados opostos da estrada: À esquerda Aldeia de Macanwine e à direita o Bairro de Chinunguine.-----	31
Foto 5: Via que liga a Praia de Xai-Xai a de Chongoene, paralela ao mar-----	32
Foto 6: Duna desnudada devido à ação antrópica em volta do Hotel Chongoene-----	32
Foto 7: Clareiras na vegetação dunar ao longo da área do Projecto (PID)-----	32.
Foto 8: A vegetação pioneira nas dunas costeiras mostra o predomínio de <i>Scaevola thumbergii</i> .-----	33
Foto 9: Via temporária entre a Praia de Xai-Xai e a de Chongoene, cortando dunas ao longo do percurso.-----	33
Foto 10: Imagem dos residentes dos arredores da Praia de Xai-Xai (V1 e V2) regressando do corte de lascalas, ao longo das dunas, para vários fins: venda e construção.-----	33
Foto 11: Ambiente degradado da Praia velha e o movimento da equipe multissetorial em trabalho do campo na fixação de marcos nas áreas do PID-----	35
Foto 12: Ao longo da estrada, parte alta, está um lixão municipal e, no fundo do vale e ao longo da vertente vêm-se os talhões habitacionais e uma igreja. -----	45
Foto 13: Turistas estrangeiros (sul africanos) a pescarem, ao lado, sua viatura de tracção às 4 rodas estacionada na Praia de Xai-Xai. Fonte: Gove et. al (2004).-----	47
Foto 14: Uma anciã residente e produtora de fruta no entorno da Praia de Xai-Xai à frente de um estabelecimento turístico - Golfinho Azul - para a venda de fruta, contribuindo assim para a economia familiar. -----	48
Foto 15: Imagem do Hotel Xai-Xai em ruínas, um exemplo da degradação de infra-estruturas locais.-----	50

- Foto 16: Novos edifícios convencionais e postes de transmissão de energia, como resultado do novo loteamento em Chinunguine, ao longo da estrada - Cidade Baixa - praia de Xai-Xai-----67
- Foto 17: Uso do solo sobre as dunas da Praia de Xai-Xai: agricultura sobre as dunas e capital imobiliário.-----67
- Foto 18: Resultado do intenso loteamento sobre espaços estratégicos: emergem palacetes que conferem novas paisagens à área de loteamento.-----67
- Foto 19: Loteamento das dunas com habitações das camadas sociais menos favorecidas, estando por isso, expostas aos riscos ambientais. -----73
- Foto 20: Agricultura mal orientada sobre as dunas e uma construção precária na Praia de Xai-Xai contrasta reflectem o uso da terra pelas camadas pobres.-----73
- Foto 21: Cultivo de milho sobre as dunas previstas para a proteção ambiental é um fator da degradação das dunas pela erosão.-----73
- Foto 22: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia Velha; a pressão é intensa sobre as dunas com loteamentos e construções sobre as áreas de risco ambiental. -----74
- Foto 23: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Xai-Xai sede: ocupação do litoral com construções para turismo restrito e não só.-----75
- Foto 24: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Xai-Xai sede e o entorno. As derrubadas da vegetação e ocupação das dunas são cada vez mais intensas. -----75
- Foto 25: Vista aérea da ocupação do espaço ao longo da costa no sentido Praia de Xai-Xai sede a Praia de Chongoene. A reprodução imobiliária próximo do mar e o desmatamento das dunas são cada vez mais intensos. -----75
- Foto 26: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Chongoene, as dunas cada vez mais expostas à erosão . -----76
- Foto 27: A degradação das infra-estruturas (no fundo) na praia de Xai-Xai não é motivo inibidor do lazer dos populares idosos de vários cantos de Xai-Xai. O PID prevê a sua reabilitação que ainda não se sabe quando vai começar.-----79
- Foto 28: Estrada que liga a praia velha e a praia de Xai-Xai sede. Ao longo das barreiras costeiras edifícios, não obstante serem zonas de protecção costeira. -----79
- Foto 29: A acumulação de resíduos na cidade de Maputo - ao longo da Avenida de Moçambique - saída para o norte do país, contrasta com a existência de um Mega - Projecto ambiental para esta área (GMA). -----89
- Foto 30: A acumulação de resíduos e o assoreamento da vala de drenagem-----89

Foto 31: Deficiente saneamento urbano condiciona o escoamento superficial das águas negras (de esgoto) em Maputo a capital do país. -----89

Foto 32: A acumulação de resíduos na cidade de Maputo contrasta com a existência de um Projecto para esta área (GMA).-----90

Foto 33. Assoreamento da vala de drenagem das águas negras na capital do país. -----90

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Conceito de desenvolvimento espacial.-----	39
Figura 2: Exemplo Genérico de Ciclo de Vida de projetos-----	70
Figura 3: Processos que ocorrem durante o ciclo de vida de um Projecto-----	70

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1: Respostas à pergunta 1.	54
Tabela 2: Respostas à pergunta 2.	54
Tabela 3: Respostas à pergunta 3.	55
Tabela 4: Respostas à pergunta 4.	56
Tabela 5: Respostas à pergunta 5.	56
Tabela 6: Respostas à pergunta 6.	57
Tabela 7: Respostas à pergunta 7.	58
Tabela 8: Resposta à pergunta 8	58
Tabela 8.1. Resposta à pergunta 8.1	59
Tabela 8.2. Resposta à pergunta 8.2	60
Tabela 8.3. Resposta à pergunta 8.3	60
Tabela 8.4. Resposta à pergunta 8.4.	61
Tabela 8.5. Resposta à pergunta 8.5	61
Tabela 8.6. Resposta à pergunta 8.6	61
Tabela 9: Resposta à pergunta 9	62
Tabela 10: Resposta à pergunta 10	62
Tabela 11: Descrição das áreas beneficiárias do apoio da DANIDA em Moçambique	82

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Apreciação das diversas instituições sobre o desempenho do PID-----63

Quadro 2: Etapas do ciclo de vida de um projecto-----71

Quadro 3: Leis e normas vigentes sobre o Meio Ambiente em Moçambique-----85

ÍNDICE DE APÊNDICES:

Apêndice (A): Exemplo de inquérito à população local.-----	122
Apêndice (B): Questionário para a entrevista com a Gestão do Projeto-----	123
Apêndice (C): Questionário para entrevista com MICOA em Maputo-----	124
Apêndice (D): Questionário para entrevista com as Agências financiadoras-----	125
Apêndice (E): Provável estrutura de agência de desenvolvimento para a praia de Xai-Xai-----	126
Apêndice (F) : Provável estrutura da associação distrital de promoção de negócios---	127
Apêndice (G): Quadro 4: Plano de ação para a implementação do projeto de demonstração da praia velha- T1-----	128
Apêndice (H): Quadro 5: Plano de ação para a implementação do projeto de demonstração da célula T2- zona central da praia de Xai-Xai-----	130
Apêndice (I): Quadro 6: Plano de desenvolvimento da célula T3-opção individual---	131
Apêndice (J): Quadro 7: Plano de desenvolvimento da célula T3, opção 2-----	132
Apêndice (K): Quadro 8: Plano de ação para o desenvolvimento da célula T4-----	132

ÍNDICE DE ANEXOS:

Anexo (A): Estatuto orgânico do CDS-ZC, sul de Moçambique-----	133
Anexo (B) : Novo Estatuto Orgânico do MICOA-----	139
ANEXO (C): Artigo que demonstra a fraca gestão costeira na zona sul.-----	150
ANEXO (D): A gestão costeira potencia resulta numa eminente desgraça.-----	152
ANEXO (E): Um exemplo de desmandos dos turistas sul-africanos sobre as áreas turísticas do país, com aparentemente, conivência de alguns funcionários de Estado.-	153
Anexo (F): A Exploração desenfreada dos recursos florestais degrada os recursos naturais em Niassa.-----	154
ANEXO (G): Artigo que expressa o questionamento da população da província de Inhambane sobre o impacto e desempenho dos mega-projetos que se desenvolvem na província.-----	155
ANEXO (H): Artigo que denuncia a existência de corrupção generalizada em Moçambique.-----	156
ANEXO (I): Artigo que descreve como se protegem os mentores da corrupção em Moçambique e a ameaça da retirada do apoio dos doadores ao país.-----	157
ANEXO (J): Artigo que descreve a posição dos EUA perante a prevalência da corrupção em Moçambique.-----	158

ÍNDICE DE SIGLAS:

CDS - ZC - Centro de Desenvolvimento Sustentável Para as Zonas Costeiras

CDS-NRM - Centro para o Desenvolvimento Sustentável de Recursos Naturais do MICOA

CDS-ZU Centro para o Desenvolvimento Sustentável das Zonas Urbanas

CNUMAD Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DANIDA - Agência Dinamarquesa de Cooperação

DKK - Coroa Dinamarquesa

EPS - Apoio ao Programa do Sector do Ambiente

FAO - Fundo das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

GMA - Estratégia de Gestão Ambiental para Área do Grande Maputo

GIZCM - Gestão Integrada das Zonas Costeiras e Marinhas.

IE. - Instrumentos Económicos

INE - Instituto Nacional de Estatística.

ISM - Capacitação Institucional no MICOA

MICOA - Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental.

NRM - Recursos Naturais do MICOA

ONG's - Organizações Não Governamentais;

PAP/RAC - Priority Actions Program/Regional Activity Centre

PFMU - Unidade de Gestão Financeira do Programa

PARPA - Programa de Alívio à Pobreza Absoluta

PID - Plano Integrado de Desenvolvimento

SUIMO - Empresa Privada, Maputo - Xai-Xai

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UNESP - Universidade Estadual Paulista

RESUMO:

Os Projetos Ambientais têm sido, em tese, instrumentos de gestão e de mitigação da degradação ambiental em Moçambique desde a criação do MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, em 1995. Assim, o Plano de desenvolvimento integrado para a Praia de Xai-Xai (PID) circunscreveu-se nos propósitos do Projecto designado “Protecção e gestão das áreas costeiras e marinhas da Região Oriental de África (EAF5), fase II”. O seu objetivo era introduzir um novo modelo de gestão e contrariar as práticas tradicionais até aí verificadas. O papel analítico da implementação e gestão dos Projetos Ambientais em Moçambique, o caso do Plano Integrado do Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai, do presente trabalho, permitiu a compreensão de que o Plano foi um importante instrumento de gestão integrada do ambiente mas, está longe de lograr os seus objetivos. Entretanto, a degradação ambiental continua a ocorrer na área do nosso estudo. Foi constatação geral de que os recursos materiais e financeiros aplicados na sua elaboração não tiveram o devido seguimento pelas estruturas governamentais locais devido a vários fatores, de entre os quais: a imposição do plano pelo MICOA sem ter em conta os interesses e as capacidades locais de execução do Plano; a ausência de instituição legal para coordenar e promover o desenvolvimento das atividades previstas na área. Como resultado, constata-se ainda, com nostalgia, o não cumprimento do conteúdo do plano, embora o local necessite com urgência de sua execução para reverter o cenário atual de degradação. Sugere-se, por isso, a introdução do conceito de “Desenvolvimento Transformacional” na execução dos projetos ambientais em Moçambique. Aborda-se, igualmente, o papel regulador do Estado nestas matérias para assegurar a qualidade ambiental e de vida das populações.

Palavras chaves: 1. Geografia física – Aspectos ambientais. 2. Gestão ambiental. 3. Comunidade local. 4. Desenvolvimento transformacional. 5. Educação.

ABSTRACT

Environmental Projects have been, in thesis, management and mitigation instruments against Environmental degradation in Mozambique, since the creation of the Ministry for Environmental Action Coordination – MICOA, in 1995. Thus, the Xai-Xai Beach Integrated Development Plan (PID) was circumscribed the aims of the project designated as ‘Protection and management of coastal and marine areas of the Eastern Africa Region (EAF5), phase two’. It aimed to introduce a new management model, against the traditional practices adopted since then. The analytic role of this research allowed the understanding that the Xai-Xai Beach PID was an important instrument of integrated environment management but, it is far from achieving objectives. In the area, the environment has still been much depredated and there isn’t development nor the environmental protection desired. It was a general perception that the financial and material resources applied at its elaboration haven’t been used for its purpose by the local governments. This happened because a lot of factors: the Plan imposition by MICOA hasn’t considered the local interests and capacities on the Plan execution; there wasn’t a legal institution to coordinate and promote the development of the foreseen activities. As a result, it is evidenced that the real implementation of the Plan is needed, trying to revert the actual scenery of depredation. The introduction of the ‘Transformational Development’ concept is suggested for the execution of environmental projects in Mozambique. The regulator role of the State is approached too, as a way of assuring the environmental sustainability and life quality for the populations.

Key Words: 1. Physical Geography - Environmental aspects. 2. Environmental management. 3. Local community. 4. Transformation Development. 5. Education.

INTRODUÇÃO

A discussão interdisciplinar e a colocação de sugestões para a resolução de problemas ambientais em nível global têm sido preocupações dos segmentos acadêmico e político nos últimos tempos.

Este fato corresponde a uma conquista qualitativa em termos da metodologia científica porque o cruzamento de diversas visões enriquece a pesquisa e abre maior leque de soluções resultantes desses debates.

Desta forma, ao valorizar os saberes e competências de outras áreas de conhecimento, nomeadamente da fenomenologia, da antropologia cultural, da sociologia, do direito ambiental, da ecologia, entre outras, esta pesquisa, se constitui em uma forma de diversificar os filtros perceptivos e interpretativos das paisagens naturais, culturais e humanizadas de modo a resgatar os valores éticos necessários para uma gestão ambiental que vise a promoção de justiça social, induzindo a formulação e implementação de políticas sociais que satisfaçam os diferentes grupos sociais e nunca alguns privilegiados em razão de vários e complexos fatores.

Da análise dos resultados dos projetos ambientais em Moçambique, partindo do (PID) Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai e, de acordo com o comportamento, ações e inações da sociedade perante os problemas da degradação ambiental, a pesquisa questiona a coerência dos instrumentos de gestão ambiental e a sua aplicação no país; trata-se da premissa porque parte o debate e que se configura em pressuposto que o estudo sustenta, buscando chamar atenção para um comportamento coerente entre o discurso ambientalista, os instrumentos de gestão ambiental disponíveis e a prática de gestão ambiental efetiva no dia a dia; e, por conseguinte uma forma de promover o desenvolvimento comunitário.

Assim se traz ao debate o conceito de “Desenvolvimento transformacional”, a partir da idéia do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai. Um conceito que se entende seja o meio de levar as pessoas a co-participar na gestão sócio-ambiental em simultâneo com a busca de satisfação das suas necessidades básicas e a sua consequente promoção social.

O tema surgiu da constatação de um acentuado grau de degradação ambiental, em vários domínios, no país; uma realidade que se transformou em necessidade e desafio de aprofundar o conhecimento das suas reais causas, porque ela afeta, sobretudo, a maioria

da população, constituída pelos extratos sociais menos favorecidos e por isso destituídos de mecanismos de solução dos males a que estão expostos.

Por outro lado, diariamente, vários órgãos de informação reportam o isolamento desta ou daquela localidade devido à erosão marinha, ocupações de zonas impróprias para a habitação; desabamento de habitações devido à erosão dos solos e ou a eminência de desaparecimento desta ou daquela infra-estrutura costeira, e/ou vilas, devido ao mesmo fator. (Vide os anexos C, D e E.).

Portanto, em Moçambique, ocorre uma degradação ambiental cada vez mais crescente, não obstante a existência do “Fundo do ambiente”² e de vários projetos ambientais em curso com orçamentos direcionados para contrariar estes cenários.

O impacto positivo daqueles projetos sobre o Meio Ambiente, no presente, é invisível ou quase inexistente no sentido da melhoria da qualidade do ambiente e conseqüentemente da qualidade de vida das populações pobres, motivos para a captação de fundos para a execução de tais projetos em nível internacional. Esta constatação é paradoxal, visto que, em tese, se reconhece que:

“Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a Natureza”. (SANTILLI, 2005, p.59).

Neste quadro, se estabeleceu a primeira justificativa do presente trabalho, como se circunscrevendo na necessidade da compreensão das atribuições dos projetos ambientais, do fluxograma e dos instrumentos de gestão de tais projetos tendo como foco o Plano Integrado de Desenvolvimento para a região da Praia de Xai-Xai.

Debater os mecanismos de gestão de projetos ambientais cruzando a teoria existente acerca da matéria e a prática quotidiana da gestão daquele projeto constitui a segunda justificativa para este ensaio.

Esta contribuição circunscreve-se na expectativa de analisar a coerência em matérias ambientais entre os objetivos, as metas do Governo e a prática quotidiana da gestão ambiental e, em particular, compreender a responsabilidade do MICOA (Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental) na gestão ambiental em Moçambique.

Buscamos suporte para este exercício no preceituado em vários documentos normativos e de gestão pública nacional, (Vide os anexos E e F) e, como a seguir se ilustra:

² . Confira o anexo B.

“[...] promover a investigação e testagem de práticas e tecnologias apropriadas de combate à erosão, queimadas descontroladas, seca, desertificação conservação da biodiversidade”. (Programa do Governo, 2005-2009, p.104).

O trabalho se reveste de importâncias prática e utilitária, pois oferece subsídios técnicos para as políticas públicas moçambicanas no contexto de planeamento e geopolítica da Terra, resultantes da análise crítica do processo e mecanismo de gestão de projetos ambientais que reproduzem profundas desigualdades na espacialização das relações sociais.

Analisar a implementação e gestão dos projetos ambientais em Moçambique, tendo como foco o Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-xai, visando aferir a percepção e a sensibilidade das comunidades locais sobre o impacto do Projeto no desenvolvimento da área de modo a criar subsídios técnico-científicos para a resolução de problemas relativos à concepção e gestão de Projetos ambientais em Moçambique é objetivo geral do presente trabalho.

Em termos específicos, são os seguintes objetivos a alcançar:

- 1-Avaliar o papel do MICOA na gestão e monitoramento dos problemas ambientais em Moçambique e compreender o grau da co-responsabilidade e co-participação das Agências financiadoras dos projetos ambientais no processo.
- 2-Identificar os principais instrumentos de gestão ao alcance do projeto em análise;
- 3-Characterizar o processo de sua gestão e descrever o impacto desse projeto na qualidade de vida das populações das áreas atingidas;
- 4-Propor para o debate o conceito de “Desenvolvimento transformacional” e produzir algumas sugestões e recomendações para a solução dos problemas constatados.

No contexto da pesquisa em pauta, a tarefa posterior foi trabalhar de forma persistente os fundamentos do método de análise e interpretação do espaço geográfico para viabilizar e operacionalizar de forma renovada, renitente, resistente e perseverante o nosso propósito de analisar o objeto do nosso estudo, um território e suas paisagens: o Posto Administrativo da Praia de Xai - Xai, na cidade do mesmo nome, na província de Gaza no extremo sul de Moçambique.

Quanto à originalidade e relevância do trabalho, elas se situam na conjugação de procedimentos de pesquisa científica de caráter quantitativo/qualitativo na interpretação da percepção do meio pelas comunidades com a análise dos dados daí resultantes (Cap.

3) e a expressão espontânea que prospecta e projeta a imaginação dos indivíduos entrevistados sobre a diferença entre o ideal (projeto) e a realidade, a situação presente.

Para além da introdução, na qual se contextualiza a pesquisa, se traçam os objetivos, as justificativas, o trabalho em pauta comporta cinco capítulos assim organizados:

O Capítulo 1: Fundamentos teórico-metodológicos – nele se desenvolve um debate que insere a pesquisa no contexto da análise e gestão ambiental, buscando a conceituação dos principais assuntos que a pesquisa aborda e os embasando em literatura específica que discute as teorias gerais a eles relacionadas. O seu conteúdo expresso é a reflexão sobre os seguintes temas: gestão ambiental, projeto, políticas públicas; meio ambiente; gestão integrada dos recursos naturais, elite, classes sociais, paisagem, entre outros.

Além disso, se enquadra, ainda, o estudo em contexto geográfico sob forma das correntes ecológica e pragmática na análise das paisagens.

O capítulo traça um roteiro e os procedimentos metodológicos observados enfocando para análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos em entrevistas.

No Capítulo 2 - Localização e descrição da área e do projeto - Faz-se a localização geográfica da área do projeto sua caracterização e a descrição do conteúdo do PID.

No Capítulo 3 - Resultados da pesquisa e sua Discussão - faz-se uma descrição pormenorizada dos resultados da pesquisa decorrentes do trabalho de campo bem como da consulta da literatura geral sobre o assunto em estudo e de documentos normativos do MICOA, do CDS (Centro de Desenvolvimento Sustentável) e da atinente ao Projeto em estudo.

No Capítulo 4 - Desenvolvimento transformacional no contexto dos projetos ambientais e o papel do Estado – Discute-se o conceito de “Desenvolvimento Transformacional”. Conceito que a pesquisa sugere e justifica a sua proposta baseando-se na sempre difícil necessidade de promoção de políticas públicas que satisfaçam os diferentes interesses sociais, porque se constata que o desenvolvimento sustentável é um desafio à Ciência, não obstante se reconhecer que “A rigor, ‘desenvolvimento

sustentável’ acabou constituindo-se numa unanimidade, contra a qual ninguém se posiciona. *Porém*, ambas adjetivações (democracia e desenvolvimento sustentável) acabam banalizadas, confusas, se desprovidas das substâncias que definem suas diferentes formas de materialização”. (PAULA, 2005 p.278, grifo nosso).

Assim, sugerimos a adoção do conceito de “Desenvolvimento transformacional” que deveria premiar a transformação das mentes de todos os atores de modo a aproximarem seus atos à justiça social - que é o que interessa, meta que se poderá conquistar com a educação ambiental multifacetária e a incorporação desta no contexto de implementação e gestão de projetos ambientais; porque se trata duma educação política para a cidadania. No geral estas premissas vêm implícitas no “Desenvolvimento sustentável”, mas, acreditamos que suas estratégias de execução não estão surtindo efeitos positivos e se têm desenvolvido cada vez mais ações insustentáveis na relação homem/natureza em nome de “Desenvolvimento Sustentável”.

Para a prossecução destas metas, o capítulo menciona as atribuições e responsabilidades do Estado como poder público no ordenamento territorial, no planeamento, gerenciamento e gestão ambiental, assim como as de outros atores sociais. Apontam-se, por isso, os níveis hierárquicos a observar no novo modelo de gestão a fim de operar a produção de mudanças de atitudes, cultura e, em última análise, das ações dos indivíduos no exercício de seus direitos e deveres de cidadania, com o propósito de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades sociais.

O trabalho é finalizado com o capítulo 5 - Conclusões e sugestões - espaço que faz as considerações gerais sobre o estudo, apontam-se algumas recomendações no sentido de tudo se fazer para a implementação do PID na Praia de Xai-Xai visto que aquelas ações são pertinentes e oportunas para o desenvolvimento integral e preservação paisagísticas na área de estudo, cujo adiameto se constitui em atos menos éticos dos atores sociais responsáveis pelo planeamento, ordenamento e desenvolvimento territorial e comunitário.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas a seleção e a revisão de literatura específica inserida no contexto dos seus objetivos, sob os seguintes temas: gestão ambiental; projeto, políticas públicas; meio ambiente; gestão integrada dos recursos naturais, desenvolvimento transformacional, elites, classes sociais, entre outros.

A gestão ambiental é um tema que nos últimos tempos tem ocupado um espaço não negligenciado pela comunidade científica por que, “os impactos ecológicos das ações humanas parecem colocar em xeque as formas usuais de gestão das relações sociedade-natureza”. (VIEIRA ; WEBER, 1997, p.17).

“Dessa maneira, são considerados os efeitos e as transformações provocadas pelas ações humanas nos aspectos do meio ambiente físico e que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida e as atividades humanas”. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 38).

A partir desta formulação se considera que, destes impactos, decorre o desequilíbrio entre as necessidades crescentes das populações e sua satisfação e, consequentemente, a diminuição de sua qualidade de vida.

O conceito de impacto ambiental que é dado por Parker (1985) apud Christifoletti, (1999, p.38), confirma o estabelecimento da relação direta entre a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida das pessoas, ao revelar que “impacto ambiental é definido como sendo ‘mudança sensível, positiva ou negativa, nas condições de saúde e bem-estar das pessoas e na estabilidade do ecossistema do qual depende a sobrevivência humana. Essas mudanças podem resultar de ações acidentais ou planejadas, provocando alterações diretas ou indiretas’”. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.38).

Assim, a gestão ambiental surge como forma de mitigar, corrigir e monitorar situações degradantes do meio ambiente e, reestabelecer o equilíbrio dos ecossistemas porque:

A promoção da qualidade de vida, escopo último da gestão ambiental tem fortes vínculos com a saúde pública e o planejamento territorial. Tema de inquietações para vários segmentos da comunidade são os problemas da sociedade industrial e tecnológica, responsáveis por vários estragos que esse tipo de progresso vem espalhando pelo mundo natural. Inquietações para o homem comum com as condições de moradia, alimentação e trabalho. Inquietações para o cidadão cuja estabilidade econômica depende das incertezas que enfrenta em seu dia a dia, contribuindo até inconscientemente

para aumentar a poluição de seu meio ambiente. (PHILIPPI Jr. ; ROMÉRO, 2004, p.699).

Portanto, no presente, época em que, de acordo com Paula (2005) a apropriação do discurso ambientalista pelo capital dilui em torno da “defesa” de uma suposta convergência de interesses; é necessário equacionar os problemas humanos com os seus impactos negativos sobre a saúde pública e o meio ambiente, o que pressupõe a consideração da importância da gestão ambiental em várias dimensões.

Por outro lado, a superposição de crises em nível mundial também se manifesta através de uma depredação da natureza; visto que, e de acordo com a recomendação de Paula (2005, p.270), “[...] em vez de focalizar apenas aspectos considerados positivos das aparentes preocupações com a proteção ambiental-é preciso atentar para a sua contra face mais perversa: o aprofundamento da mercantilização da natureza”.

É uma mercantilização da natureza que foi evoluindo conforme a evolução dos eventos humanos que induziram mudanças nas sociedades e o incremento das suas necessidades materiais. De acordo com Santos (2005) os marcos desse período são:

O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX *que* vêem a mecanização do território; o território se mecaniza. Podemos dizer que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já hoje, é insuficiente ficar com essa categoria e é preciso falar de meio técnico-científico, que tende a se superar em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao meio geográfico .(SANTOS, 2005, p. 121 grifo nosso).

O impacto desta mecanização manifesta-se na pressão cada vez maior sobre os recursos naturais no decurso do processo produtivo cada vez mais intenso. Nesse contexto, a Ciência e a técnica, atrelados à política, se preocuparam em buscar alternativas à demanda exercida sobre a natureza. É a fase que Santos (2005) designa de “momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo da ciência e da técnica” (SANTOS, 2005, p. 121).

Assim a gestão ambiental foi uma das várias soluções encontradas nesta perspectiva; e, quanto à evolução histórica da expressão e conceito de gestão ambiental, Philippi Jr. e Roméro (2004, p.700) consideram que:

O significado etimológico dos dois vocábulos – *gestão e ambiental* – tem suas raízes na língua latina. *Gestão* originou-se de *gestionì*, que exprime o ato de gerir. Gerir é um verbo inusitado no linguajar de cada dia, cujo significado é ter gerência sobre, administrar, reger, dirigir. Desses sinônimos, o mais usado é o substantivo derivado: gestão, ou seja, o ato de dirigir, de administrar. O vocábulo *ambiental* também tem origem na língua – mãe

latina. É o adjetivo para referir – se às coisas do ambiente; tanto ambiente construído, quanto ambiente natural.

A palavra ambiente, por sua vez, foi formada de outros dois termos latinos: a preposição *amb* (ao redor de, à volta de) e o verbo *ire* (ir). A soma dos dois resultou *ambire*, cujo particípio presente, ainda em latim, é *ambiens*, *ambientis*.

Assim é de extrapolar que ambiente, no contexto geográfico, é tudo o que está ao redor do ser humano, constituído pela parte abiótica e biótica que propicia condições de sua sobrevivência individual e coletivamente numa inter-relação de reciprocidade-o geossistema. Trata-se do espaço terrestre envolto pelo atmosférico que representa. Nele localizam-se a hidrosfera, a biosfera, a atmosfera cujo funcionamento requer por parte do geógrafo a tarefa de, num contexto interdisciplinar, criar a consciência nos seres humanos de um exercício da visão sistêmica, ou seja, de inculcar neles um olhar ecológico, inter-relacional para a compreensão do significado da depredação sistemática dos recursos fundamentais à vida.

Portanto, sua relação com a Geografia baseia-se no fato de que é ela que se dedica ao estudo do espaço, subdividido em dois ramos: o Humano (social) e o Físico (natural). Contudo o Homem faz parte da natureza (visão holística), porém o seu estudo é diferenciado em relação à esta, pois ele é, ao mesmo tempo, objeto e agente de transformações, atuando “dialeticamente”, e não “positivamente” neste ambiente.

Aprofundando um pouco mais o conceito etimológico, ambiental é o adjetivo que qualifica as coisas e os elementos que estão à volta de um determinado ser.

Segundo Philippi e Roméro (2004), “[...] cabe destacar ainda que os termos *meio* e *ambiente* são frequentemente usados como sinônimos”.

A discussão do significado do termo ambiente encontra em Christofolletti (1999) um esclarecimento da sua semântica, nos seguintes termos:

Mas o termo ambiente possibilita ser aplicado a questões que oscilam desde a escala de grandeza mundial até a microescala pontual. Pode-se falar do ambiente terrestre, dos ambientes continentais, dos ambientes oceânicos, dos ambientes lacustres, dos ambientes das plantas, do ambiente de trabalho, do ambiente social, do cultural, etc. A palavra é a mesma, mas diferentes são os significados e a expressividade do fenômeno mencionado. Comumente também se fala do ambiente familiar e do ambiente de oportunidades. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.37).

Com base nesses conceitos, *gestão ambiental* é o ato de gerir o dia a dia do ambiente, isto é, o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas³ em que se

³ . Troppmair em “Biogeografia e Meio Ambiente” (2004, p.103) citando (Stoddart, 1974) revela que Ecossistema ou geobiocenose pode ser definido como sendo um ‘sistema de interações em funcionamento, composto de um ou mais organismos vivos e seus ambientes reais, tanto físicos, como biológicos’. Acrescenta que outra definição é dada por Gringle (1977), mas que contem o mesmo sentido:

insere o homem, individual e socialmente⁴. Neste processo deve ocorrer a interação entre as atividades que ele exerce e o meio, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais de entorno, de acordo com padrões de sua regeneração, cujo objetivo é estabelecer e recuperar ou manter o equilíbrio entre a natureza e o homem proporcionando a boa qualidade de vida às populações. Assim se deve atender a um múltiplo de fatores para a gestão ambiental efetiva e sadia.

Todavia,

Somente em 1921, segundo Walanski (1990), [...], é que foi criado o termo *ecologia humana*, definindo uma ciência com características interdisciplinar, voltada a compreender os dinâmicos processos biológicos, físicos e sociais que se dão entre os homens e o ambiente em que vivem. Com o advento da crise ambiental no final dos anos 60 e início dos 70, esta ciência ganhou impulso nos estudos dos problemas ecológicos da humanidade: poluição; depleção de reservas energéticas e de matérias-primas (renováveis e não renováveis); comprometimento do meio ambiente em escalas para além do nível local, tais como o problema regional ou internacional da poluição hídrica, das chuvas ácidas, bem como do efeito estufa, dentre outros. (FILHO, 2004, p.118)⁵.

Modernamente se adota o conceito de gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente. Godard (1997, p.201) entende que:

Pelo conceito de Gestão integrada, afirma-se a preocupação de se superar uma dicotomia antiga entre as análises ambientais focalizando, por um lado, os fenômenos de degradação e as ações corretivas ou reparadoras a serem empreendidas, e, por outro, as análises centradas na disponibilidade de recursos para a satisfação das necessidades da produção e do consumo humanos. Seria através da manutenção de um vínculo estreito entre a questão dos recursos naturais e a questão do meio ambiente que poderíamos alcançar uma relação de harmonização entre objetivos considerados a prior tão opostos, como aqueles relacionados à conservação ambiental e à promoção do desenvolvimento sócio-econômico.

Julga-se que é uma postura que coincide com o posicionamento de Christofolletti (1999) ao analisar o papel do geógrafo em relação às paisagens porque considera que:

A perspectiva do geógrafo salientava que a preocupação não devia se restringir apenas às paisagens naturais, mas também focalizar as paisagens

‘Geobiocenose ou ecossistema é o conjunto das comunidades vivas de uma região somado a todas as coisas sem vida, que são partes integrantes do ambiente’.

⁴ . Encontramos assim, por exemplo, os “ecossistemas” urbanos que frequentemente são fontes de problemas ambientais graves. A idéia central é que as cidades são o produto de uma manifestação de processos de competição espacial e adaptação por grupos sociais que correspondem à luta ecológica para adaptação ambiental encontrada na natureza.

⁵ . Mas autores como Filho (2004) ressaltam que “Todavia, quando se trata de sociedades humanas, isto é, a rigor, é impossível: ‘sistemas sociais são, por princípio, abertos’ (Altvater, 1995: 43) apud (FILHO, 2004, p.118). Acrescenta que: Por isso, construiu-se o conceito de geossistema. [...] buscando delinear a abordagem dentro da visão sistêmica da ação humana e seu entorno, foi criada a noção de geossistema. [...] o geossistema emergiu como novo paradigma para os estudos que pretendem correlacionar o ‘tríplice potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica’. Geossistema não pode ser confundido com ecossistema. Este último denomina uma síntese biológica ; geossistema corresponde a uma síntese geográfica: é a ‘análise integradora do natural ao humano na síntese geográfica’ (Ibidem:22).

incluindo o homem. Essa perspectiva implicava que as paisagens culturais e os aspectos sócio-econômicos também deveriam ser considerados. Em consequência, TROLL (1938) visualizava a aplicação da Ecologia das paisagens aos propósitos humanos, tais como ao desenvolvimento das terras, planejamento regional e planejamento urbano. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.39).

Por outro lado, em nome da qualidade ambiental, há que embasar os atos de gestão ambiental em políticas públicas, que são normas, leis e regulamentos que norteiam como devem ocorrer o uso, a proteção e a conservação dos recursos ambientais e paisagísticos; assim é imprescindível a existência dum amparo legal para todos os atos que impliquem a relação entre o homem e a natureza que devam ser devidamente fiscalizados e exigidos; tomando em consideração que,

[...] políticas públicas são programas de ação governamental voltados à concretização de direitos. Considerando-se bojo a abrangência dos direitos fundamentais, que em sucessivos pactos internacionais, depois ratificados e internados nas ordens jurídicas nacionais, vêm sendo ampliados, a ponto de abranger hoje o direito síntese do desenvolvimento. [...] também carregam um componente finalístico, que é assegurar a plenitude do gozo da esfera de liberdade a todos e a cada um dos integrantes do povo. Portanto, toda política pública pode ser considerada, nesse sentido, ao mesmo tempo política social. As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Segundo uma definição estipulativa: toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Os elementos das políticas públicas são o fim da ação governamental, as metas nas quais se desdobra esse fim, os meios alocados para a realização das metas e, finalmente, os processos de sua realização.⁶

É uma situação que integra mais uma área das Ciências Sociais - o “Direito Ambiental” que deve ocupar espaço privilegiado no processo de legislação e regulamentação ambientais.

Neste contexto, ações técnicas deverão ser contempladas antes e depois do desenvolvimento de uma atividade que implique alteração sensível dos ecossistemas, porque não é sem razão que Fogliatti e Filippo (2004, p.28), recomendam que:

Os estudos de impactos ambientais devem atender sempre as diretrizes impostas pelos regulamentos e normas em vigor e seguir, com maior rigor possível, as instruções ou termos de referências fornecidas pelas autoridades ambientais que detêm a responsabilidade de decidir sobre a realização do empreendimento sob o ponto de vista dos danos ambientais provocados pelos mesmos.

Estas práticas no contexto moçambicano, devido à economia de mercado emergente ainda são meras falácias; pois a ética é quebrada do topo para a base no contexto de tudo se fazer para acumulação de capitais, negligenciando, portanto, tarefas

⁶.(BUCCI, 2005) Disponível em: <www.pge.sp.gov.br> e acessado a 20 de Agosto de 2006.

que seriam a base da sustentabilidade do já frágil planeta terra; logo, num contexto de globalização, as tendências consumistas produzem danos irreparáveis ao ambiente e que a sociedade presta pouca atenção à necessidade de sua mitigação. (Anexo E).

É Paula (2005) que concordando com esta constatação, revela, a este respeito que:

[...] as ‘práticas do desenvolvimento sustentável’ passaram a ser orientadas pelas ‘determinações’ ou ‘contingências do mercado’, resultando numa instrumentalização cada vez maior da apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização e, consequentemente, na maior valorização da esfera de ‘mercado’ nas estratégias de desenvolvimento. (PAULA, 2005, 264).

Paradoxalmente, os autores desta mercantilização, perante os impactos negativos daquela apropriação desenfreada dos bens naturais, incentivam e encorajam a criação de projetos de diversas naturezas que são usados como “cartões” de visitas em fóruns internacionais, processo que engendra a circulação de capitais internacionais com diversas finalidades em circuitos restritos.

Straforini (2006) analisando o período atual caracterizado pela hegemonia de certas culturas locais considera que:

[...] nenhum grupo beneficiou-se mais desse período do que os investidores, especuladores e banqueiros. Esses são, de longe, aqueles que usam a tecnologia, sobretudo a da informação, no seu limite máximo e, consequentemente, passam a ditar as ordens na economia mundial. Não é de outra forma que as grandes ‘entidades’ símbolos da globalização são agências financiadoras ou bancos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), entre outros. (STRAFORINI, 2006, p.36).

A este respeito, é nos citado um exemplo brasileiro nesse circuito internacional de circulação de capitais por Paula (2005), nos seguintes termos:

[...] o processo de ‘modernização’ na Amazônia nessa fase de maior valorização da ‘vida de mercados’ [...] **caracteriza-se por:** 1) A Amazônia deixa de integrar uma estratégia de ‘desenvolvimento nacional’ e passa a subordinar-se mais diretamente aos interesses de capitais privados e transnacionais. Agências multilaterais, como Banco Mundial e Banco Internacional de Desenvolvimento, passam, nesse contexto, a exercer um papel de coordenação de investimentos setoriais na região, antes exercidos por instituições do governo federal. (PAULA, 2005, p.269, grifo nosso).

Paula ilustra, com este extrato, a inquietação de Straforini (2006) ao apontar que, “O que nos preocupa nessa extrema importância dada ao capital financeiro é a idéia da perda do papel do Estado-Nação nesse jogo de acumulação capitalista”. (STRAFORINI, 2006, p.38).

Santos (2004) corrobora e justifica esta visão ajuntando que,

Neste mundo de agudas contradições, a proliferação dos Estados é uma necessidade para a expansão do imperialismo em sua fase atual, porque institucionaliza e facilita a penetração. A Nação-Estado é em grande parte consolidada e, por vezes, o resultado das contradições internas criadas pelo

capitalismo tecnológico, notadamente por aspirações que a exacerbação da publicidade e do comércio exterior faz nascer, como a diversidade do consumo, desde a alimentação até à educação [...] Com efeito, a mundialização das relações, que são igualmente relações hierárquicas, estimula a contradição em toda parte: formas diversas de nacionalismo, fundado na exploração dos recursos naturais e humanos, a pobreza crescente lado a lado com a riqueza crescente e a necessidade, imposta ao Estado, de levar tudo isso em conta. Que dizer do fato de que duas potências, e só elas, conhecem melhor do que ninguém as riquezas naturais dos demais países e elaboram as técnicas de sua utilização? (SANTOS, 2004 b, p. 26).

Neste contexto, diversos fóruns mundiais, como a CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), estimulados pela necessidade de cooperação internacional para, aparentemente, reduzir os desequilíbrios sul/norte alcançaram consensos, na base dos quais os países desenvolvidos deviam disponibilizar parte do seu PIB aos subdesenvolvidos para fortalecer suas estruturas sócio-econômicas; sob diversas formas, vinculam-se assistências a projetos de variadas naturezas que encontram financiamentos para a sua execução.

O desafio neste processo é, por um lado, determinar até que ponto aqueles financiamentos atendem aos fins pretendidos? E, por outro, se aqueles não serão meios para a potenciação das elites num período histórico caracterizado pela supremacia das esferas individuais sobre o coletivo?

No concernente à emergência de novos estilos de vida e contextos sociais que potencializam mais as esferas privadas em detrimento das públicas, uma reflexão histórica da estratificação social é pertinente, de modo a permitir um debate com esta área de conhecimento.

Considerando que a História da Humanidade ensina ao longo do tempo que, com o surgimento do sobre produto do trabalho estiveram criadas as condições básicas para a diferenciação social das pessoas: umas passaram a se dedicar mais ao trabalho produtivo - as massas ou a maioria da população; as outras, um grupo restrito, ou a minoria que se evidenciou no seio da comunidade, então passou a viver do trabalho da maioria.

Por conseguinte, com o desenvolvimento tecnológico e a ocorrência dos tempos modernos, esse núcleo passou a constituir-se em Estado dentro de uma nação. Daí que, observando a sociedade, se constata a existência de pessoas que governam e outras que são governadas; a separação explícita ou implícita entre as elites e as massas (às vezes sob forma de dirigente-dirigidos ou governantes/governados) e, raramente se discute a questão da legitimidade do poder, atendo-se ao seu exercício efetivo.

Em “Elementos de sociologia”, (KOENIG, 1976, p. 252) ensina que:

Os fatos comprovam que em todas as sociedades humanas seus membros estão divididos em grupos mais ou menos distintos. Até as sociedades mais primitivas têm alguma forma de estratificação social. [...] a sociedade sem estratificação, com real igualdade de seus membros, é um mito que já mais foi realizado na história da humanidade.

O modo como Koenig apresenta a estratificação social, esclarecendo, portanto, a sua visão sobre a organização da sociedade é de interesse para a presente pesquisa por buscar a razão de ser da ocorrência de mecanismos subjetivos na gestão dos projetos e de problemas ambientais em Moçambique. É um mecanismo filosófico-sociológico e político-econômico de manutenção, fortalecimento e reprodução do poder através de segmentos que constituem o exercício de uma influência preponderante para iniciar, decidir ou executar políticas.

A problemática da sua legitimidade diz respeito aos processos pelos quais se desenrola a evolução histórica das relações entre os sujeitos sociais ao longo do tempo num determinado espaço geográfico. Estes mecanismos são característicos da descrição de classes sociais feita por Abbagnano (2000) como:

Classe em sentido sociológico corresponde ao que os antigos chamavam de ‘parte da cidade’ e designa um grupo de cidadãos definido pela natureza da função que exercem na sociedade e pela parcela de vantagens que extraem de tal função. Platão admitia três classes, ou melhor, três partes da cidade ideal: a dos governantes ou filósofos, a dos guerreiros e a dos agricultores e artífices. (ABBAGNANO, 2000, p.145).

Assim, sociedades modernas se encontram providas de várias elites, nomeadamente: alta elite - elites dirigentes que exercem o poder diretamente e várias sub - elites que executam as decisões e políticas da elite dirigente na base das quais elas se mantêm no poder.

Porconsequente, interessa ao Estado a reprodução, a fortificação e a manutenção deste corpo de grupos sociais através dos quais se controla e se reproduz o poder político. Visto que ele não poderia existir, sem um corpo privilegiado; porque a sua salvação e manutenção tornam absolutamente necessária a existência de uma classe privilegiada cuja emergência funde-se em critérios de confiança.

No entanto, a evolução histórica deste fenómeno revela que,

[...]a noção de classe ficou muito acentuada no século XVIII, por obra da Revolução Francesa e de todo o movimento cultural que a promoveu e acompanhou. Em Filosofia, porém, ela só ganha destaque graças a Hegel, que considerava a divisão das classes como um ajustamento necessário da sociedade civil, devido a bens privados, ou seja, ao capital, à aptidão dos indivíduos que, em parte, é condicionada pelo capital, a circunstâncias

contingentes devidas à diversidade das disposições e das necessidades físicas e espirituais. (ABBAGNANO, 2000, p.145).

Daí que estas elites detenham o controle do mecanismo de reprodução do poder político consubstanciado ao controle do poder econômico. Este quadro sugere que “alguns grupos *tenham* sempre menos oportunidades do que seus compatriotas. A maioria das pessoas considera que essas flagrantes disparidades violam o senso de justiça, especialmente quando os indivíduos afetados podem fazer muito pouco a respeito.” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 7, grifo nosso). Portanto, esta constatação trata-se de “Um sentimento coerente com os sentimentos de grande parte da filosofia política e com o sistema internacional de direitos humanos”. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 8).

É assim que consideramos pertinente mencionarmos, a este respeito, a visão de Abbagnano (2000, p.145), quando este afirma que: “Hegel atribui às classes a função de mediadora entre o governo e o povo, sua determinação exige nelas tanto sentido e o sentimento de Estado e governo, quanto o dos interesses dos grupos particulares e dos indivíduos”.

São interesses dos grupos particulares e dos indivíduos que se materializam através da alocação ineficiente de recursos para a maioria sem alternativas de produção que está sempre associada a diferenças de riqueza ou status.

Sob este diapasão e, sendo que os Projetos, quer ambientais, quer os de desenvolvimento comunitário em geral, constituem um circuito de circulação de capitais internacionais no país, torna-se óbvio que sejam, igualmente, pólos de reprodução⁷, fortalecimento e manutenção do “status quo” das elites políticas e várias sub-elites, colaterais às primeiras.

Observa-se que os critérios de seleção, recrutamento e admissão de trabalhadores para as vagas e cargos nestes projetos nunca, deste modo, poderão ser transparentes e objetivos. São, no geral, vagas anunciadas em mídias quando já se têm ocupantes pré-determinados e definidos. Estes anúncios circunscrevem-se na falácia democrática para confundir os menos atentos à dinâmica social determinada pelo contexto respectivo.

⁷ . Reprodução no sentido defendido por Vieira (2002, p. 4), ao referir que: Tais mutações só se tornam porque o modo de produção é capaz de produzir para a sua própria reprodução, que na verdade trata-se de uma reprodução, uma vez que o resultado de sua produção é justamente a condição primeira também de sua reprodução. Assim, a re-produção não pode ser entendida como uma repetição da produção, mas sim, como uma produção nova, que toma como base o produto anterior, mas ao fazer-se, transforma-se, produzindo sempre para a sua sobrevivência, em contínua transformação. É o que acontece com as relações de produção no capitalismo, que se reproduzem para, mudadas, permanecerem.

O mecanismo de defesa destas práticas se prende ao fato de que, ao se acolher a necessidade da existência de um Estado, há que se aceitar a divisão entre dirigentes e dirigidos, a distribuição desigual do poder no seio da sociedade; dado que sociologicamente, a estratificação social significa, segundo Koenig (1976):

[...]

Um padrão imposto, de categorias privilegiadas e diferenciadas que implica a distribuição entre os membros de uma sociedade de direitos e privilégios desiguais, assim como de deveres e responsabilidades. Em outras palavras, a estratificação social, [...], é um sistema de diferenciação que inclui uma hierarquia de posições sociais cujos ocupantes são tratados como superiores, iguais ou inferiores entre si, em relação a aspectos socialmente importantes. (KOENIG, 1976, p. 252).

A natureza classista da sociedade baseia-se, portanto, no conjunto de indivíduos:

que se colocam mutuamente em relação de igualdade e separação de outros grupos por padrões aceitos ou sancionados de superioridade e inferioridade [...] porque qualquer porção de uma comunidade separada do resto não por limitações decorrentes de idioma, localidade, função ou especialização, mas primordialmente por sentimentos de distância social [...] *cujos fatores de diferenciação* são: o nível de renda, distinção ocupacional e, *acima destes*, o reconhecimento geral de superioridade e inferioridade de status que separa uma classe de outra e dá, a cada uma, coesão. Há uma sociedade de classes sempre que a população se divide em grupos ocupando status reconhecidos como superiores ou inferiores, e esses grupos estão separados entre si por barreiras baseadas em status. [...] *assim*, as classes são agregadas de indivíduos que têm as mesmas oportunidades de adquirirem mercadorias e exibem o mesmo padrão de vida (KOENIG, 1976, 253 grifo nosso).

No conjunto destes aspectos que orbitam em torno de ação ou inação dos gestores dos projetos ambientais e da sociedade moçambicana, perante os males decorrentes da degradação ambiental encontram-se aspectos subjetivos das elites e, portanto, complexos e complicados necessitando que pesquisas especializadas aprofundem seu esclarecimento.

No geral, diante do que nos propomos desenvolver na presente pesquisa, as colocações até aqui feitas muito contribuem para compreender o que os restantes capítulos desenvolvem e/ou descrevem.

Porém, as aplicações indevidas dos recursos reclamados para a concepção e implementação dos projetos é uma situação que contrasta com o conceito e a essência de “Projeto” descrito em Giovanni e Rozenfeld (2005) ⁸, da seguinte maneira:

[...] é entendido como conjunto de ações, executadas de forma coordenada por uma organização transitória, ao qual são alocados os insumos necessários para, em um dado prazo, atingir um objetivo. Sendo este objetivo geralmente

⁸. Acessados em www.guiadelogistica.com.br, a 30.11.05.

especificado em termos de custos, tempo e desempenho. Um projeto é único, tem objetivos definidos e mensuráveis e tem um ciclo de vida.

O Gerenciamento de Projetos (GP) oferece uma visão integrada de todos os objetivos assumidos. Tem um enfoque humanístico e participativo, orientado para a obtenção de resultados, com a premissa de que os resultados são atingidos por meio de trabalho de pessoas. O (GP) compreende a concepção de metas e objetivos do projeto, a elaboração de um plano, a execução do plano e a revisão e controle do projeto. Por fim, o GP oferece uma grande variedade de princípios, procedimentos, habilidades, ferramentas e técnicas que são necessários para que possam atingir os objetivos previamente planejados.

Entende-se assim que projeto é um empreendimento detalhado e claramente planejado, organizado em um conjunto de atividades contínuas e interligadas, a serem implementadas, voltadas para um objetivo de caráter ambiental, educativo, social, cultural, científico e/ou tecnológico. Ou seja:

Projeto é um empreendimento temporário com o objetivo de criar um produto ou serviço único. Temporário significa que cada projeto tem um começo e um fim bem definidos. Único significa que o produto ou serviço produzido é de alguma forma diferente de todos os outros produtos ou serviços semelhantes.⁹

O Projeto nasce do desejo de transformar uma realidade e é o primeiro produto de uma idéia de solução para uma questão identificada.

Ele deve conter o maior nível possível de detalhamento desta idéia, de forma organizada, assim todos os que lêem podem compreender o que se pretende fazer, o porquê se deve fazer e quais são as possibilidades reais de se obter resultados positivos.

Mais do que um instrumento de obtenção de recursos, um projeto bem elaborado se torna uma importante ferramenta de trabalho e um instrumento que pode auxiliar a implementação e gerenciamento de cada uma das etapas.

[...]

Para a obtenção de qualquer financiamento, seja governamental ou privado, o projeto é cartão de visitas. Mais do que isso, é onde fica demonstrada a capacidade de uma instituição de administrar os recursos que pleiteia receber, cumprir os objetivos a que se propõe e alcançar as metas estabelecidas.¹⁰

Por outro lado, Santos (2004) considera o planejamento como passo importante para a execução ininterrupta e consecutiva das ações de um projeto, ao referir que,

Deve-se, minimamente, reconhecer o dinamismo dos sistemas que compõem o meio. Assim, como planejar implica identificar, selecionar e destinar recursos, para que isso seja feito de maneira adequada é necessário localizá-los e conhecê-los em quantidade e qualidade, bem como ter clareza sobre os objetivos para os quais eles serão dirigidos. Em, suma é necessária alguma forma de espacialização dos recursos apresentados pelo diagnóstico, bem como o conhecimento dos conflitos decorrentes de sua conservação ou uso. (SANTOS, 2004, p.24).

⁹. Segundo o Project Management Institute apud (JÚNIOR, 2005, p. 3), acessado em www.fejepar.org.br, a 20.4.06.

¹⁰. www.ambienteSPgov.br na sua página sobre Oficina de elaboração, administração e avaliação de Projetos, acessado a 11.12.05.

Ou Seja, os projetos ambientais são desenvolvidos em determinados espaços e lugares que sofreram ações humanas impactantes que transfiguraram as paisagens, desequilibraram os ecossistemas e resultaram em outras novas paisagens desagradáveis para o homem e nas quais, os “lugares” ¹¹ desapareceram, com o sentido que lhes dá Flores (2005), apoiado em outros autores:

Quanto a lugar, Tuan define como sendo ‘qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse. Cada parada é tempo suficiente para criar uma imagem de lugar que, em nossa opinião, momentaneamente parece maior’ TUAN, (1983, p.179). O autor sugere que o primeiro passo no rumo da valorização de um lugar reside no olhar. Amorim Filho (1996) acrescenta que ‘[...] toponímia pressupõe a importância capital da noção de lugar, em comparação com a de espaço, para a afetividade humana’ (AMORIM FILHO, 1996, p. 142), no que é apoiado por um fragmento do próprio Tuan: ‘quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar’ (TUAN, 1983, p.203), apud (FLORES, 2005, p. 98).

Considerando a inserção do tema “gestão ambiental” nas preocupações dos geógrafos, retomamos em Moraes (1981, p.68), o pensamento de Vidal de La Blache, que criticando posturas Ratzelianas da escola alemã, definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o em seu próprio benefício, ou seja, evidenciou que a natureza oferecia as possibilidades que o homem precisasse para a sua sobrevivência.

No entanto, o leque temático objeto de abordagem geográfica, é tão vasto que até parece transitar dos limites do meio físico. No sentido do pensamento de Cohen (1970) apud (ASSIS, 1998, p. 7), está patente fortemente o alcance dessa amplitude e a grandeza dessa dimensão nos seguintes termos:

Mesmo que nenhum problema do mundo seja exclusivamente geográfico, poucos são os que de alguma forma não possam ser passíveis de uma abordagem geográfica. Trabalhando ao mesmo tempo na esfera das ciências exatas, sociais e da natureza, ou na fusão das mesmas, e somando-se ainda aquilo que é traço comum a todos os ramos da ciência, que é a permanente renovação pela evolução dos conhecimentos, já se tem uma das razões do que pode ser considerado um precioso cabedal, porquanto promove uma dialética que, ao invés de gerar crises, é salutar, na medida em que oferece a sua parcela de contribuição para o enriquecimento dessas três grandes áreas do conhecimento. Além de que, ainda oferece a vantagem de proporcionar-lhes a integração.

¹¹ . RELPH, E. (1976, p.1) considera que [...] we have to know, differentiate, and respond to the various places where we work, relax, and sleep. But in itself this practical knowing of place, although essential to our existence, is quite superficial and is based mainly on the explicit functions that places have for us.

Sobre a análise da questão ambiental produzida por geógrafos, Guerra e Cunha (2004, p. 20) afirmam que:

[...] a Geografia, tanto física como econômica, não tem tido uma análise profunda da questão ambiental. Apesar de que os geógrafos, tanto físicos quanto humanos, nunca falaram tanto das relações entre a sociedade e a natureza quanto nos dias de hoje. Na prática, porém, a geografia humana permanece alheia à dinâmica da natureza, tanto quanto a geografia física à dinâmica da sociedade. Os geógrafos físicos ou geomorfólogos se restringem a tentativas incipientes de incluir o ser humano ou a população (quase nunca a sociedade) nas suas interpretações. Os geógrafos humanos se limitam a ver o ambiente como substrato físico, que é passivamente transformado pela sociedade.

De forma mais ou menos generalizada, os geógrafos falham em demonstrar a importância das relações socioespaciais e da estrutura de classe no entendimento da problemática ambiental. Além dos aspectos sociais e políticos, cabe aos geógrafos, especialmente, analisar a estruturação e reestruturação socioespacial, processo no qual as áreas de maior risco ambiental são destinadas aos segmentos sociais menos favorecidos.

Outro ponto de vista sobre o assunto é expresso no excerto abaixo, apontando que:

Repensar a questão ambiental é, portanto refletir sobre a qualidade de vida na cidade. Os estudos sobre as questões ambientais, planejamento, qualidade ambiental, etc., tem atraído o interesse de várias áreas do conhecimento humano, embora é ao geógrafo e ao urbanista que compete a grande maioria desses estudos. Na perspectiva do geógrafo, a qualidade de vida nas cidades representa um arranjo de fatores naturais e sociais, formando uma individualidade espacial. (OLIVEIRA, F. 1982 apud LOMBARDO, 1995, p.10).

É uma individualidade espacial que requer uma leitura integral, ou seja, há que considerar que: “A análise ambiental com sua visão sistêmica, além de aproveitar os estudos analíticos de cada componente, integra-os dentro de um conjunto, onde são estudadas suas transformações, distribuição, dinâmica e conexões”. (CAVALCANTI, 2006, p.5).

Christofolletti (1999, p. vii) corrobora esta visão, ajuntando que:

A modelagem de sistemas ambientais inerentemente se enquadra como procedimento teórico no uso da abordagem holística, envolvendo arsenal de técnicas qualitativas e quantitativas, expressando bases de operacionalização da análise sistêmica. Como referencial disciplinar básico, considera-se como ponto de partida o contexto do objeto relacionado com a Geografia Física, que trata a estrutura, funcionamento e dinâmica da organização espacial dos sistemas ambientais físicos ou geossistemas. De maneira complementar, há a inserção relacional com a modelagem de ecossistemas.

Acolhemos esta postura para a análise do meio físico-natural e sócio-econômico da área do nosso estudo, dado que a Ciência moderna considera que:

Chegou o momento de uma nova epistemologia, que não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso.

Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento. (JAPIASSU, 1975, p.15).

Postura aceita em âmbito geográfico se se considerar que,

Ao focalizar a questão da definição e objeto da Geografia, em diversas oportunidades, CHISTOFOLETTI (1983; 1986-1987; 1990b; 1993b) *sic* vem tecendo considerações salientando que a proposta trabalhada em torno do conceito de *organização espacial*, como sistema funcional e estruturado espacialmente, é potencialmente a mais adequada, incorporando o conteúdo inserido em todos os demais enunciados e a abordagem holística do cenário científico atual, para desenvolver a compreensão de categoria de fenômenos que a individualiza e a diferencia das demais disciplinas. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 40).

Porque a marcha da humanidade conduz para um destino não sustentável para pouco tempo; a dimensão sustentável do futuro deve começar agora. Assim, a defesa e proteção do meio ambiente é uma questão urgente em Moçambique, considerando que:

A constituição da República de Moçambique no seu artigo 72 consagra o direito dos cidadãos a um ambiente equilibrado e o dever de defendê-lo, atribuindo ao estado a tarefa da sua materialização através da promoção de iniciativas visando o equilíbrio ecológico, a conservação e preservação da natureza. (MICOA, 2004, p.244).

Desta formulação se considera que a pesquisa se insere na corrente pragmática, porque se subordina à linha aplicada, com o intuito analítico de fornecer procedimentos e subsídios para as políticas públicas moçambicanas a fim de conferir habilidade para o uso racional dos recursos naturais e desenvolvimento dum ordenamento territorial correto, uma gestão e gerenciamento ambiental sadios e transformacional visto que, as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas, de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo, na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Para a percepção, cognição e interpretação dos aspectos relativos à área do nosso estudo, a pesquisa obedeceu a um roteiro da observação participante e à entrevista em profundidade nos quais se evidenciaram conceitos quantitativos, ou seja, os que medem os resultados contábeis da percepção paisagística das comunidades locais após a introdução do projeto na área. Ao lado deles, há uma série de dados qualitativos, usados para avaliar as contribuições do projeto à sociedade no modo e no estilo de vida das pessoas, tais como: a segurança, a limpeza, a satisfação material e psíquica dos indivíduos como resultado da execução do projeto. Em suma indicadores que expressam

a contribuição do projeto na mudança dos níveis sociais e econômicos das populações locais.

O que encontra um consenso de especialistas em pesquisas qualitativas ao considerarem que, “[...] na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. Os investigadores introduzem-se e despendem grandes quantidades de tempo em escolas, famílias, bairros e outros locais tentando elucidar questões educativas”. Bogdan e Biklen, (1994, p. 47).

O percurso do raciocínio seguido, como base para as conclusões tiradas acerca dos fatos e fenômenos observados para a pesquisa em pauta, foi o procedimento racional indutivo caracterizado, segundo Gerardi e Silva (1981, p.5) da seguinte forma:

No método indutivo movimentamo-nos dos fatos para as idéias, de observações para generalizações, do particular para o geral. [...] este método teve e tem ainda um papel importante na pesquisa geográfica visando o desenvolvimento do conhecimento científico.

Logo, os procedimentos metodológicos observados foram baseados na pesquisa empírica cuja técnica predominante foi entrevista com os intervenientes na elaboração de políticas ambientais em Moçambique – Funcionários seniores do MICOA, com os representantes das agências financiadoras de projetos ambientais no país, nomeadamente do PNUD, Banco Mundial, DANIDA, FAO e Embaixada dos Países Baixos. (Apêndices A, B, C e D).

Em segundo lugar foram feitas entrevistas com os gestores do CDS – sul bem como aplicados questionários à população das áreas alvos do projeto, na base dos quais se fez uma amostragem estratificada da percepção, interpretação e representação da população local em relação ao desempenho e impacto do projeto na área. (Apêndices A e B), um procedimento que encontra amparo científico em Ornstein (2001, p.314), suportando-se em vários estudiosos, ao ensinar que:

A utilização de questionários associados a escalas como ordinal ou de intervalos, dentre outras, visando aferir atitudes, opiniões, níveis de satisfação, preferências à propósitos dos atributos de um dado produto ou serviço (MATTAR, 2000) ou da eficácia de um dado programa social ou político (ROSSI & FREEMAN, 1985), tem sido intensa há várias décadas, nos campos das pesquisas voltadas as Ciências Sociais e ao marketing.

Julgamos que esta prática foi um grande ganho porque os intervenientes no processo, desde as agências até às comunidades locais, evidenciaram indicadores subjetivos e qualitativos. A nosso ver, este procedimento enriqueceu a pesquisa pela diversidade de pontos de vista e, sobretudo, porque foram derivados de sentimentos expressos espontaneamente pelas comunidades beneficiárias das atividades do Projeto.

Guimarães (2005, p.17) é partidária deste procedimento ao considerar que:

[...] quando pensamos em percepção e interpretação da qualidade de vida, podemos considerar que à medida que temos diferentes grupos de população, representando diversas culturas, segmentos sociais, económicos, etc., também temos percepções e interpretações distintas do que é a qualidade de vida, de seus significados e de suas significâncias, e até mesmo de seus processos de ressignificação num contexto de múltiplas variáveis individuais e coletivas de intervenção.

Segundo Ornstein (2001 p.301):

Autores como BECHTEL (1987) e ZEISEL (1995) destacam com muita propriedade: a) a importância do conhecimento da opinião do usuário do ambiente construído ou do Projeto participativo na concepção espacial, e b) a importância do instrumento questionário na coleta ágil e representativa da opinião dos usuários.

No entanto, o trabalho de campo para a coleta de dados aqui apresentados, não foi de fácil realização devido a questões de ordem burocrática. Mas no final do processo realizou-se uma observação participante das paisagens sob a companhia do líder local em cada uma das três áreas que constituem a área do PID e de cinco ex - alunos nossos da 12^a ¹² classe da Escola Secundária Joaquim Chissano.

Uma vez estabelecidos no terreno, buscávamos nas residências nossos entrevistados baseados no critério idade para identificar os sujeitos, ou seja, uma vez no local procedíamos à nossa apresentação e em seguida pedíamos uma conversa com os membros do agregado familiar cujas idades variassem entre 16 e 70 anos.

Entrevistamos os indivíduos de um quarteirão de uma forma salteada para evitar influência das respostas dos vizinhos à família seguinte, pois a nossa presença numa família despertava curiosidade da família vizinha. Isto é, se entrevistássemos na primeira residência, não entrevistávamos na segunda, assim sucessivamente, sobretudo, nas aldeias onde o povoamento é concentrado, caso de Chinunguine e Macanwine.

Portanto, o grupo alvo de entrevista compreendeu a faixa etária entre 16 e 70 anos de idade, perfazendo um universo de 233 indivíduos que formaram a amostra de toda a população da área do PID.

A primeira parte do questionário visava caracterizar os indivíduos quanto à: idade, sexo e nível de escolaridade. A segunda parte abrangeu perguntas abertas e fechadas que, essencialmente, consistiam na identificação das atividades específicas do projeto,

¹². O equivalente ao 3º colegial do Ensino Médio Brasileiro e, última classe do ensino secundário ou pré-universitário moçambicano, na Escola Secundária Joaquim Chissano, em Xai-Xai.

seu funcionamento e impacto na vida das comunidades e avaliar a apreciação individual dos ganhos trazidos pelo projeto para a área.

Em simultâneo com as entrevistas ocorria a observação das paisagens “in loco” com o objetivo de ler e interpretar a configuração territorial que é “o território e mais e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a define”. (SANTOS, 1996, p. 75). Reforçou ainda mais, a nossa convicção de assim proceder, a constatação de que:

A Ciência possui como seu verdadeiro ‘laboratório’ a própria realidade. Seu campo de estudo abrange o conjunto da complexa rede de fenômenos naturais e humanos, tais como se apresentam nas condições ambientais dadas. O processo de observação dos fatos “in loco”, como método de coleta de dados ou informações tem sido um dos mais utilizados pelos pesquisadores. (CAVALCANTI, 2006, p. 8).

O trabalho de campo decorreu em três principais focos de pesquisa na área do Projecto, nomeadamente:

1. Praia de Xai-Xai sede e a Praia velha, onde se inquiriram um total de 83 indivíduos de vários níveis culturais e económicos. Desde professores com nível de Licenciatura, empresários, estudantes até vendedoras ambulantes com o nível de 6ª classe, correspondente à 6ª série do ensino fundamental brasileiro, ou menos.

2. Área das aldeias circundantes da zona de cimento: Chinunguine e Macanwine - locais onde se puderam auscultar depoimentos de 79 indivíduos desde camponeses até indivíduos cultos. Particular realce vai para a área de Chinunguine aonde decorre o loteamento. Aqui conversamos com indivíduos com posses económicas que erguem palacetes, que de uma forma gradual, constituem elementos físicos de discriminação social. Enquanto que em Macanwine encontramos, majoritariamente, camponeses e, em alguns casos, trabalhadores das minas da África do Sul e seus dependentes.

3. Área adjacente à Praia de Chongoene, vulgo Praia de alho, e na própria zona da praia de Chongoene, locais com um povoamento disperso constituído por camponeses e produtores de mandioca e milho em agricultura de subsistência, extensiva e familiar; bebidas tradicionais; de carvão e corte de lenha nas dunas costeiras locais. Atividades bastantes impactantes sobre o ambiente dunar. Foram entrevistados nesta área 71 indivíduos.

No final do processo fez-se a tabulação dos dados recolhidos durante a fase do trabalho de campo. Uma tabulação que obedeceu a técnicas simples de análise estatística por meio do programa Excel. Esta análise proporcionou importantes informações sobre a compreensão e interpretação do desempenho do projeto na

melhoria do ambiente, no desenvolvimento integral local e na qualidade de vida das comunidades locais.

Gerardi e Silva (1981) esclarecem que:

O geógrafo, como todos os cientistas da natureza e da sociedade, lida com informações percebidas concretamente, de natureza qualitativa ou quantitativa. Com o advento da utilização de técnicas estatísticas pela Geografia, a codificação de informações qualitativas em números ou categorias passou a ter importância fundamental e, mesmo aqueles que vêm com restrições a análise quantitativa têm, vez por outra, necessidade de demonstrar suas colocações através de números (brutos, porcentagens, proporções etc.) que, por simples que sejam não deixam de ser quantificação (entendida aqui como técnica, meio e não como fim em si mesma). (GERARDI e SILVA, 1981, p.11).

Por outro lado, “A análise dos dados tabulados tem auxiliado na elaboração de diagnósticos voltados à qualidade ambiental que fundamentam recomendações para a melhoria do próprio ambiente objeto de avaliação ou para diretrizes de futuros projetos semelhantes”. (ORNSTEIN, 2001, p.301).

Portanto obedeceu-se a um conjunto de regras do método científico e respectivas técnicas para tirar conclusões, ainda que parciais, sobre a percepção das populações visadas através de amostras e, conseqüentemente, aferir as causas e efeitos de um problema decorrente da interação homem/natureza espacialmente localizado-a degradação das paisagens na praia de Xai-Xai e o papel que o PID desempenhou na sua restauração.

No processo da realização do inquérito, algumas pessoas não aceitaram dar seus depoimentos, alegando não saberem nada sobre o local e sobre o que se desejava com a pesquisa. Não obstante, no final do trabalho de campo, se pôde colher depoimentos de 233 indivíduos nas três áreas, como referimos.

Para se alcançar este universo, tivemos que realizar sete deslocamentos em dias intercalados para a Praia de Chongoene; fizemos seis para a Praia de Xai-Xai e cinco para as Aldeias de Chinunguine e Macanwine. (Mapas 2 e 3).

A entrevista com cada um dos indivíduos durou 20 minutos em média, pois o procedimento padrão foi a abordagem direta. Mas com o pessoal técnico, gestores e representantes do MICOA e das Agências financiadoras durou, em média, 45 minutos, dado o interesse que as abordagens dos temas iam suscitando pelo que, se evitou limitar as colocações dos entrevistados, sobretudo, quando elaborassem respostas a perguntas abertas.

Neste nível a instituição que menos resistência nos ofereceu para a pesquisa, e que merece a nossa homenagem, por isso, foi o CDS-ZC, (Centro de Desenvolvimento Sustentável Sul - Zonas Costeira) que se prontificou a trabalhar conosco no mesmo dia em que íamos-nos apresentar, além de ter facilitado muitos documentos e disponibilizado a sua biblioteca, pessoal de apoio e facilitado outras pistas para contactos posteriores noutras instâncias.

As Agências financiadoras dos projetos ambientais tiveram uma atitude diferente da do CDS-ZC, quanto a este aspecto. Não foram de fácil acesso para a pesquisa. Para além de terem demorado acolher o nosso requerimento para o efeito, o que exigiu muita perseverança, coragem e insistência do nosso lado; em muitas questões, quando foi possível o contacto, respondiam-nos, que só o “Governo é que devia responder”; “se nós o dissermos podemos ser cobrados, sobre quem nos autorizou falar disto”. (Informação verbal).¹³

Enquanto isso o tempo ia passando e, ficávamos frustrados porque devíamos regressar para Brasil com dados para a produção da nossa dissertação.

Todavia tranquilizou-nos, naqueles contactos, o fato de que, alguns representantes dessas Agências estavam dispostos a falar como “indivíduos” e não como instituição. Nessa condição se expressaram à vontade desde que não os citássemos, na pesquisa, fato que nos permitiu entender a percepção da dimensão do problema em questão e extraímos nossas conclusões face ao ambiente que nos rodeava. Assim foram tomadas medidas mais apuradas para a leitura e a filtragem de algumas respostas que nos eram dadas.

A pesquisa bibliográfica foi um dos procedimentos metodológicos que permitiu colher aspectos teóricos sobre o assunto em estudo. Ela decorreu nas Bibliotecas da UNESP em Rio Claro, da USP em São Paulo, do CDS-ZC Sul de Moçambique em Xai-Xai e do MICOA em Maputo bem como nos acervos pessoais.

Por outro lado foram acessados “sites” que forneceram várias visões sobre o ciclo de vida dos projetos, planejamento, gerenciamento e gestão ambiental, sobre paisagens, políticas públicas, instrumentos de gestão ambiental e algumas fotografias aéreas da área de estudo.

¹³ . Alguns representantes dos financiadores dos projetos ambientais em Moçambique contatados por nós em Maputo, capital do País em Fevereiro/Março de 2006.

CAPÍTULO 2

LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO PARA A PRAIA DE XAI-XAI

2.1. Caracterização da área de estudo

A área do Projeto em análise partilha espaços territoriais do distrito e da cidade de Xai-Xai, a capital da Província de Gaza, no sul de Moçambique, entre as latitudes: 25° 10' 20" e 25° 10' 31" Sul; e a longitude: 33° 30' 38" e 33° 30' 56" Este.

O projeto foi concebido para abranger uma área costeira dunar, entre a Praia de Xai - Xai e a de Chongoene, numa faixa de 10 km de comprimento e 3 km de largura. (Mapas 1 e 2).

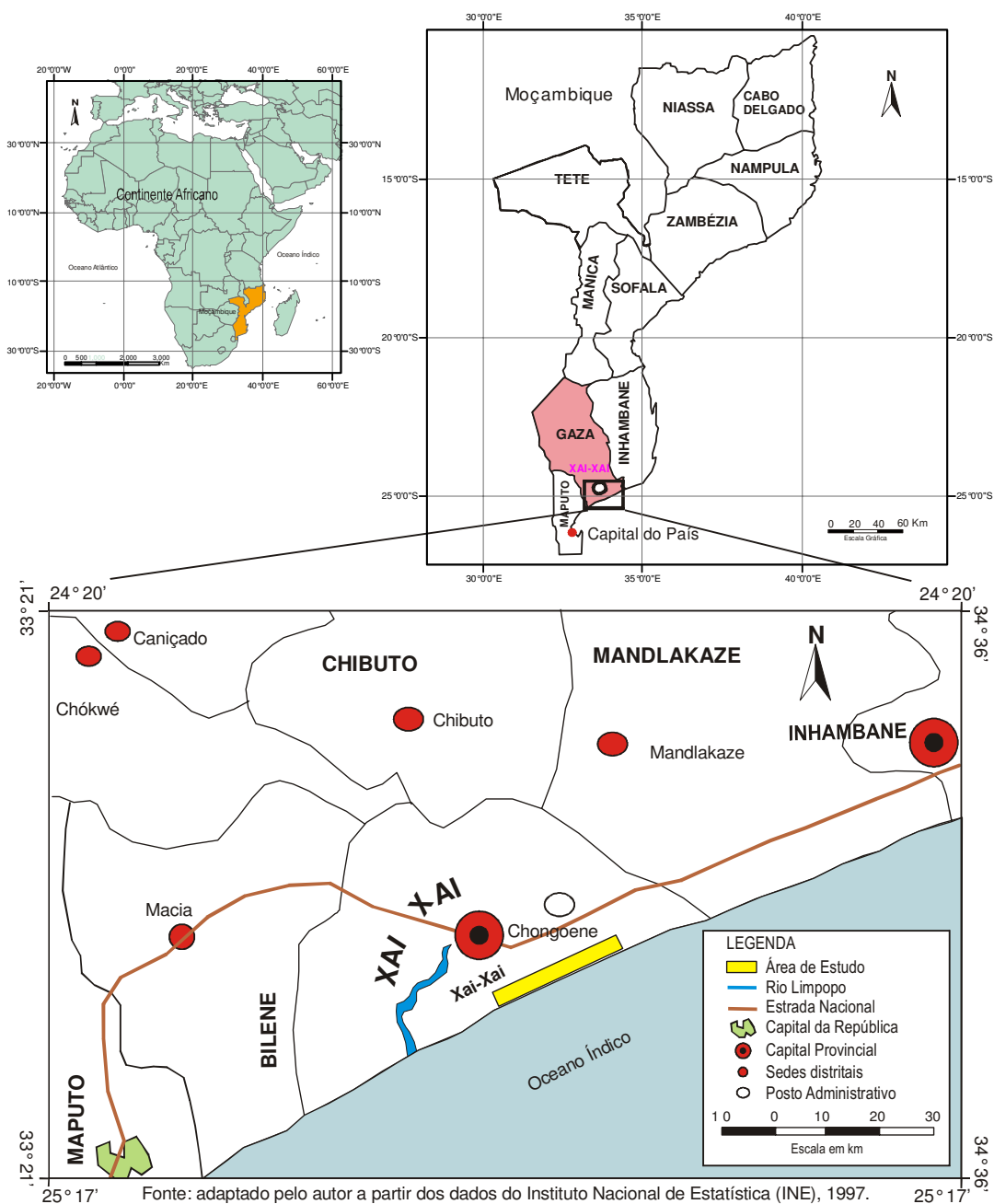
No contexto das estratégias do MICOA, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, a região (Praia de Xai-Xai) em estudo acolhe um Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas costeiras (CDS - ZC) cujas atividades abrangem as três províncias costeiras do sul do país, nomeadamente: Maputo, Gaza e Inhambane. (Mapa 1).

Porém, paradoxalmente são províncias que registram uma aguda degradação ambiental, tanto no litoral quanto no interior (Vide os anexos G, H e I), o que justifica, segundo o Diretor do CDS-ZC ¹⁴ e o assessor do MICOA ¹⁵, a escolha de Xai-Xai para a sede do Projeto na Zona Sul.

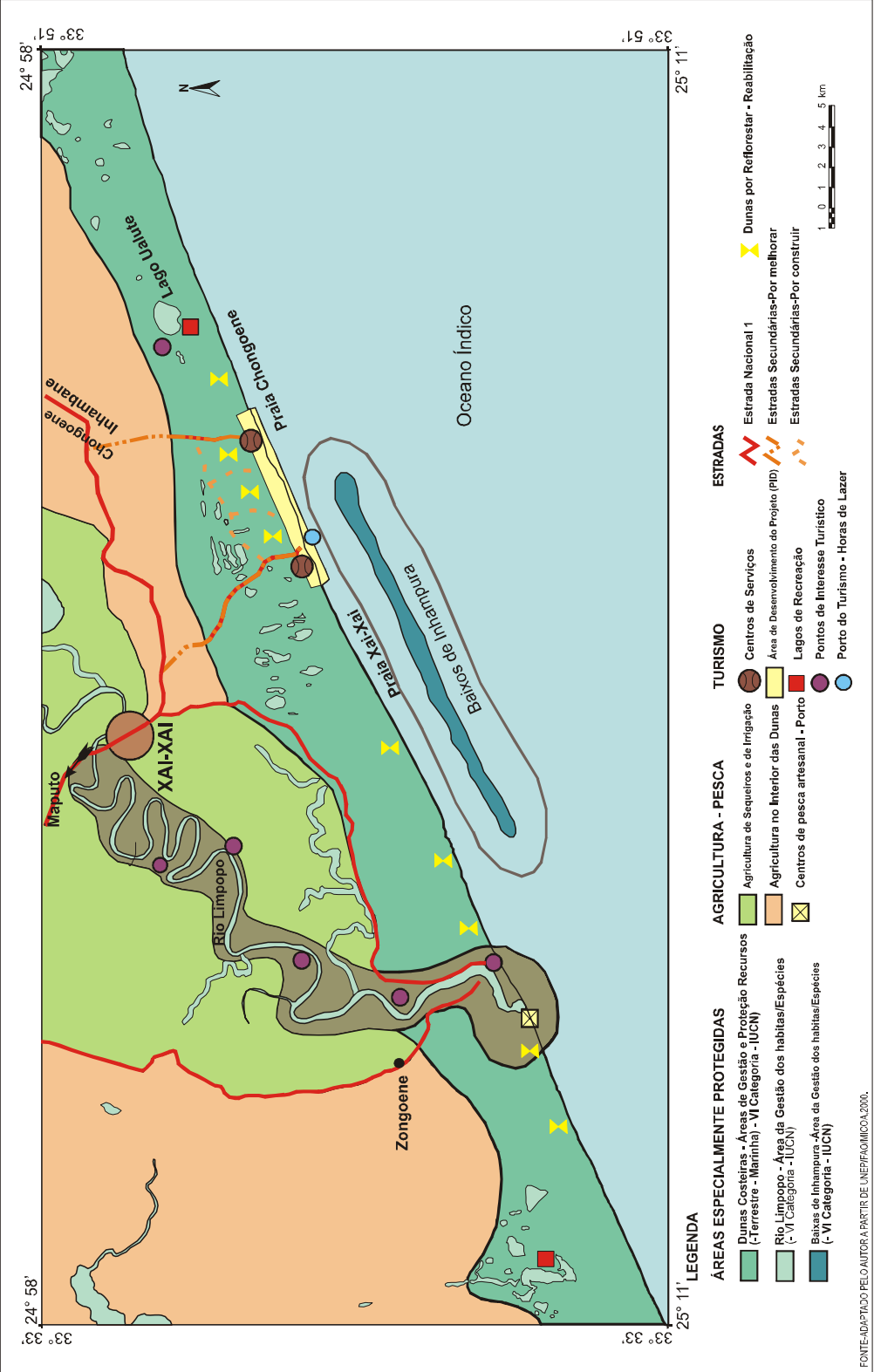
¹⁴ O CDS – ZC (Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras) é definido como sendo uma instituição pública, subordinada ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), que fornece assessoria técnica ao governo a nível local, provincial e nacional e outras entidades, incluindo as comunidades locais e sector privado em aspectos de gestão costeira, e ainda coordena e promove estudos e sua divulgação; desenvolve actividades piloto de gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre que contribuem para a elaboração de políticas e formulação de legislação que promovem o desenvolvimento sustentável da zona costeira. (MICOA, 2004, p.1). (Vide o anexo A).

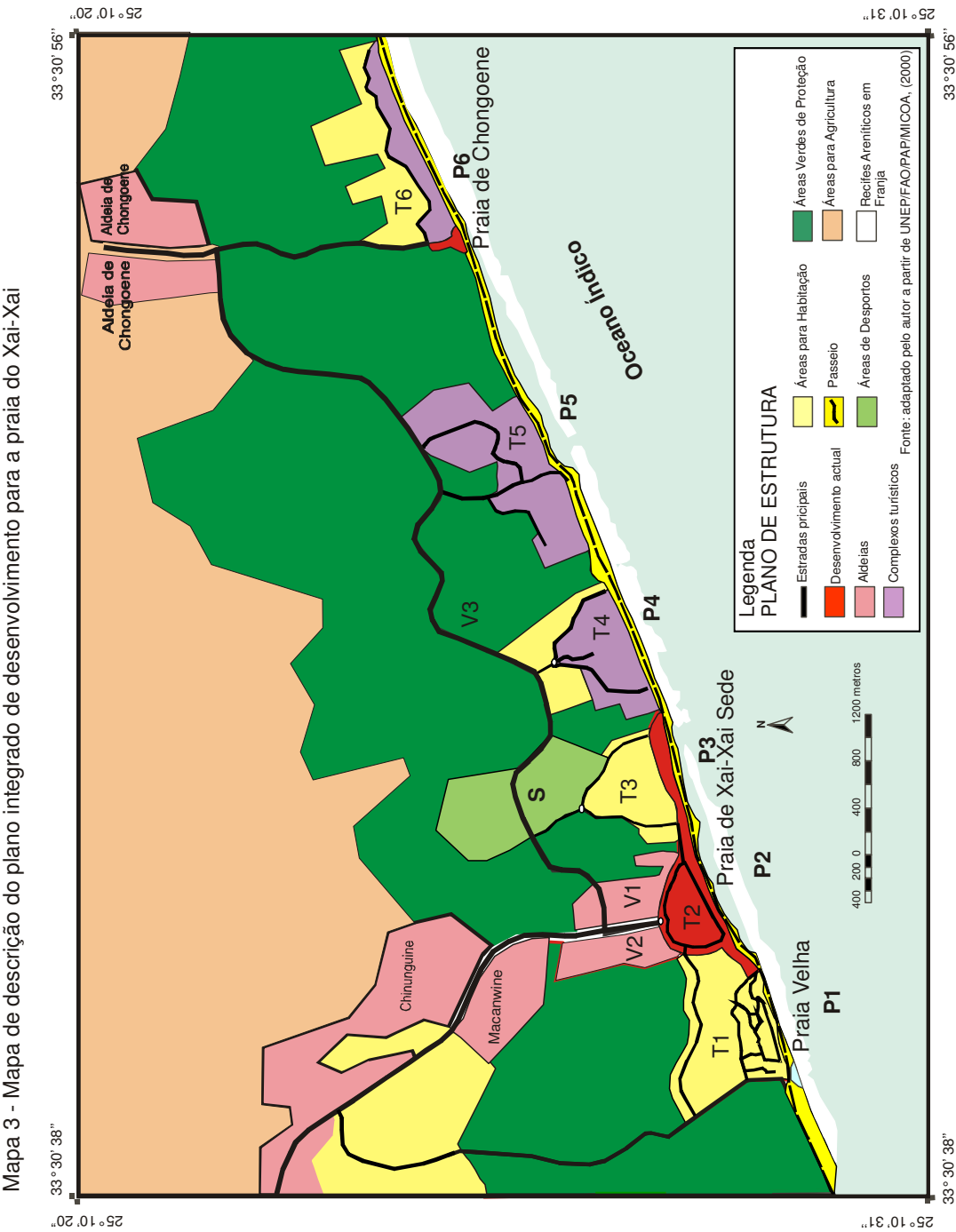
¹⁵. Segundo Rogério Wamusse as razões da escolha de Xai-Xai como sede do CDS e objeto de desenvolvimento do PID são: As praias de Xai-Xai e Chongoene são as que demonstravam um reduzido índice de desenvolvimento infra-estrutural em comparação com as outras da zona sul de Moçambique, nomeadamente as praias de Bilene e da Ponta de Ouro. A aproximação do local com Maputo é um factor decisivo sob o ponto de vista logístico, pois, em menos de 3 horas de viagem por terra, os técnicos alcançam a área do Projecto. Portanto, esta área reúne condições favoráveis para se tomar como modelo de desenvolvimento integrado ao longo da costa moçambicana.

Mapa 1 - Localização da área de estudo.



Mapa 2- Distrito e Cidade de Xai-Xai, uso da Terra





A localização do CDS na Praia de Xai-Xai, segundo o seu diretor, Hermes Pacule, em entrevista com o autor, deveu-se a três fatores fundamentais, nomeadamente:

(i) A oportunidade havida devido à existência de um edifício abandonado no local e que o MICOA se encarregou pela sua reabilitação, (ii) a vontade política expressa pelas autoridades locais na altura para acolher o Projecto em Xai-Xai e (iii) a necessidade de mitigar a degradação das dunas costeiras que se estava agravando no contexto da pressão sobre os recursos naturais resultante da pressão populacional como consequência do conflito armado. (Informação verbal).¹⁶

Neste processo e, no âmbito do Projecto intitulado “Protecção e Gestão das zonas costeiras e marinhas da região Oriental de África (EAF/5), fase II” se elaborou o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Praia de Xai-Xai”, objeto de estudo do presente trabalho.

Nas palavras do próprio documento se aponta que:

No âmbito da primeira fase do Projecto, foram elaborados o perfil costeiro e a estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras e Marinhas (GIZCM), para os 67 km de extensão da zona costeira do distrito de Xai-Xai, como projecto piloto. Durante a preparação destes documentos e durante o seminário realizado em Agosto de 1997, foi reconhecida a necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento integrado do turismo para os 10 km da zona costeira da Praia de Xai-Xai. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000 p.v.).

Quanto à caracterização física da área de estudo considera-se que: o relevo predominante na zona sul de Moçambique é de dunas do Quaternário, que:

[...] são típicas de toda a Zona sul de Moçambique (desde Bazaruto até à fronteira com a África do Sul), cobrindo cerca de 850 km da costa. Estas dunas atingem alturas até 114 m nesta região, sendo consideradas as mais altas do mundo com vegetação. Há dois tipos de dunas: Interiores (afastadas da costa), mais antigas; costeiras ou pioneiras (junto à costa), mais recentes e instáveis (móveis). (GOVE e MANHIÇA, 2004, p.5).

Na esfera político-administrativa, a praia de Xai-Xai é uma das três localidades da Cidade de Xai-Xai, a capital provincial de Gaza, com 4.127 habitantes. (INE/CENSO 97, 1997, p.3). Esta população ocupa a zona da Praia de Cimento (T2), Praia Velha

(T1), aldeias periféricas da Praia (V1 e V2), Bairro de Chinunguine e Aldeia de Macanwine; (Vide as fotos 1, 2, 3 e 4) com construções habitacionais feitas sobre as dunas do Quaternário, acima descritas.

¹⁶ . Hermes Pacule (2005) em entrevista com o autor.



Foto 1: O loteamento é bastante acelerado a tal ponto que em pouco tempo se alcança a estrada: cidade baixa - Praia de Xai-Xai. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 2: A extensão da rede de energia elétrica é fator decisivo da aceleração da urbanização de Chinunguine. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 3: Construções e eletrificação, em pouco tempo em Chinunguine, transformaram a paisagem local de natural para urbana. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 4: No entanto, prevalecem contraste das paisagens construídas em dois lados opostos da estrada: À esquerda Aldeia de Macanwine e à direita o Bairro de Chinunguine. (Mapa 3). Fonte: Autor, Fevereiro de 2005.

Estes assentamentos populacionais constituem um fator de risco potencial ambiental, pois estimulam a ocorrência de erosão, o que requer um acompanhamento estrutural para a prevenção deste e outros fenômenos degradantes do ambiente. Corrobora tal afirmação a constatação de Gove e Manhiça (2004, p. 4), ao apontarem que os problemas da zona costeira se resumem em:

- Desmatamento da vegetação dunar, devido à:
 - Abertura de machambas e corte de estacas para a construção;
 - Queimadas para a abertura de machambas e para a caça;
 - Extracção de areia para a construção;
- Erosão devido à acção do homem, como:
 - A abertura de carreiros (caminhos) de acesso à praia;
 - Abertura de picadas para viaturas motorizadas, nas encostas e cumes das dunas;
 - Implantação inadequada de infra-estruturas, como estâncias turísticas, habitações, etc.
- Erosão natural provocada pela:
 - Chuva;
 - Invasão do mar;
 - Invasão de areias da praia.

Por outro lado, a colocação de Nuvunga (1998, p.8), sobre a vegetação e o ambiente entre a praia velha e a de Chongoene, reforça a necessidade de uma intervenção no sentido da proteção dos recursos paisagísticos locais; visto que ela aponta que:

A separar as dunas primárias e secundárias existe uma estrada, casas e complexos turísticos construídos por cima delas. Devido a destruição da vegetação, o transporte de areia pelo vento é visível e em algumas zonas das dunas primárias a vegetação pioneira como ipomaea pés-caprae, canavalia rósea, Cyperus martimus e Scaevolta thunbergil caffra e Diospyros rotundifolia encontra-se soterrada. [...] Ao longo das dunas primárias poucas áreas encontram-se num estado inalterado.

Estes problemas constituem uma justificativa forte da necessidade da implementação de um plano integrado de desenvolvimento das praias de Xai-Xai e

Chongoene desde que tome em atenção a defesa e proteção dos recursos naturais e económicos: paisagísticos, culturais, históricos e ecológicos locais.

As fotos seguintes ilustram a característica dunar da região abrangida pelo PID e os problemas acima descritos:



Foto 5: Via que liga a Praia de Xai-Xai a de Chongoene, paralela ao mar. Fonte: Roda S. Nuvunga et. al. 1998.



Foto 6: Duna desnudada devido à ação antrópica em volta do Hotel Chongoene. Fonte: Roda S. Nuvunga et. al. 1998.



Foto 7: Clareiras na vegetação dunar ao longo da área do Projecto (PID). Fonte: Roda S. Nuvunga et.al. 1998.



Foto 8: A vegetação pioneira nas dunas costeiras mostra o predomínio de *Scaevola thumbergii*. Fonte: Roda S. Nuvunga et.al. 1998.



Foto 9: Via temporária entre a Praia de Xai-Xai e a de Chongoene, cortando dunas ao longo do percurso. Fonte: Roda S. Nuvunga et. al. 1998.



Foto 10: Imagem dos residentes dos arredores da Praia de Xai-Xai (V1 e V2) regressando do corte de lalacacas¹⁷, ao longo das dunas, para vários fins: venda e construção. Fonte: Autor, Janeiro 2006.

¹⁷ . Ramos finos (nas cabeças dos homens) na base dos quais se constroem capoeiras e servem para amarrar estacas dos tetos das palhotas - casas feitas de estacas, caniço e cobertas de palha.

2.2.Origem do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai

No contexto das atribuições do MICOA - Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, “Foi elaborado no final da década de 90 um importante estudo de desenvolvimento integrado da zona costeira do Xai-Xai, pela Unidade de Gestão Costeira do MICOA [...] Este plano serve de base de trabalho ao CDS, da zona sul com sede em Xai-Xai”. (TORCATO, 2003, p. 6).

É este plano de base para o trabalho do CDS que vai ser o foco da presente pesquisa, atentando para o fato de que ele foi concebido e adotado pelas Assembléias Municipais da cidade e do distrito de Xai-Xai, em 1999 com a duração prevista de 10 anos. O documento em análise ilustra esta constatação em termos que se seguem:

No seminário final realizado na praia de Xai-Xai nos dias 20 e 21 de Maio de 1999, no qual participaram representantes de autoridades nacionais, provinciais, distritais e municipais, representantes locais e nacionais de negócios, e outros beneficiários/utilizadores, discutiu - se em detalhe a proposta de PDI e sugeriu-se a sua apresentação às Assembléias Distrital e Municipal do Xai-Xai, para a adopção. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p.v).

O tempo transcorrido, desde a concepção e adoção, segundo o ciclo de vida de Projetos, seria o suficiente para este estar, atualmente, na fase de encerramento, visto faltarem, apenas três anos para o término de seu prazo de vida. Isto significa que, se tiver sido desenvolvido com eficiência técnico-ética muitas mudanças no sentido positivo para a área de estudo terão sido operadas; mudanças que estariam em coerência com o investimento feito no início do projeto.

Os técnicos, autoridades e dirigentes ouvidos durante o trabalho de campo para a elaboração do presente trabalho foram consensuais em afirmar que: “o Plano resultou de um estudo no qual se gastaram milhões de dólares e que prevê o turismo como atividade principal para o desenvolvimento da zona costeira de Xai-Xai”. (Informação oral).¹⁸

Assim a preparação e a elaboração do Projeto foram atividades desenvolvidas com recursos humanos, materiais e financeiros à altura das exigências, de diversas origens e com competências devidamente assessoradas. (Vide a foto 11).

¹⁸ Os técnicos a vários níveis ressaltaram, durante a entrevista, que na fase da concepção ou preparação do PID foram gastos milhares de dólares americanos. Vide apêndices (G, H, I, J, K) .



Foto 11: Ambiente degradado da Praia velha e o movimento da equipe multissetorial em trabalho do campo na fixação de marcos nas áreas do PID. Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA.

2.3. Descrição do Plano

Segundo (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p.ix), o Plano de desenvolvimento integrado da Praia de Xai-Xai (PID) circunscreveu-se nas metas do Projecto designado “Protecção e gestão das áreas costeiras e marinhas da Região Oriental de África (EAF/5)”, apoiado pela FAO em cooperação com a Organização das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e executado conjuntamente pelo Programa das acções prioritárias - centro regional das actividades e o MICOA.

Durante a preparação dos relatórios alusivos ao estudo do perfil litoral de Moçambique, particularmente da zona costeira da província de Gaza, apresentados no workshop de Xai-Xai em Agosto de 1997 - período em que se concluiu a elaboração da estratégia de gestão da zona costeira do distrito de Xai-Xai, reconheceu-se a necessidade da preparação do Plano de Desenvolvimento Integrado do turismo (PID) ao

longo da área costeira da praia de Xai-Xai na cidade do mesmo nome para desenvolvimento por 10 anos ao longo de 10 km da linha de costa, a arrancar em 1999, cujas atividades vem orçadas nos (Apêndices G, H, I, J e K).

Baseado na criação de condições para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia de Xai-Xai, o Projeto piloto foi também concebido para ser aplicado em outras áreas costeiras moçambicanas onde o turismo poderia ser desenvolvido. Nesta perspectiva, o treinamento do pessoal nacional foi organizado durante a preparação do PID, o qual incluiu a pesquisa de exemplos similares de desenvolvimento de turismo na região (Kenya, Tanzânia-Zanzibar, e em particular na província sul africana de Kwazulu Natal) onde o turismo foi muito cedo desenvolvido quase em condições físicas idênticas e ambiente natural da vegetação costeira e dunas.

De acordo com o mesmo documento, “O principal objetivo deste Plano é providenciar o novo modelo de planificação e gestão da zona costeira para reverter a situação de degradação e gestão tradicional e assegurar um desenvolvimento efetivo e sustentável da área da praia de Xai-Xai, atingindo ambos os sectores: privado e público”. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p.ix). [Apêndices E e F].

Concomitantemente apostava-se na definição da estrutura do desenvolvimento sustentável e investimento futuro assim como para minimizar os conflitos entre diferentes usos da terra e para estimular a estratégia de desenvolvimento da área, através de reflorestamento e plantação de árvores frutíferas; a proteção das dunas da área costeira, colheita sustentável de mariscos como mexilhão e a pesca artesanal desenvolvida pelas comunidades locais, atividades de maior valor nas suas economias.

Suas principais metas relacionam-se com a gestão do ambiente natural bem como com a construção e reabilitação de muitos e preciosos recursos naturais na área, a cintura dunar e a sua vegetação, o adjacente ambiente marinho incluindo a área da praia e as lagoas. Portanto, se projetava uma interferência na configuração territorial que segundo Santos (1996, p. 75) trata-se da “constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for”.

O documento em análise consubstancia esta constatação apontando que, “[...] as áreas naturais devem ser protegidas a todo o custo e devem ser implementados programas de reabilitação das áreas onde a vegetação natural foi destruída.” (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p.x). [Vide o mapa 3].

Resumidamente, há que considerar que o Projecto prevê o desenvolvimento de atividades sobre:

i). Plano físico

O Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai preconiza seis áreas focais em torno das quais se incidiriam as atividades de desenvolvimento, cujo cerne é o Turismo. Foram tomados vários critérios para o uso da Terra, segundo o próprio documento:

Estes critérios foram aplicados na área e por comparação dos vários critérios fez-se a análise da adequabilidade. Cerca de 850 ha. foram identificados para possível desenvolvimento de vários usos de terra, os quais podem acomodar até cerca de 25.000 turistas e residentes locais. As áreas adequadas para o desenvolvimento estendem-se desde a costa até 500m para o interior. As áreas mais apropriadas para o desenvolvimento turístico intensivo são a Praia de Xai - Xai, por meio de desenvolvimento interior, e a área a leste da Praia de Chongoene. Apenas se deve permitir um turismo restrito entre as praias de Xai - Xai e Chongoene. As melhores áreas encontram-se ao longo dos 2 km da faixa a leste da praia de Xai - Xai. As áreas protegidas formam faixas internas, que se ligam às áreas posteriores, que têm mais do que 60m de altura. Áreas externas para serviços estão localizadas por trás das áreas turísticas. Foi identificado espaço para a extensão das povoações, próximo das estradas principais. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p.x.).

Assim, se torna evidente que o substrato foi considerado, visto ser o arcabouço físico natural e palco das ações humanas e, como tal, uma questão basilar para o desenvolvimento de qualquer atividade, daí que se tenham previsto várias ações sobre ele, sob o argumento de que:

Qualquer quinhão de espaço natural ou artificial a ser transformado deve ser trabalhado a partir de projetos executivos detalhados, de tal sorte que nada, ou quase nada, escape à análise e não se descaracterize o lugar. É fundamental que tenhamos consciência, sobretudo das conseqüências quanto a não conservação do meio ambiente, dos atos que praticamos. (FRANCISCO, 2003, p.109).

Porém, a área em estudo não escapou a intervenções alienantes que atendem a interesses econômicos de alguns segmentos, embora esteja explícito que o principal objetivo do plano físico visasse:

“Definir uma estrutura para o desenvolvimento sustentável e investimento futuro, de forma a minimizar conflitos entre os diferentes usos da terra e estimular o desenvolvimento de áreas estratégicas”. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000 p.ix).

Acrescentando, refere que:

O processo de planeamento consiste das seguintes etapas:
Análise das condições actuais;
Determinação de potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento;
Esboço de um conceito de desenvolvimento e de um plano estrutural;
Avaliação do impacto das propostas de desenvolvimento e consideração de alternativas;
Elaboração de um Plano Director;
Planificação detalhada de áreas prioritárias.
(UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000 p.ix).

Trata-se de uma planificação que é uma atividade consensual entre os arquitetos e geógrafos, ao analisarem o processo da desconstrução da Natureza e a construção da segunda Natureza. Francisco, (2003, p.110), de novo acrescenta que:

Os espaços para serem adaptados devem ser convenientemente planejados e projetados. Nos desenhos, os traços originais do espaço existente devem ser mantidos, como que a marcar e garantir a documentação da evolução espacial, o que equivale dizer, não só pouco desconstruir, mas deixando assinalado o que deve permanecer. Os projetos arquitetónicos devem 'pousar no solo', isto é, relacionar-se criativamente com as peculiaridades dos objetos naturais existentes, por exemplo, o verde e a água devem fazer parte e penetrar os novos espaços. Além disso, o ambiente construído resultante deve ter garantido sua organicidade e integração com o entorno. Entendemos a desconstrução do espaço como possibilidade prática, que se nos apresenta, de intervenção espacial com preocupações socialmente engajadas.

O mapa 3 apresenta a proposta de ocupação do espaço na área do PID, ao longo das dunas costeiras entre a praia de Xai-Xai e a de Chongoene.

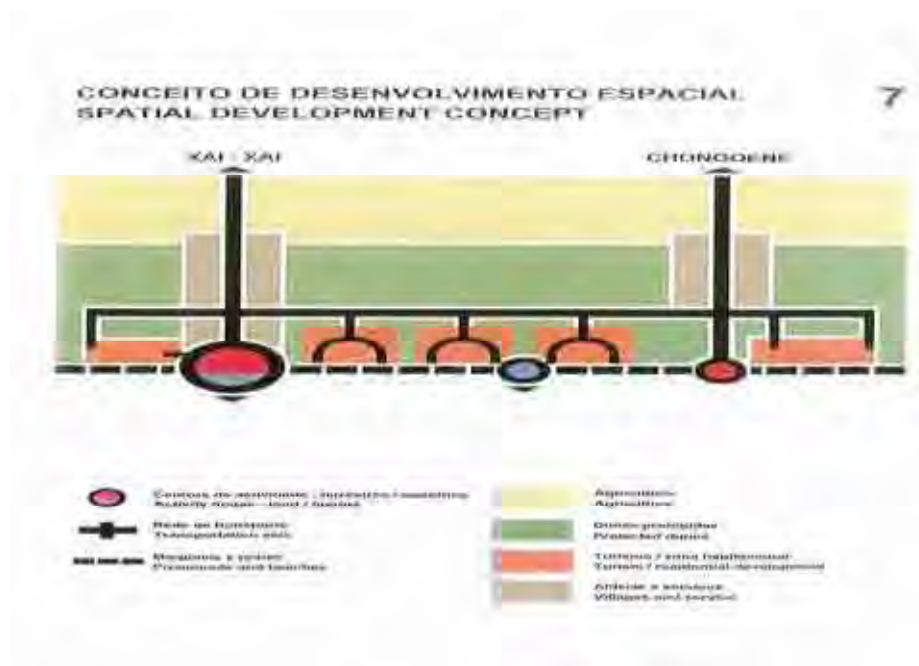
Nele estão previstas células de desenvolvimento voltadas para o turismo, sob a forma de complexos turísticos e sob a forma de espaços residenciais à beira mar, além de revitalização dos atuais assentamentos nas duas praias (T1 a T6 no mapa 3).

Prevê-se, também, a proteção das dunas interiores com a recomposição da vegetação degradada (V3) e a reserva de área para prática de agricultura ao longo dos machongos até à planície de inundações do Rio Limpopo. O PID destina também espaço para as atividades esportivas (S). (Mapa 3).

Portanto, se consideram três estratos principais de uso preconizado pelo PID, do de interior para o mar, as áreas mais distantes da costa ao longo dos pântanos e lagunas destinadas à agricultura; segue a área das dunas protegidas e finalmente, os espaços paralelos ao mar, destinados para vários usos no desenvolvimento de diferentes atividades sócio-econômicas acima descritas.

Paralelamente, e de uma forma perpendicular à linha da costa, estão duas principais estradas pré-existent, em torno das quais se processa o loteamento e ocupação com várias infra-estruturas. Estas estradas dão acesso às praias de Xai-Xai e

de Chongoene ligando-as com a estrada nacional número 1. No interior, junto às células de desenvolvimento foram projetadas várias estradas e ruas (mapa 4) que dariam acesso às células de desenvolvimento. É isto que o PID considera de desenvolvimento espacial.(Figura 1).

Figura 1:

Conceito de desenvolvimento espacial previsto pelo PID. Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

ii) A rede de estradas

O plano prevê o melhoramento e a construção das vias de acesso a vários bolsões de desenvolvimento já identificados (Vide o mapa 2, 3 e 4). Menção especial é feita em torno da estrada asfaltada que ligaria a praia de Xai-Xai à de Chongoene sobre as dunas costeiras por detrás das células de desenvolvimento, justificada nos seguintes termos:

The existing roads between the Xai -Xai town and Xai-Xai Praia, as well as the road between the national road and the Hotel Chongoene, are classified as district roads (I). These roads run perpendicular to the coast, between the beach and the main inland national road. Care must be exercised to protect these roads from informal and unsafe accesses by providing well-spaced and visible intersection roads. Pedestrian walkways and public transport facilities must also be provided near settlements. UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000 p. 88). (Vide os mapas 3 e 4).

Para além desta categoria de estradas, se prevê outras categorias, nomeadamente, as estradas distribuidoras, coletoras e estradas locais. São de capital importância no desenvolvimento da área visto que:

(II) Distributor roads

The distributor road links the district roads and runs parallel to the coast. No distributor road existed in 1998. Three alternatives were investigated: a) a coastal alignment between the beach and the dunes; b) an inland alignment along the barrier lakes valley separating the dune topography from the inland; and, c) a backset alignment.

(III) Collector roads

These roads are shown as link between the regional distributor road and traffic circles as focus of each of the developable areas. From this circle they encompass the developable areas, some linking with the coastal road where possible. In the existing Xai-Xai Beach, collector roads run from the big circle toward Praia Velha to the West. Access can be provided from the collector road, but due care must be exercised with respect to sight distances.

(IV) Local roads

Local roads to give access to each concession or lot were not shown for the developable areas in the framework plan. This will depend on the shape and format of the concessions and must be done at detail design stage. The local roads for Praia Velha area elaborated indicated as part of Praia Velha Detailed Plan serving as a Demonstration Project. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p. 89). [Mapa 4).

Todavia, a topografia das dunas não se coaduna com o desenvolvimento deste plano uma vez que os declives são muito abruptos para a construção e as estradas teriam

de cortar através das dunas. A duna de areia exposta é muito instável e susceptível à erosão do vento. Daí que:

“As normas dos projectos de estradas teriam de ser restringidas para se adaptarem ao alinhamento vertical e horizontal das condições naturais, o que tem implicações no planeamento das estradas”. Torcato (2001, p.8). Vide o mapa a baixo:

Mapa 4: Projeção do Sistema de circulação detalhado para o desenvolvimento da célula (T1) Praia Velha.



Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

iii) Abastecimento de água

A água é um líquido precioso que é catalizador de processos de desenvolvimento das sociedades. A sua escassez compromete a vida e a saúde das populações, pois funciona como elemento imprescindível na higiene individual e coletiva. Porém, na atualidade, devido ao seu uso irracional a sua procura se caracteriza por conflitos entre as nações. São conflitos que emergem da necessidade de controle de bacias de águas internacionais que, para o caso da África Austral, região em que se insere Moçambique,

país que se localiza a jusante de muitas bacias internacionais, cujo controle a montante se transfigura sempre em perigo e risco de vida para muitas populações. Este fato deve-se à ocorrência de destruições de infra-estruturas sócio-econômicas em casos de inundações e de fome cíclica em casos de secas prolongadas que comprometem a produção agrícola e pastos para o gado entre outros males colaterais a crises ecológicas.

Para operacionalizar uma atração de turistas internacionais projetou-se uma oferta regular de água com padrões de qualidade internacional à área de estudo. Corrobora esta visão a idéia de que:

É importante manter que a idéia do desenvolvimento da zona costeira do Xai-Xai é providenciar um ambiente seguro e saudável onde se pode avançar com desenvolvimento de uma indústria turística. De acordo com isto, é essencial ter serviços de abastecimento de água de esgotos de alto padrão de qualidade. Para isso é preciso que eles correspondam, de maneira visível, a normas internacionais de qualidade, sem qualquer desvio. O turismo exige um investimento dispendioso da parte dos investidores e estes só serão atraídos por um ambiente seguro e são.

O sistema existente está em más condições e não tem capacidade para assegurar o abastecimento adequado de água à cidade. O problema maior é a sua pouca capacidade de armazenagem (apenas 5 por cento das actuais necessidades), com uma única bomba dependente de um abastecimento irregular de energia eléctrica, sem bomba ou gerador de reserva. Além disso, a fonte de água é um poço em risco de ser contaminado por fossas sépticas próximas ou por água salgada se for bombada a mais (está apenas a 1000m do mar). (TORCATO, 2001, p.9).

Portanto, para alcançar estes desejos dadas as adversidades e limitantes acima descritas, desafios enormes de natureza técnica teriam de se enfrentar e vencer para providenciar água de qualidade; o que pressupõe a identificação de um lençol freático com água doce distante da área de consumo e a montagem de um equipamento sofisticado para a sua captação ininterrupta.

iv) Esgotos

Para um ambiente sadio é necessário acompanhar o desenvolvimento das infra-estruturas por uma construção da rede de esgotos apropriada. Torcato (2001) citando o (PID) aponta estas projeções nos termos seguintes:

“Na base do consumo de água projetada, de 400 metros cúbicos por dia, em cerca de 20 anos pode esperar-se que a água que provavelmente chega aos esgotos seja da ordem dos 2.500 metros cúbicos por dia e devemos planificar nessa base”. (TORCATO, 2001, p.10).

Descrevendo o funcionamento deste sistema de tratamento considera que:

Inicialmente todo o pré-tratamento seria na forma de fossas sépticas de tamanho razoável com um período mínimo de 24 horas de retenção. Os tanques seriam providos de um filtro para impedir os resíduos sólidos de entrarem no sistema. O único dispositivo mecânico ou de bombagem seria um tanque de vácuo para esvaziar de vez em quando as fossas e transportar os resíduos sólidos e lamas para uma área de despejos devidamente projectada e gerida.¹⁹

Mecanismos de reuso da água poderão ser desenvolvidos em longo prazo, período em que a demanda turística no local será maior. Aspecto importante a considerar é evitar a contaminação das praias locais com as águas dos esgotos. Neste contexto medidas de segurança deverão ser tomadas no processo desta atividade com este fim.

v) Turismo

Esta atividade é definida no Plano como o fundamento para um desenvolvimento sustentável da área costeira que vai da praia do Xai-Xai à praia de Chongoene, considerando o turismo como:

[...] experiência de viagem participativa, esclarecedora e interpretativa do ambiente, tanto natural como cultural que garante o uso sustentável a um nível apropriado dos recursos naturais, pois enquanto produz oportunidades económicas viáveis para a indústria do turismo e comunidades anfitriãs, faz a conservação dos recursos que beneficiam todos aqueles que desempenham um papel no turismo. (TORCATO, 2001, p.4).

Conclui que, “Isto implica que no quadro do desenvolvimento turístico se tem de corresponder às necessidades e expectativas de todos os intervenientes no triângulo do turismo, isto é, o turista, a comunidade hospedeira e a indústria do turismo”. (TORCATO, 2001, p.4).

Esta meta se constitui ainda em desafio porque o ambiente natural que seria a base de atração turística se está degradando e ações que satisfariam as comunidades locais ainda não se iniciaram. Portanto, fica comprometida a constatação de que “O potencial de turismo da praia de Xai-Xai baseia-se principalmente nos seus recursos naturais e mais especificamente nas suas praias primitivas e atraentes, em conjunto com o seu clima ameno, reserva de recursos marinhos, carácter do lugar e crescimento concentrado”. (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p. ix).

¹⁹ .IBIDEM.

Esta constatação orientou os estudos dos técnicos envolvidos no processo de concepção e elaboração do PID a concluir que:

“A estratégia de gestão costeira integrada [...], apontou o turismo como o catalizador óbvio para impulsionar todo o futuro desenvolvimento da área. As recomendações feitas foram baseadas na avaliação dos aspectos tanto da procura como da oferta que definem o potencial de turismo da praia de Xai-Xai.” (UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000, p. ix).

Uma constatação óbvia mas a evidencia dos fatos, ou seja, de não intervenção em torno do palnejado, nos remete à conclusão de que este exercício se tratou de um planeamento do trabalho que não conheceu seus passos fundamentais e rigorosamente monitorado para suscitar intervenções dos atores em vários níveis e escalões. Porque, de acordo com Santos (2004),

Um importante papel destinado ao planeamento é, ainda, o de orientar os instrumentos metodológicos, administrativos, legislativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades num determinado espaço e tempo, incentivando a participação institucional e dos cidadãos, induzindo a relações mais estreitas entre a sociedade e as autoridades locais e regionais. (SANTOS, 2004, 24).

Ou seja faltou a vontade política para o desenvolvimento do “espaço económico que é um conjunto de pontos e de fluxos entre eles, [...]” (SANTOS, 1996, 78),

Um aspecto particularmente de vital importância na dinâmica territorial, visto que,

os pontos fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locais, mas também, em função dos dados políticos [...] E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder económico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação. (SANTOS, 1996, p.78).

Todavia, que sejam acionados os instrumentos necessários para operacionalizar o desenvolvimento da área tendo como foco o turismo de modo a frear a degradação do ambiente natural e atraente que a região oferece, para em última análise, criar condições ótimas de vida e de desenvolvimento económico no local.

vi). Resíduos sólidos

A gestão de resíduos sólidos é preocupação sócio-ambiental da atualidade e fator de risco à saúde pública, sobretudo nas cidades dos países subdesenvolvidos decorrente de um acentuado crescimento populacional, sem o devido acompanhamento em termos

de serviços de saneamento básico; a destinação destes resíduos é mais complicada nos centros urbanos que combinam o aumento populacional à maior densidade industrial.

As consequências imediatas destes fatos são: a aceleração da deterioração do ambiente quer através da poluição do ar como do solo e os colaterais riscos à saúde pública.

Atendendo que o PID prevê a diversificação das atividades e tomando o turismo como a indústria focal na área, é pertinente a previsão dum sistema de gestão de resíduos com padrões elevados, o que requer, para além da boa vontade das esferas decisórias, um acompanhamento técnico imbuído de valores éticos e morais, além de competência e profissionalismo.

É assim que o plano considera a necessidade de se usar a área já demarcada como local de aterro²⁰ para a cidade de Xai-Xai (foto12) para o lançamento dos resíduos sólidos provenientes da Praia de Xai-Xai por que:



Foto 12: Ao longo da estrada, parte alta, está um lixão municipal e, no fundo do vale e ao longo da vertente vêm-se os talhões habitacionais e uma igreja. Fonte autor Fevereiro de 2006.

Dum ponto de vista de localização é um tanto próximo das pessoas e da estrada. Dum ponto de vista hidrológico, é relativamente alto e longe das fontes de água. Todo o solo é arenoso e haverá poluição do lençol freático. Porém já está a ser usada actualmente e assim a poluição ficará localizada em apenas nessa área. (TORCATO, 2001, p.10).

Não se deve minimizar a poluição do lençol freático decorrente deste aterro, que na realidade é um “lixão”. Assim, seria recomendável o uso de técnicas apropriadas para a projeção de um aterro sanitário, nomeadamente a compactação do solo adicionando o maior teor de argila e de camada de impermeabilização basal através do sistema de mantas para evitar a percolação do chorume e a conseqüente contaminação

²⁰ .Trata-se mais de um lixão do que aterro sanitário.

do lençol freático. Porém, surgem sempre alegações de constrangimentos de ordem financeira para atividades exigentes como a instalação do projeto de um “aterro sanitário” em moldes convencionais. Mas as exigências de desenvolvimento dum turismo de padrões internacionais impõem que se invista com seriedade para proporcionar melhores serviço aos turistas.

A implementação destas ações dependeria fundamentalmente do financiamento de três áreas principais, nomeadamente:

A primeira é o financiamento operacional para o governo local garantir a continuidade das suas funções de fornecer serviços para a comunidade, e de regulamentação e administração. O segundo diz respeito a um financiamento intermédio ou de capital de desenvolvimento para construção de infra-estruturas. A terceira área de financiamento diz respeito a operações em curso e a manutenção de infra-estruturas e serviços fornecidos pelas autoridades locais e por empresas de serviços públicos.

A principal preocupação à volta do financiamento para o desenvolvimento, operação e manutenção de infra-estruturas e serviços é a necessidade da criação de mecanismos efectivos e equitativos, para garantir que os concessionários (tanto privados como comerciais) contribuam proporcionalmente à sobrecarga que os seus empreendimentos irão provocar nos recursos públicos, e aos benefícios que eles irão usufruir de uma infra-estrutura e uma capacidade administrativa melhoradas.

(UNEP/FAO/PAP/MICOA, 2000 p.ix).

O plano orienta ainda que tais mecanismos não devam ser criados separadamente pelos diferentes departamentos, mas sim numa forma coordenada para garantir uma distribuição adequada de recursos e a canalização dos investimentos de acordo com o PID. Esta coordenação poderia ser feita pelo proposto Comitê Inter-governamental, sem ou preferivelmente com a assistência da Agência de Desenvolvimento.²¹ (Vide apêndices E e F).

2.4. Apreciação do conteúdo do PID e algumas reflexões sobre as paisagens locais

Se o conteúdo do PID e da documentação oficial aponta a satisfação de todos os intervenientes no triângulo do turismo, a comunidade local ainda não sente tal benefício, visto que ela não vê retorno resultante das destruições decorrentes da atividade turística para a área, sobretudo, aquelas atividades dos turistas estrangeiros que, circulando de viaturas nas praias locais, contribuem para a devastação das dunas costeiras, cujo

²¹ IBIDEM.

impacto se reflete na ameaça ao desaparecimento de infra-estruturas existentes ao longo da costa devido à erosão, situação que é um fato em Moçambique e se constitui em um foco de devastação do Meio Ambiente costeiro sobretudo, segundo os anexos C, D e E; e a foto 13.



Foto 13: Turistas estrangeiros (sul africanos) a pescarem, ao lado, sua viatura de tracção às 4 rodas estacionada na Praia de Xai-Xai. Fonte: Gove et. al (2004).

Esta situação implica que estas atividades provoquem a desconstrução da primeira natureza e não só, como também dominam as paisagens e impactam-nas negativamente, significando que está ocorrendo um uso não sustentável dos recursos paisagísticos locais, não obstante a vontade de introduzir um novo modelo de gestão integrada do ambiente no local. Portanto, ainda prevalecem situações de gestão tradicional apesar de se ter já um plano com a finalidade de inverter este cenário, o que significa o não cumprimento do PID na sua essência.

Ocorre mais a mutilação do pequeno circuito descrito por Santos (2004) como sendo “[...] formato de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região”. (SANTOS, 2004, p.22).

A implementação das seis atividades principais do PID marcaria por outro lado início de um processo que produziria dois impactos ao meio local:

a) o desenvolvimento local com a introdução de novas paisagens²², novos hábitos ou culturas, e;

b) o afastamento e a conseqüente exclusão das comunidades pré-existentes e a eliminação do patrimônio cultural local, incrementando as desigualdades sociais. Ou seja, implicaria a remoção gradual da população original, normalmente de baixa renda, para outras áreas, abrindo espaço para a ocupação do espaço por outra população estranha ao local, mas possuidora de bens materiais para usufruir a dinâmica imposta pela valorização econômica, estética, referencial, comercial da área com novas intervenções.

Seria a mutilação do pequeno circuito descrito por Santos (2004) como sendo “[...] formato de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região”. (SANTOS, 2004, p.22). [Foto 14].

“Daí a idéia de que a paisagem, criada em função de um modo produtivo duradouro, devia confundir-se com a região, isto é, a área de ação do grupo interessado”. (SANTOS, 1996 p.63).

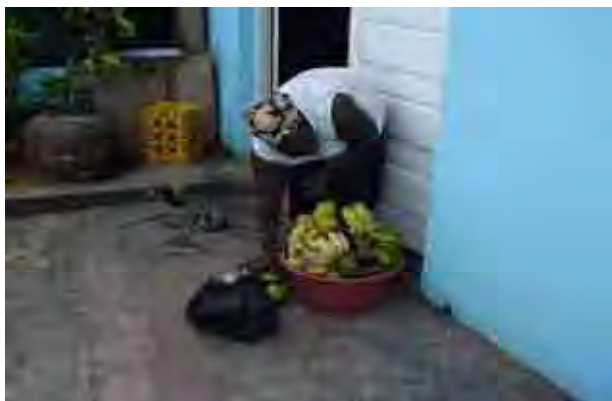


Foto 14: Uma anciã residente e produtora de fruta no entorno da Praia de Xai-Xai à frente de um estabelecimento turístico - Golfinho Azul - para a venda de fruta, contribuindo assim para a economia familiar. Fonte: Autor 2006.

²² . Milton SANTOS, na sua obra “Metamorfoses do espaço habitado” define paisagem como sendo tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (Santos, 1996, p.61). Acrescenta que: “A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea”. (Santos, 1996, p.65).

Desenvolver-se-ia a desconstrução do lugar na área do PID. Por que “Na produção do espaço destrói-se primeiro para em seguida construir, completando a desconstrução”. (FRANCISCO, 2002, p.9).

O autor acrescenta que:

A desconstrução é o processo completo da intervenção espacial, aí inclui também o produto acabado. Dessa forma o conceito de desconstrução é mais amplo que o de construção e devemos considerar que não existe construção, mas sim a desconstrução espacial. Assim a desconstrução, além de abarcar as implicações decorrentes das modificações no espaço previamente existente, contém também os ‘imperativos’ da nova construção e seus impactos atuais e futuros. Nela conseguimos apreender, então, toda a dinâmica da produção espacial. (FRANCISCO, 2002, p.9).

As comunidades locais expressaram o sentimento da necessidade de se pagar indenizações em casos de danos provocados ao meio ambiente, situação normal nas sociedades onde se respeita a Lei e há vontade política de promover o desenvolvimento territorial e o bem estar social, o que não acontece no caso moçambicano e cria um sentimento de angústia e revolta nos cidadãos comuns.

Um dos inquiridos para o presente trabalho desabafou este sentimento nos seguintes termos:

Em todo o país os estrangeiros fazem e desfazem sem ninguém lhes advertir. Basta acompanhar a Rádio ouvirá que os sul-africanos circulam de carros nas nossas praias em Závora, Ponta de Ouro e aqui mesmo em Gaza em Chidenguele, Xai-Xai ou Zongoene. Continuamos colonizados apesar de, teoricamente estarmos independentes há 30 anos. Basta o caso da Barra de Limpopo para o Senhor Machava acreditar: um bôer compra um terreno, veda todas as matas impedindo que os nativos circulem a vontade. Como se não bastasse, obriga a que estes passem a comprar lenha no seu estaleiro e, quem ousar desobedecer ou violar a vedação à procura de lenha noutro lado é torturado! Portanto não valeu para nada esta intenção do Plano Integrado de Desenvolvimento. Há muito por fazer para o local e no país em geral.²³

Logo, os desafios para uma gestão ambiental sadia que responda aos interesses dos intervenientes são enormes e se constituem em devir.

Daí que seja necessária um estrutura híbrida para conciliar os interesses dos envolvidos no processo da execução do PID por meio de uma possível parceria, através da “implantação de uma política específica que envolva, além do agente privado, a

²³ . Um dos entrevistados na Praia de Xai-Xai sob a condição de anonimato a evocar episódios tristes que são protagonizados pelos bóers, que após o Apartheid, têm na costa moçambicana um turismo preferencial. Fatos ilustrados pela foto 13: circulação de veículos ao longo da praia e pesca não licenciada.

administração pública, órgãos ambientais, instituições científicas e culturais e as entidades representativas das comunidades, como o conselho comunitário, a escola, a capela e a associação de moradores”. (FLORES, 2005, p.111).

Por outro lado, os desafios na restauração da atividade turística no local são enormes, uma vez que, em termos de desenvolvimento do turismo na área, há que se partir da potencialização dos agentes económicos locais, com debilidades financeiras agravadas pelo contexto presente de economia de mercado; até à criação de condições favoráveis em termos de infra-estruturas para um turismo seguro e rentável.

Maior atenção deverá ser dada à reabilitação das infra-estruturas que, no passado, se destacaram nas praias de Xai-Xai e Chongoene e tornaram-nas locais preferenciais dos turistas de diversas origens, para além do investimento para as novas construções.

Os primeiros, citam-se como exemplos, os Hotéis Xai-Xai e Chongoene, propriedades do explorador dos “Transportes e Turismo Oliveiras”, que estão atualmente numa situação de total abandono e num estado avançado de degradação devido à falência do explorador. (Vide a foto 15).



Foto 15: Imagem do Hotel Xai-Xai em ruínas, um exemplo da degradação de infra - estruturas locais. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.

A reabilitação daquelas infraestruturas é pertinente se se atender o seu valor histórico para a área das Praias de Xai-Xai e Chongoene, no contexto da paisagem cultural, porque “Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. [...] Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. (SANTOS, 1996, p.66).

CAPÍTULO 3: RESULTADOS DA PESQUISA E SUA DISSCUSSÃO

Dum universo de cerca de 5000 residentes das áreas abrangidas se constituiu uma amostra de 233 sujeitos entrevistados, correspondentes a (0,0466%), com as idades entre os 16 e 70 anos.

A entrevista foi estruturada visando recolher dados a respeito dos três aspectos que constituem o conceito de topofilia (Tuan 1980), nomeadamente a percepção da paisagem, atitudes diante da paisagem e valores atribuídos à paisagem, junto à comunidade que reside e/ou trabalha nas adjacências da área do PID.

Outras questões são direcionadas a sondar o conhecimento dos sujeitos consultados a respeito do que se espera do futuro da Praia face ao atual cenário de degradação quer das dunas quanto das infraestruturas, tendo em vistas despertar reflexões acerca da necessidade de reabilitação, construção e recuperação dos recursos paisagísticos em degradação. Um meio de assegurar o objetivo de cada homem em particular e de todos em geral que é a preservação da vida humana garantindo a maior longevidade possível, conferidas pelas condições e qualidade do meio circundante.

Todos os sujeitos consultados foram identificados com os seguintes dados, conforme descrição nas secções seguintes e apêndice (A): Nome, idade, sexo e habilitações.

Este último dado foi importante para se incluir jovens, com 16 anos na pesquisa, que na altura da introdução do PID eram crianças, com 10 anos de idade apenas; porém, o fato de serem escolarizados se colocou como ponto forte para a sua participação na reconstituição da história local; porque no geral deveriam, no presente, estar frequentando ou a 9ª ou a 10ª classes. Mas fatores adversos levaram a que a maioria ainda estivesse frequentando a 6ª e a 7ª classes.

De entemão, cumpre-nos dizer que os sujeitos em geral salientaram que tem havido muitas dificuldades de conciliar as atividades turístico-econômicas com a preservação do meio bem assim das paisagens naturais visto que se desenvolve uma exploração acelerada dos recursos vegetais como pesqueiros sem controlo do poder público que sob diversos motivos denota uma fragilidade.

Quanto à transformação da área, tanto no que se refere aos efeitos das atividades dos turistas como também em relação à rápida urbanização registrada posteriormente, com a fixação de imóveis para o turismo restrito como pela extensão destes para os

novos bairros em Chinunguine, por exemplo, ela pôde ser considerada como prejudicial às populações nativas visto lhes remeter, por vezes, a uma mudança brusca de seus espaços e lugares²⁴, passando assim para “não lugares”, ou seja, longe dos seus entes queridos falecidos e de suas árvores, em torno das quais eles acreditam se reconciliarem com seus espíritos a quem suplicam pela paz, progresso e saúde²⁵.

Portanto, no concernente à qualidade de vida a maioria demonstrou insatisfação, revelando que as pessoas têm a consciência do mal que as ações, tanto dos turistas quanto dos próprios nativos, representam para a área. Mas elas adiantaram que não tinham alternativa à agricultura sobre as dunas, queima de carvão, extração de moluscos e corte de estacas para as suas atividades, nomeadamente a construção de palhaotas e venda para a aquisição de dinheiro com vista a suprir outras necessidades da vida cotidiana. Esta situação resulta do fato de a maioria não ter emprego formal, dependendo sim da agricultura de sequeiro nas dunas, corte e venda de estacas e lenha.

Em contrapartida, não demonstraram interesse nem motivação em repor a vegetação destruída, remetendo ao poder local o desenvolvimento de campanhas de sensibilização sobre o assunto. Situação normalíssima, esta, para as populações se se considerar que,

Olhar para fora de si supõe apreender sistematicamente causas e conseqüências que criam ou justificam realidades ambientais. Esta associação não está codificada e, por isso, supõe uma percepção difícil e alerta para a linguagem que está dispersa no cotidiano. A dificuldade desta operação faz com que o indivíduo procure uma saída mais simples à qual já está afeito por hábitos e tradição histórica: lança para longe de si, para o poder público, abstrato porque inacessível, a responsabilidade de descobrir aquelas causas e, sobretudo, sanar suas conseqüências. Para ele, é necessário fazer alguma coisa, embora se exima de responsabilidade e crítica sobre a eficiência dessas intervenções. Del Rio e Oliveira, (1999, p.76).

É tomando este fato que se considera pertinente a adoção de um modelo de “desenvolvimento transformacional” implícito em projetos ambientais que devam contemplar alterações ou mudanças profundas nas formas de promover a justiça social.

²⁴ . Os espaços e lugares são importantes para a Geografia Humanista cuja filosofia é a Fenomenologia. De acordo com Tuan (1980) o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o ‘centro de significância ou um foco de ações emocionais do homem’. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. “A Topofilia como elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico” (TUAN, 1980). E o estudo de espaços é análise dos sentimentos e idéias espaciais das pessoas e grupos de pessoas. Daí que lugares e pessoas fisicamente distantes podem estar afetivamente muito próximos.

²⁵ . Trata-se de uma questão antropológica que acompanha o homem, desde a mais alta antiguidade, numa crença da vida além túmulo; um processo que visa garantir a integridade física e moral da espécie humana como forma de sua “preservação” ao longo das gerações.

Neste quadro o projeto participativo tem importância que se funda na aglutinação de esforços de todos para a melhoria do ambiente e da qualidade de vida, ou seja, que prospecta um desenvolvimento local articulado e mensurável. O segredo reside na inserção do projeto no meio local e a existência de uma gestão transparente e responsável, para se ganhar o apoio e a confiança das comunidades, de maior valor na execução das tarefas de desenvolvimento local.

Esta situação é indispensável para um país com muitos desafios de diversas naturezas pela frente no contexto da reconstrução nacional decorrente de sua História trágica dos últimos 40 anos, consolidação da paz e combate à pobreza absoluta que assola acima de 70% dos atuais dezoito milhões de habitantes.

Por outro lado, sobre as ações de desenvolvimento comunitário levadas a cabo pelo PID não se reconheceu a sua implementação, se não a construção de mais casas e consequentemente a emergência de novas aldeias, paisagens e uma segregação cada vez mais crescente e a colocação na situação da penúria das populações nativas e sem emprego.

Os dados das tabelas seguintes esclarecem em termos estatísticos a percepção, a sensibilidade e o posicionamento das comunidades locais face ao desenvolvimento do PID na Praia de Xai-Xai.

3.1. Perfil dos inquiridos e sua percepção sobre o PID para a Praia de Xai-Xai.

Com vista a subsidiar a análise do PID, foi desenvolvida uma pesquisa de campo que consistiu dum procedimento verbal, por meio de entrevista estruturada nas três áreas que constituem o espaço destinado ao desenvolvimento do Projeto.

A primeira parte do questionário (Apêndice A) buscou caracterizar o respondente. A segunda abrangeu perguntas abertas, semi-abertas e fechadas, para identificar o conhecimento que os moradores têm sobre o Projeto, o grau da sua divulgação, o seu impacto na qualidade do ambiente e da vida das comunidades. São alternativas que estabelecemos convictos de que iriam responder teoricamente à metodologia que adotamos para o estudo da área do PID.

Q1-Idade;

Q. 1: Legenda: 1= entre 16-19 anos; 2= entre 20-29 anos; 3=entre 30-38 anos; 4=entre 39-49 anos; 5= entre 50-59 anos; 6= entre 60-69 anos; 7= entre 70-87 anos.

Tabela 1: Perfil etário dos indivíduos entrevistados

Áreas	Número de ocorrências							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Praia de Xai-Xai	0	33	8	41	0	0	1	83
Macanwine Chinunguine	31	0	8	2	34	4		79
Praia de Chongoene	0	0	35	23	1	10	2	71
Total	31	33	51	66	35	14	3	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Houve uma distribuição regular, em média, das pessoas entrevistadas dentro do intervalo escolhido em termos etários. No entanto, a maioria tem entre 30 e 49 anos de idade, 66 indivíduos.

Q.2 - Sexo:

Q. 2 Legenda: 1=Homem 2=Mulher

Tabela 2: Perfil sexual dos indivíduos entrevistados.

Áreas	Número de ocorrências		Total
	1	2	
Praia de Xai-Xai	35	48	83
Macanwine Chinunguine	41	38	79
Praia de Chongoene	35	36	71
Total	111	122	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Uma diferença ligeira entre os homens e mulheres de, um individuo apenas, transparece um equilíbrio sexual das pessoas entrevistadas no total das três áreas.

Q. 3 - Nível de escolarização.

1= Indivíduos não escolarizados;

2=Indivíduos com nível entre 1ª - 5ª classes;

3=6ª -7ª classes

4=8ª -10ª classes

5=11ª -12ª classes

6=Nível universitário

Tabela 3: Perfil escolar dos indivíduos entrevistados.

Áreas	Número de ocorrências						Total
	1	2	3	4	5	6	
Praia de Xai-Xai	3	70	4	3	6	3	89
Macanwine Chinunguine	11	36	15	12	3	2	75
Praia de Chongoene	32	2	33	1	0		68
Total	46	108	52	16	6	5	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).estudo se caracteriza da seguinte forma:

A maioria, dos indivíduos entrevistados, possui um nível de escolaridade entre a 1^a e a 5^a classes, nível primário, (1^o grau ou fundamental). Os sujeitos com nível universitário, localizados na praia de Xai-Xai e aldeia de Chinunguine, são os técnicos do CDS - Sul de Moçambique, incluindo o seu diretor e alguns professores secundários.

Quase 20% dos 233 indivíduos entrevistados não são alfabetizados, mas, no geral, são conhecedores dos fatos históricos do local onde residem; revelaram ter boa memória que lhes permite recordar aspectos ocorridos há muito tempo. Por vezes se recordavam mais dos fatos do que os escolarizados. Se este pode ser considerado um ponto forte, por outro lado, demonstraram como fragilidade a falta de liberdade e autonomia para decidirem sobre, se podiam ser entrevistados ou não, sobretudo as mulheres que deveriam ter o consentimento dos respectivos maridos ou dos filhos alfabetizados para o fazerem. Talvez seja por isso que Mazula (1995, p.27) conclui que neste ponto se coloca,

[...] o desafio básico da educação, num país com uma taxa de analfabetismo ainda acima de 75%. Este desafio passa por uma reforma profunda do sistema de educação em vigor, nos seus pressupostos filosóficos, nos objectivos, conteúdos e nas metodologias de ensino. [...] Um processo sério de democratização da sociedade não se compadece com o analfabetismo. Sociologicamente, democracia e analfabetismo, cidadania e analfabetismo excluem-se, mutuamente. População analfabeta fica condenada a ser massa de reserva da manipulação eleitoralista, porque ela é, em si, não cidadã. As maiores vítimas desse analfabetismo continuarão sendo a criança e a mulher, por conseguinte, alvos mais próximos da exclusão da cidadania e da democracia. Daí, o desafio da participação da mulher na construção da democracia e da sua participação activa no desenvolvimento.

Estamos de acordo com esta visão se se atender que a Educação é um instrumento com valor intrínseco que afeta a capacidade dos indivíduos de se integrarem na vida econômica, social e política e proporciona meios de exercício da cidadania e construção

de sociedades mais justas e equitativas, ou seja, é um instrumento de libertação do Homem.

Questão 4 : “Se sabe da existência de um Projeto na sua aldeia, bairro, comunidade, cidade ou localidade”? Respostas: 1= SIM; 2=NÃO.

Tabela 4: Respostas à questão 4.

Áreas	Número de ocorrências		Total
	Sim	Não	
Praia de Xai-Xai	67	16	83
Macanwine Chinunguine	0	79	79
Praia de Chongoene	0	71	71
Total	67	166	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

A apreciação dos dados mostra que 71% dos indivíduos responderam que não sabiam da existência do projeto. Mas a maioria dos que disseram saber da sua existência respondeu afirmativamente em alusão ao conhecimento do CDS-ZC e, não ao PID. Pois, instados a descrever as suas ações diziam que só viam carros a circularem de um lugar para o outro e a regressarem para a praia; o conteúdo do trabalho não era do seu conhecimento. Tratam-se de viaturas que atualmente cumprem interesses do CDS-ZC Sul de Moçambique e não do PID, que não se desenvolveu conforme o planejado.

Assim pode-se concluir que a população local não se apercebeu de forma alguma da existência de Projeto de desenvolvimento que os afetaria.

Questão 5: “Se sim, qual é o trabalho desse projeto”?

1=Controle da erosão;

2=Desenvolvimento da atividade de pesca;

3=Nenhuma;

4=Não sei.

Tabela 5. Respostas à questão 2.

Áreas	Ocorrência das respostas				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	45	24	14	0	83
Macanwine Chinunguine	1	0	73	5	79
Praia de Chongoene	0	0	71	0	71
Total	46	24	158	5	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Por extensão, se não se sabe da existência do Projecto, naturalmente, não se saberá quais são as suas ações. A tabela ilustra esta premissa com 158 indivíduos a registrarem um “nenhum”. O que indica distorção do conceito de um projeto de desenvolvimento comunitário. Este deve ser amplamente divulgado e vivido pelos beneficiários.

Questão 6: “Que aspectos mostram diferenças trazidas para o local pelo projeto”?

1=Construções de mais casas, novas aldeias, pesca controlada e novos bairros.

2=Colocação de recipientes para a coleta de lixo

3=Diminuição da extração de moluscos a qualquer altura do ano.

4=Nenhum;

5=Não sei;

Tabela 6. Aspectos que marcam diferença do período anterior e depois da implantação do projeto.

Áreas	Ocorrência das respostas					Total
	1	4	5	2	3	
Praia de Xai-Xai	74	4	1	0	4	83
Macanwine Chinunguine	56	1	0	18	4	79
Praia de Chongoene	61	0	0	2	8	71
Total	191	5	1	20	16	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

A maioria, 81% dos sujeitos, que respondeu esta questão, considera que o marco das mudanças reside na emergência de novos bairros, mais casas e eventualmente o controle da pesca. As novas construções convencionais constituem marcos de mudança da paisagem na área, quer em nível da costa quer ao longo dos bairros de Chinunguine e Macanwine.

Estes edifícios resultam do re-parcelamento que, por causa do novo modelo de gestão desenhado pelo PID, havia sido interrompido.

Todavia, um total de 16 indivíduos nas três áreas não encontrou aspectos que marcassem a atuação do projeto em termos de novas ações em torno do desenvolvimento da área.

Questão 7: “Será que as pessoas daqui vivem o dia a dia do Projeto”?

1=Sim; 2=Não; 3=pouco; 4=Não é possível viver.

Tabela 7. Descrição da percepção local do desenvolvimento do projeto.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	2	0	16	65	83
Macanwine Chinunguine	0	10	0	69	79
Praia de Chongoene	0	6	0	65	71
Total	2	16	16	199	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Como corolário da não implementação do PID e, como tal, da não existência de novas ações concretas para o desenvolvimento local, não é possível saber o seu dia a dia pelos residentes. Um projeto que almeja alcançar a produção de resultados que beneficiem ao triângulo: comunidades locais, turistas e agentes econômicos, deve ser conhecido por todos os componentes do respectivo triângulo.

Questão 8: “A seguir, gostaria de perguntar a vossa senhoria sobre a qualidade da vida na aldeia, Bairro, Cidade. Assinale a alternativa que melhor representa a sua opinião com x”.

Legenda: 1=Muito insatisfatório (a); 2=Insatisfatório (a); 3. Satisfatório (a) e 4=Muito satisfatório (a).

Tabela 8. Síntese da percepção sobre a qualidade de vida manifestada pelos residentes das três áreas.

	1=MUITO INSATISFATORIO(A)	2=INSATISFATÓRIO(A)	3=SATISFATORIO(A)	4=MUITO SATISFATORIO(A)	TOTAL
Serviços de limpeza	45	103	85	0	233
Segurança na área	5	18	209	1	233
Derrubada da vegetação das dunas	79	145	9	0	233
Plantio de árvores	81	137	15	0	233
Combate erosão	80	82	71	0	233
Divulgação do Projeto	104	111	17	1	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

No geral, a leitura do quadro acima revela a ocorrência de índices de alto grau de insatisfação com as alternativas da qualidade de vida na área do nosso estudo. Havendo, contudo, em níveis específicos das áreas, algumas exceções muito ligeiras em relação a algumas alternativas.

Este tópico muito complexo foi atenciosamente tratado em língua local, com muito tempo cujas conversas transcenderam para assuntos como escola, saúde e mais alimentos, por iniciativas de alguns anciãos. Aliás, mesmo os não alfabetizados sentiram a necessidade de se providenciar situações sócio-econômicas melhores para seus filhos, ao apontarem que queriam ter mais escolas, mais hospitais entre outros serviços na área para se evitar longas distâncias, 10 km para a cidade baixa, afim de se alcançar o ensino secundário e centro de saúde.

Adiantaram que para vencer as atuais dificuldades de carências alimentares, saneamento há que se apostar mais na instrução e educação dos filhos de modo a adquirir competências que os habilitarão a um emprego melhor e consequentemente a uma boa qualidade de vida, porque só assim poderão evitar muitos males porque passam os seus progenitores.

Assim se esclarece esta tendência com a descrição específica da percepção por item e por área, num exercício que significa localizar as percepções sobre a questão 8, por lugar, da seguinte forma:

Questão 8.1: “Limpeza da área”.

Legenda-Q.8.1:Limpeza:1=Muito insatisfatório; 2=Insatisfatório; 3=Satisfatório; 4=Muito satisfatório.

Tabela 8.1: Percepção comunitária sobre a limpeza da área.

Áreas	1	2	3	4	Total
Praia de Xai-Xai	45	14	24	0	83
Macanwine Chinunguine	0	37	42	0	79
Praia de Chongoene	0	52	19	0	71
Total	45	103	85	0	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Na praia de Xai-Xai manifestou-se uma insatisfação com a limpeza e coleta de resíduos decorrentes da atividade dos turistas, sobretudo, aos fins de semana. Em outras áreas há percepções diferentes, que variam de individuo para indivíduo. Este fato corrobora a necessidade de projeção de modelos participativos e educativos sob o ponto de vista ambiental aos usuários da área de estudo. Portanto, no global, mais de 63% dos entrevistados consideram a limpeza não satisfatória.

Questão 8.2: “Segurança, se as crianças podem brincar à vontade”?

Legenda Q. 8.2: Segurança: 1=Muito insatisfatório; 2=Insatisfatório; 3=Satisfatório; 4=Muito satisfatório.

Tabela 8.2: Percepção comunitária sobre a segurança da área.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	5	17	60	1	83
Macanwine Chinunguine	0	1	78	0	79
Praia de Chongoene	0	0	71	0	71
Total	5	18	209	1	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Para a maioria dos entrevistados, mais de 89%, existe segurança na área do projeto.

Questão 8.3: Derrubada da vegetação.

Legenda Q. 8.3: Derrubada da vegetação: 1=Muito Alta; 2=Alta; 3=Média; 4=Baixa.

Tabela 8.3: Percepção comunitária sobre o derrube da vegetação das dunas locais.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	61	22	0	0	83
Macanwine Chinunguine	0	70	9	0	79
Praia de Chongoene	18	53	0	0	71
Total	79	145	9	0	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

A leitura transparece uma insatisfação perante esta questão, ou seja, ocorre uma devastação da vegetação dunar cujos impactos se refletem na erosão do solo, deposição de sedimentos em zonas residenciais e turísticas, o que compromete a qualidade do ambiente na área. Acreditamos que o envolvimento de todos e a promoção da educação ambiental como parte integrante do projeto muito ajudaria para reverter a situação.

Questão 8.4: “Se há atividades de plantio de árvores na área?”

Legenda Q. 8.4: Plantio de árvores: 1=Muito insatisfatório; 2=Insatisfatório; 3=Satisfatório; 4=Muito satisfatório.

Tabela 8.4: Percepção comunitária sobre as atividades de reposição da vegetação na área.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	64	19	0	0	83
Macanwine Chinunguine	0	73	6	0	79
Praia de Chongoene	17	45	9	0	71
Total	81	137	15	0	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

No geral não existe esta atividade prevista no PID como forma de assegurar a proteção das dunas e do solo, mas casos esporádicos e por iniciativa dos residentes, sobretudo da praia de Xai-Xai, ocorrem plantios de árvores nas residências.

Questão 8.5: “Se existem atividades específicas do controle da erosão? ”

Legenda Q. 8.5: Controle da erosão: 1=Muito insatisfatório; 2=Insatisfatório; 3=Satisfatório; 4=Muito satisfatório.

Tabela 8.5: Percepção comunitária sobre as atividades de controle da erosão na área.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	62	21	0	0	83
Macanwine Chinunguine	0	20	59	0	79
Praia de Chongoene	18	41	12	0	71
Total	80	82	71	0	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Situação de equilíbrio em termos da ordem das respostas. Mas no geral manifestou-se uma insatisfação. O que implica não existência de ações sérias nesse sentido.

Questão 8.6: “Se houve trabalho da divulgação do projeto nas comunidades”?

Legenda Q. 8.6: Divulgação do projeto: 1=Muito insatisfatório; 2=Insatisfatório; 3=Satisfatório; 3=Satisfatório; 4=Muito satisfatório.

Tabela 8.6: Percepção comunitária sobre as atividades de divulgação do projeto na área.

Áreas	Número de ocorrências				Total
	1	2	3	4	
Praia de Xai-Xai	65	18	0	0	83
Macanwine Chinunguine	0	68	10	1	79
Praia de Chongoene	39	25	7	0	71
Total	104	111	17	1	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Transparece uma tendência geral de insatisfação, portanto, as pessoas não se lembram do trabalho específico de divulgação do projeto, seus propósitos, benefícios a trazer para as comunidades locais e, a partir disso obter adesão comunitária, necessária para o sucesso de atos socialmente úteis.

Questão 9. “Refira-se ao conhecimento que tem sobre o funcionamento do Projecto”.

Q. 9. Legenda: 1=Muito Bom__; 2=Bom __ ; 3=Suficiente ____ ;4=Nenhum _____; 5=Nem é possível _.

Tabela 9: Percepção dos inquiridos sobre o conhecimento que tem acerca do mecanismo do funcionamento do projeto:

Áreas	Número de ocorrências					Total
	1	2	3	4	5	
Praia de Xai-Xai	0	0	10	73	0	83
Macanwine Chinunguine	0	0	0	59	20	79
Praia de Chongoene	0	0	0	71	0	71
Total	0	0	10	203	20	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

Os entrevistados em termos do conhecimento sobre o funcionamento do projeto majoritariamente (87%) apontaram que era “nenhum”; o que significa que será grande o desafio de implementar projetos de caráter sócio-ambiental sem o entrosamento das comunidades locais, porque elas são fundamentais para o sucesso das atividades.

Questão 10. “Se valeu a pena a existência do PID na área?”

Q. 10. Legenda: 1=Valeu a pena; 2=Não valeu a pena; 3= Talvez os técnicos envolvidos saibam o que ganharam; 4= Se o projeto tivesse começado talvez teria valido a pena e 5=Houve um avanço significativo.

Tabela 10: Percepção dos inquiridos sobre o valor do projeto para a área e a vida das comunidades:

Áreas	Número de ocorrências					Total
	1	2	3	4	5	
Praia de Xai-Xai	4	68	10	0	1	83
Macanwine Chinunguine	4	19	4	52	0	79
Praia de Chongoene	0	59	10	2	0	71
Total	8	146	24	54	1	233

Fonte: organizado pelo autor a partir das respostas da comunidade, (2006).

A percepção do impacto positivo do PID pelas comunidades locais é negativa. Sustentando-se com o argumento de que “se calhar os técnicos envolvidos nos trabalhos preliminares saibam o que valeu”, uma atitude de remeter ao poder público, invisível, ajuizar sobre o que devia ter desenrolado em seu meio.

Portanto, se conclui que a existência do Projeto em papel constitui um mecanismo potencial da gestão ambiental, visto que, em termos reais a qualidade do meio e da vida das comunidades locais degradam-se em níveis mais altos atualmente do que no período da concepção do PID.

Por causa desta constatação advinda das comunidades foi necessário um exame circunstanciado, com os técnicos a vários níveis, da situação que permitisse aferir o real grau de execução do PID, se ele está em curso ou não e quais as expectativas em seu redor.

O quadro 1 apresenta uma sinopse da apreciação de várias entidades sobre as causas do descumprimento do conteúdo do PID.

Quadro 1: Apreciação das diversas instituições sobre o desempenho do PID.

Nome	Entidade representada	Apreciação quanto ao cumprimento do PID	Razões da situação
Rogério Wamusse	Assessor do Ministro no MICOA.	Incumprimento total do plano.	-Constrangimentos de natureza técnico-financeira.
Hermes Pacule	Diretor do CDS-ZC	Incumprimento das principais ações de desenvolvimento territorial e proteção ambiental	-O PID foi uma imposição de topo para a base. -Falta de vontade política para a mobilização de recursos -Falta de recursos humanos e financeiros para o cumprimento do PID integralmente.
Micas Mexisso	Técnico superior do CDS-ZC	Incumprimento das principais atividades.	Conflitos de interesses entre os atores.
Matias Albino Parrique	Presidente da Assembleia Municipal da cidade de Xai-Xai	-Incumprimento do que seria o desenvolvimento da região.	Incapacidade técnico-financeira do Município para o desenvolvimento do PID. Requer uma intervenção nacional.
Rossana Omar Bacar	Presidente da Associação de turismo local	Incumprimento dos aspectos importantes para o desenvolvimento do turismo e proteção costeira.	Faltou a maturidade, o PID foi começado de cima não teve bases de sustentabilidade. Foi um “parto prematuro”.
Mucoque Fernando Izidro Chivale	Técnico médio no MICOA provincial de Gaza, elemento efetivo da equipa técnica que preparou o PID.	-Infelizmente o PID é letra morta, como tal, incumprimento do que foi desenhado para o desenvolvimento integrado das Praias de Xai-Xai e	-Primeiro: o PID foi uma encomenda do MICOA em vez de ter sido da iniciativa do governo local. -Segundo houve a questão de ganhos: o Município

		Chongoene.	defendia que não podia assumir assuntos que transcendessem o seu mandato-5 anos. -Frac capacidade técnica local para o desenvolvimento do PID.
Turque Omar Abobacar	Vereador para Construções e urbanização no Município da cidade de Xai-Xai. Técnico do MICOA aposentado.	-Incumprimento das linhas de força para o desenvolvimento local.	-Falta de preparação técnica e financeira para implementar o PID.
Artur Quilambo	Um membro da comunidade local na Praia de Xai-Xai	-Incumprimento total. Ocorre o parcelamento que também está muito pressionado.	Falta de recursos e meios para a implementação.
FAO	FAO	Fizemos a nossa parte, o resto devia ser com os governos locais.	-Faltou a vontade política para cumprir o que foi previsto.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de entrevistas com os sujeitos, (2006).

Uma leitura interpretativa da situação revelada pelo quadro acima aponta para uma convergência de posicionamentos correlação ao sentimento das comunidades locais e que reflete a conclusão de várias entidades face à avaliação do desempenho e dos resultados da execução ou implementação do PID; visto que, no geral, os sujeitos reconheceram o não cumprimento do mesmo devido a uma série de fatores que se resumem na falta de capacidades técnico-financeiras implícitas na ausência de vontade política que se manifestou pelo não desenvolvimento de esforços para a sua prossecução em moldes planeados.

A divulgação do PID em seminário no local, na sua fase final, não teve o mérito suficiente para ser considerado em nível de gestão participativa, porque não conheceu uma abrangência em nível suficiente que permitisse sua inserção nas comunidades locais. Razão porque muitos sujeitos entrevistados não sabem da existência de tal projeto, quer na Praia de Xai-Xai quer na de Chongoene.

Por outro lado aponta-se que o PID foi um instrumento elaborado na visão tecnicista e não na das autoridades e comunidades locais; o que à partida revela um plano externo à área e, por isso, incongruente com a lei do ambiente que reconhece que:

A sustentabilidade da gestão dos recursos naturais e do ambiente só poderá ser eficaz através de uma directa e activa participação das comunidades, valorizando e utilizando as suas tradições e experiências. Assim sendo, o governo criará um clima propício, através do conhecimento dos padrões de uso dos recursos, formas de gestão tradicional e hábitos de vida das comunidades. Paralelamente, procurará encorajar e reforçar a capacidade das comunidades em conhecer e aplicar princípios e regras de gestão dos recursos naturais que orientam a sociedade em geral, delegando-lhes competências e

instrumentos que facilitem o estreitamento da cooperação com as estruturas formais e informais. (MICOA, 2004, p.248).

Este fato remete a uma situação de existência de normas que prescrevem certos procedimentos que se contrastam com a prática do dia a dia e, portanto, a uma gestão potencial do ambiente e dos recursos naturais.

3.2. Desenvolvimento do PID para a Praia de Xai-Xai

Como se pôde depreender, das entrevistas feitas quer com a Direção do CDS-ZC sul, quer com o representante do MICOA, como com os das agências doadoras, assim como com os técnicos locais envolvidos no processo de concepção e elaboração do PID, quanto com as comunidades e lideranças locais, cujos resultados foram apresentados, invariavelmente ressaltou-se o não cumprimento do referido Plano em muitos aspectos e, portanto, uma insatisfação generalizada.

Apenas se reconheceu que se processa o loteamento da área de Chinuinguine, sobretudo e de outras células de desenvolvimento como sejam parcelamento de lotes ao longo da costa para o turismo restrito²⁶.

O loteamento em curso nem sempre obedece ao Projetado e nem a esquemas previstos no Plano, processando-se, em alguns casos ocupações ilegais do espaço. Tal é o que acontece, por exemplo, na Praia velha, onde locais de proteção ambiental são parcelados e ocupados, com construções cujas funções serão um gravame à degradação do meio ambiente. Ou seja, a ocupação da terra ainda se processa em moldes tradicionais.

Este fato deve-se a uma convergência de interesses nos locais tidos como células ótimas de desenvolvimento, para as quais o cidadão comum é impotente para exigir uma ocupação ordeira e planificada da terra. Técnicos com missão de fiscalizar o ordenamento territorial afirmaram que: “É necessário ignorar as práticas de ocupação desordenada do espaço em defesa do emprego”. (Informação verbal).²⁷

²⁶ . Turismo restrito refere-se a existências de moradias de luxo particulares, à “beira mar”, disponíveis para o aluguel, sobretudo, aos turistas estrangeiros durante a sua permanência no local. Constituem-se em fontes de pressão sobre os recursos naturais e, de arrecadação de receitas para os seus proprietários.

²⁷ . Um técnico do MICOA entrevistado pelo autor.

É neste contexto que se parcelam terrenos menos declivosos que estimulam a busca rápida de lotes na nova área da cidade. Esta busca passa a ser fundamental na reprodução do capital financeiro através da reprodução imobiliária das elites locais como as de capital do país-turismo restrito. Esta atividade ocorre ao longo do Bairro de Chinunguine, na Praia velha, assim como a ocupação de áreas estratégicas ao turismo em locais de proteção ambiental como se ilustra com os mapas 2 e 3. Assim, a busca de espaço nessas áreas caracteriza-se por uma forte competição só ganha pelo mais forte, funcionando deste modo a “lei da selva”. (Fotos 17 e 18).

Estas práticas refletem a espacialização de injustiças sociais no processo do uso da terra e, confirmam que os segmentos sociais menos favorecidos são receptáculos das consequências das ações insensatas das camadas sociais mais favorecidas; descritas por Guerra e Cunha (2004) nos termos seguintes:

[...] os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas. A distribuição espacial das primeiras está associada à desvalorização do espaço, quer pela proximidade dos leitos de inundações dos rios, das indústrias, de usinas termoeletricas, quer pela insalubridade, tanto pelos riscos ambientais (susceptibilidade das áreas e das populações aos fenômenos ambientais) como desmoronamento e erosão, quanto pelos riscos das prováveis ocorrências de catástrofes naturais, como terremotos e vulcanismos. (GUERRA e CUNHA, 2004, p.28).

E acrescentam que:

A susceptibilidade dos solos à erosão correlaciona-se com as relações sociais de propriedades e com o acesso das diferentes classes sociais às técnicas de conservação do solo. Enquanto a classe alta dispõe de grandes áreas que lhe permitem manter a vegetação e a preservar o solo, a classe pobre se aglomera e, ao aumentar a densidade populacional, altera a capacidade de suporte do solo.²⁸

Moçambique, um dos países subdesenvolvidos, com graves problemas ambientais conjugados com a pobreza da maioria da população tem pela frente inúmeros desafios na gestão ambiental, quer urbana quer rural.

Menezes (1996, p.15), debruçando-se sobre os problemas ambientais urbanos nos países em desenvolvimento alerta que,

Obviamente, a urbanização não é um mal em si. Como vimos, a questão é que nos países em vias de desenvolvimento ela se conjuga com seus altos índices de pobreza. A ocupação de áreas urbanas ambientalmente mais frágeis (como mangues, várzeas, fundos de vales, aterros, lixo e áreas de mananciais), aliada a um aumento descontrolado das atividades comerciais, financeiras e de construção, é a expressão mais contundente dos efeitos dessa conjugação. (RETTO 1995; HARCLOY e SATTERTHWAIT 1985; população crisis committee; Martinott 1992 apud MENEZES, 1996, p.15).

²⁸ .IBIDEM.

As fotos seguintes demonstram a supremacia econômica das elites locais materializada por meio da reprodução espacial implícita na reprodução imobiliária. Erguem-se edifícios convencionais, alguns em formas verticais e a maioria horizontalmente, que constituem em pouco tempo a emergência duma paisagem urbana naquelas áreas.



Foto 16: Novos edifícios convencionais e postes de transmissão de energia, como resultado do novo loteamento em Chinunguine, ao longo da estrada - Cidade Baixa - praia de Xai-Xai. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 17: Uso da Terra na área do PID-Praia de Xai-Xai: agricultura sobre as dunas e o capital imobiliário. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 18: Resultado do intenso loteamento sobre espaços estratégicos: emergem palacetes que conferem novas paisagens à área de loteamento. Fonte: Autor Fevereiro de 2006.

O loteamento destas áreas é a única das seis atividades de desenvolvimento local previstas pelo PID que está sendo desenvolvida, o que revela a convergência de interesses no processo de ocupação de melhores espaços em termos topográficos que se iniciou em 2003 sob pressão, quando o então Diretor provincial do Ambiente em Gaza, atual assessor do Ministro presionou às autoridades de Xai-Xai para cumprir o PID que já havia sido adotado em 1999.

Constata-se, então, o descumprimento de 5/6 do conteúdo total do PID, justificado pela falta de capacidade financeira e de vontade política local para o seu desenvolvimento integral; explicadas pelo fato de que o Plano foi elaborado por uma equipe multissetorial e entregue ao Conselho Municipal e ao distrito de Xai-Xai sem capacidades técnicas nem força política para a sua execução;

O MICOA, entidade governamental responsável pela elaboração da legislação ambiental e execução das políticas setoriais, não assumiu a co-responsabilidade sobre o desenvolvimento do PID, tendo justificado o procedimento se baseando na lei das autarquias (Lei número 3/94 de 13 de Setembro), que introduziu um novo quadro institucional dos municípios, dando autonomia municipal em matérias de promoção e implementação de iniciativas de desenvolvimento local. Uma autonomia que não é acompanhada pela autonomia financeiro-técnica para a execução de planos de desenvolvimento.

No caso presente, constata-se que o Plano foi uma imposição de topo para a base, não tendo, por isso, sido fruto da iniciativa local. Daí que em função do que cada nível considerou responder aos seus interesses e prioridades foram gastos milhares de dólares americanos no processo de concepção e elaboração do próprio plano, para não ter um adequado seguimento e execução, o que demonstra fragilidade em matéria de elaboração, planeamento e gerenciamento de Projetos ambientais pois, neste processo, é imperiosa a previsão de mecanismos de execução do Plano, sua monitoria e avaliação dos seus resultados em função da certeza de existência de recursos e capacidades para o efeito. Pois:

Para que se tenha um melhor controle do Projeto e se crie interdependência entre as atividades, dividem-se os projetos em algumas fases, constituindo o chamado ciclo de vida do projeto. O ciclo de vida do projeto define quais técnicas de trabalho serão utilizadas em cada fase e quais pessoas estarão envolvidas em cada fase. Cada fase do projeto é caracterizada por um completar de um ou mais “marcos”. Os marcos são resultados de trabalhos que podem ser verificados e medidos ²⁹.

²⁹ GIOVANNI e ROZENFELD acessados em www.guiadelogistica.com.br, (30.11.05).

Para este caso poderá ter ocorrido equívoco de conceitos nos procedimentos e, em consequência ter-se ficado na indefinição do “o que fazer?”. “Com o que?”, “Como?”. Mas os primeiros milhares de dólares já haviam sido gastos e provavelmente fosse esse o objetivo.

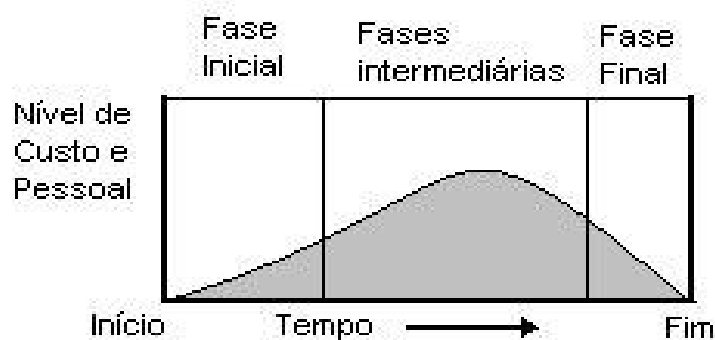
Corroborando o que afirma Santos, (2004), houve uma descontinuidade de ações, se não de falta de consistência nos conceitos ou deliberadamente assim se planejou, visto que:

Planejamento ambiental é chamado erroneamente de gerenciamento ambiental, que é um momento interativo de uma proposta de ordenamento, na qual o planejamento ambiental predomina nas primeiras fases do processo (...). Já o gerenciamento figura nas fases posteriores do ordenamento, ligadas à aplicação, administração, controle e monitoramento das alternativas propostas pelo planejamento (...) A proposta é que gestão ambiental seja interpretada como a integração entre o planejamento, o gerenciamento e a política ambiental. Nessa direção, o planejamento ambiental é visto como o estudo que visa à adequação do uso, controle e proteção ambiental, além do atendimento das aspirações sociais e governamentais expressas ou não em uma política ambiental. (SANTOS, 2004, p. 27).

Esta situação sugere que exista uma vontade forte de inverter os atuais níveis da degradação ambiental e de assumir novas posturas no sentido de se ser aberto para a troca de experiência sobre novos modelos de planejamento, gerenciamento e gestão ambiental por parte dos responsáveis pela execução e implementação das políticas e de gestão ambiental no país; porque o contexto atual revela o gerenciamento e a gestão potenciais quando o que se requer são ações transformadoras da degradação e a sua prevenção.

Ao nos referirmos à troca de experiências temos presente que devem ser do domínio dos gestores de projetos ambientais as três grandes fases do ciclo de vida dos projetos, ilustradas pela figura 2, bem como os processos que nele ocorrem como forma de assegurar seu correto monitoramento.

Figura 2:



Exemplo genérico de ciclo de vida dos projetos. Fonte: www.fejepar.org.br acessado a 20. 04. 06

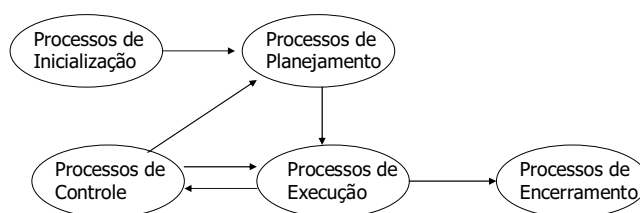
No decurso deste ciclo ocorrem processos aos quais a gestão de Projeto deverá estar atenta, visto servirem de meios para o alcance dos objetivos de cada fase do projeto. A figura três ilustra estes processos:

Figura3

Ciclo de vida de um projeto

■ Os processos

- Em cada etapa do projeto são executados diversos processos com o objetivo de produzir o resultado esperado daquela etapa.



Processos que ocorrem durante o ciclo de vida de um Projecto. Fonte: SILVA, In: CRIANDO, [htt://www. Criando. net.](http://www.Criando.net) Acessado a 20.12.2005.

Assim, é no decurso das etapas que se vão respondendo às perguntas que constituíam os problemas que o projeto se propunha resolver. O quadro 2 representa essas etapas.

Quadro2: Etapas do ciclo de vida de um projecto.

	ETAPAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Criação									
2	Levantamento									
3	Design									
4	Programação									
5	Testes									
6	Implantação									
7	Encerramento									

Fonte: Organizado pelo autor a partir de SILVA, In: CRIANDO, 2004, acessado em 20.12.05

Utilizando este esquema como modelo, julgamos que foram cumpridas apenas as primeiras quatro etapas do ciclo de vida do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai. Os testes, a implantação e o encerramento não podem ser considerados implementados ou, se tal ocorreu, não foi atingido um nível de ação que permitisse observar mudanças de padrão na área do Projeto; uma situação genérica em todos os projetos que são desenvolvidos no país. (Vide o anexo G.)

Por outro lado, tomando como ponto de análise a figura 2, o nível de custos e de pessoal é elevado na segunda etapa ou nas fases intermediárias (etapas da realização das atividades de desenvolvimento da área propriamente ditas) e menores no início e no encerramento do projeto. O que entra em concordância com o volume orçamentário previsto para estas fases no PID. (Apendices G-K: quadros 4-8).

No que se refere aos processos (fig.3), acreditamos igualmente que, para o PID para a Praia de Xai-Xai, apenas os dois primeiros processos foram iniciados e ainda assim não completamente, dada a discrepância que se registra em torno do seu cumprimento.

Porém, o PDI para a Praia de Xai-Xai projeta um desenvolvimento local a longo prazo cujo arranque está conhecendo cada vez mais um adiamento ou acontece de uma forma distorcida e sem conexão com o desejado para o meio ambiente local. Em contrapartida, o ambiente físico-natural e sócio-espacial, está cada vez mais se deteriorando.

Pressupomos, de acordo com as evidências do trabalho de campo que, tanto a ferramenta disponível para a execução do projecto como as capacidades técnica e

financeira locais demonstram assinaláveis lacunas, razão porque ocorreu o interregno e o impasse, vividos entre sua concepção e aprovação do PID pelas Assembléias locais.

Assim, o único instrumento na base do qual se podia trabalhar, e se deve trabalhar, é o próprio PID, elaborado e submetido à aprovação. Mas ele não passou disso, como revela Pacule, quando foi instado, a esclarecer, nos seguintes termos:

É difícil dizer se havia instrumentos de gestão ou não. Porque a Assembléia do Conselho Executivo da Cidade de Xai-Xai adoptou o Projecto e legislou a sua implementação. Foi, portanto um processo participativo. Como consequência da aceitação do plano ordenou-se a paragem da concessão dos talhões ao longo da área visada para assegurar a sua implementação. O que significa que o governo concordou e adoptou o plano. Portanto, o próprio plano aprovado e adoptado pela Assembléia da Cidade já é, em si, um instrumento ou ferramenta de gestão. (Informação verbal).³⁰

Esta visão encontra acolhimento e suporte nas palavras de Santos (2005) quando ensina que:

Elaborar um “projeto”, a princípio, pode ser visto como alguma coisa muito complexa e de difícil execução, mas, uma vez definidos com clareza os objetivos a serem alcançados, passa a ser um instrumento de planeamento que poderá contribuir em muito para o fortalecimento de uma entidade. A primeira tarefa será determinar a área de alcance do projeto e a meta a ser atingida. A seguir desenvolvem-se programas mais específicos que têm por finalidade aproximar o ideal da realidade.³¹

Sobre a relação entre o Projecto e as comunidades locais houve uma divergência de opiniões, o O CDS considera que:

Há uma relação entre as partes visto que há uma tradição local de extração de moluscos por parte dos residentes e não só. Com a guerra a pressão sócio - econômica sobre o local aumentou. Daí que o projecto leva a parte educativa para uma extracção sustentável de mexilhão bem como da pesca artesanal desenvolvida na área. Por outro lado o consórcio tinha a responsabilidade social de construir ou melhorar as escolas, hospitais para o benefício das comunidades locais.³²

Porém, as comunidades locais, no geral, manifestaram não saberem nada sobre o trabalho do PID e, referindo-se ao caso específico do CDS-ZC sul, disseram que só viam carros a circular de um lado para o outro e mais nada.

Contudo, algumas pessoas, como por exemplo, a senhora Rossana Bacar afirmaram que o CDS-ZC desenvolve um trabalho educativo sobre as comunidades locais e, por conseguinte, se reduziram: a extração insustentável de moluscos, o corte

³⁰ . PACULE, Hermes em entrevista com o autor: Dezembro de 2005.

³¹ . SANTOS, José Antônio Rosa dos. Disponível: www.aerodinamica.com.br/PORTUGUES/ciclo.html , acessado a 20.08.05.

³² . PACULE, Hermes em entrevista com o autor: Dezembro de 2005.

indiscriminado de vegetação e o cultivo sobre as dunas. (Informação oral).³³ Este posicionamento contrasta-se com a realidade expressa nas paisagens e ilustrada pelas imagens em anexo. (Fotos 19-26).

As populações menos favorecidas, isto é, com menos renda, ocupam espaços geográficos mais propensos aos impactos ambientais como os declives das dunas e outras áreas susceptíveis a riscos como erosão, inundações e desabamento de suas habitações.



Foto 19: Loteamento das dunas com habitações das camadas sociais menos favorecidas, estando por isso, expostas aos riscos ambientais. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 20: Agricultura mal orientada sobre as dunas e uma construção precária na Praia de Xai-Xai refletem o uso da terra pelas camadas pobres. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.



Foto 21: Cultivo de milho sobre as dunas previstas para a proteção ambiental é um fator da degradação das dunas pela erosão. Fonte: Autor, Fevereiro de 2006.

³³ . BACAR, Rossana: ex-professora secundária e operadora local de uma instância turística: “Golfinho Azul” e Presidente da Associação local de Turismo.

Num outro questionamento, o Diretor Pacule, instado a se referir às atividades desenvolvidas pelo PID para a Praia de Xai-Xai no contexto dos seus objetivos e, confrontado com o posicionamento das comunidades locais, respondeu da seguinte maneira:

Não sei. As fotografias aéreas é que podiam ilustrar melhor e, se calhar as pessoas ficariam desiludidas. Pois, regista-se mais a degradação das dunas agora do que antes, há mais ruas abertas, a praia velha devia ser uma área de protecção, mas ainda não o é. Em suma tomou-se mais o parcelamento do que um desenvolvimento integrado previsto no próprio plano. Razões: O plano foi concebido na visão tecnicista. Os técnicos concentraram-se mais nos seus sonhos do que na natureza básica do desenvolvimento do Município. Assim porque o plano tem uma virtude para o seu desenvolvimento. Espécie de consórcio para o desenvolvimento da praia de Xai-Xai. Prevía-se a realização do marketing para trazer água em abundância para a zona, energia, vias de acesso, saneamento básico. Mas a capacidade técnica e de recursos humanos, do Município para levar a cabo este plano, é uma limitante. Daí que depois da concepção do plano seguiu-se um período longo de interregno, com o plano colocado nas gavetas. Como tal em 2002/3 há uma pressão da Direcção provincial do MICOA sobre o Município para a implementação do Projecto. E, em consequência, o que se implementou está longe de ser o conteúdo do Plano de desenvolvimento integrado da região das Praias de Xai-Xai e Chongoene. Foi apenas o parcelamento e distribuição de talhões. Uma operação interrompida por causa deste plano. (Informação oral).³⁴

Portanto, as fotos 22 a 26 ilustram a degradação ambiental da área do PID decorrente do uso inadequado da terra e corroboram o sentimento e previsão de Pacule em relação ao desempenho do Plano nas atuais circunstâncias.



Foto 22: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia Velha; a pressão é intensa sobre as dunas com loteamentos e construções sobre as áreas de risco ambiental. Fonte: Earth Google, (2006)

³⁴ PACULE (2005).



Foto 23: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Xai-Xai sede: ocupação do litoral com construções para turismo restrito e não só. Fonte: Earth Google, (2006)



Foto 24: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Xai-Xai sede e o entorno. As derrubadas da vegetação e ocupação das dunas são cada vez mais intensas. Fonte: Earth Google, (2006)



Foto 25: Vista aérea da ocupação do espaço ao longo da costa no sentido Praia de Xai-Xai sede a Praia de Chongoene. A reprodução imobiliária próximo do mar e o desmatamento das dunas são cada vez mais intensos. Fonte: Earth Google, (2006)



Foto 26: Vista aérea da ocupação do espaço na Praia de Chongoene, as dunas cada vez mais expostas à erosão . Fonte: Earth Google, (2006).

As imagens tornam óbvio que o que se implementou na área do PID está longe do seu conteúdo, pelo contrário representou um agravamento da situação de degradação ambiental, requerendo, por isso, um planeamento ecológico ou ambiental urgente, descrito por Santos (2004) como “tendo enfoque essencialmente ligado à conservação dos elementos naturais e à qualidade de vida do homem”. (SANTOS, 2004, p.26).

Chivale, em entrevista com o autor, concordou com as razões apontadas por Pacule como sendo as causas de não implementação do PID. Todavia, ele fez outra leitura sobre o que motivou o interregno havido para a aprovação do documento.

Referiu que “houve por parte das autoridades locais uma hesitação devido ao fato de que a duração do Plano seria para além dos 5 anos do mandato dos dirigentes municipais do momento, o que significaria aprovar um Projeto cujos resultados seriam colhidos por outras equipes” (Informação verbal)!³⁵.

Esta postura não ajuda a imprimir um desenvolvimento territorial e mesmo da sociedade em geral. Pois independentemente de se estar no poder ou não, os resultados do Projecto seriam benéficos para as comunidades que necessitam de melhoramento das suas condições de vida partidndo da qualidade do meio ambiente circundante. Julgamos que aquela postura é uma mostra de mentalidade imbuída de egoísmo e ganância pelos bens pessoais e não coletivos.

Acreditamos que ainda falta assumir: “as tarefas e deveres de cada um”, dos políticos, dos governantes, dos líderes de grupos, dos professores, das mães, dos empresários, dos artistas, dos meios de comunicação de massa, dos cientistas, gente a trabalhar por um mundo, tentando resolver os problemas que ameaçam a própria existência. (RIBEIRO, 1998, p.9).

³⁵ CHIVALE, Mucoque é um técnico do Planeamento Físico que integrou a equipe técnica multi-sectorial que elaborou o PID da praia de Xai-Xai e, é funcionário do MICOA em Gaza.

Não terá sido motivo para o descumprimento do plano e porconsequente se ter adiado a implementação de um desenvolvimento integrado da região das Praias de Xai-Xai e Chongoene como se previa, com a intensão de introduzir um novo modelo de gestão na área do PID?

Não obstante, em nossa opinião, tudo terá que ser feito para que o instrumento conheça a sua execução. Há que chamar a sensibilidade dos atores políticos para permitirem que iniciativas de diversas origens dêem andamento a um instrumento que custou muito dinheiro para a sua produção e de maior valor como ferramenta de gestão integrada do meio ambiente na área.

Além disso, deve se considerar que o turismo de negócio abrange inúmeros tipos de transações: econômicas, financeiras, comerciais, culturais e estruturais e, está igualmente na base de sociabilidade humana que é produto e condição de relações sociais. Portanto, ele inclui a fluidez de capitais e mais ganhos para o local da chegada dos turistas. Sob esta perspectiva é de encorajar a agregação de esforços para se materializar o conteúdo do PID partindo da idéia de que a significação atual do local pode ser gradativamente transformada. No atual estágio, e por sua própria magnitude, a área do PID pode ter um significado preponderante relacionado à desagregação paisagística.

Este nosso posicionamento resulta da constatação de que:

O panorama constatado pela revista Moçambique, em particular na zona adjacente da praia de Xai-Xai, é desolador. O que mais chama a atenção é o estado de degradação a que se deixaram chegar as infra-estruturas turísticas existentes. Algumas iniciativas, muito poucas, acabaram ficando inviabilizadas pela falta de visão geral, estratégica que o plano estratégico de gestão integrada da zona costeira dá e que esperamos seja uma alavanca para o esforço de desenvolvimento que as autoridades locais devem empreender. (SILVEIRA, S. in TURCATO, 2001 p.2).

Uma constatação que se constitui em justificativa para o desenho e implementação de projetos de desenvolvimento integrado da área de estudo; uma oportunidade para proporcionar um novo contexto paisagístico ao local. Assim o PID tinha sido uma solução dos problemas acima descritos e que conheceu um adiamento na sua implementação devido a um equivocado processo de elaboração, gerenciamento e gestão de projetos.

Usando as palavras de Paula (2005) se referindo a conceitos de desenvolvimento sustentável acreditamos que para o caso da área do nosso estudo “[...] Houve um deslocamento da controvérsia fundamental: não se tratava mais de se opor exploração

econômica versus preservação, mas sim, de definir escolhas entre alternativas de desenvolvimento capazes de compatibilizar interesses econômicos com a conservação ambiental”. (PAULA, 2005, p. 270). É nesta sequência que se está adiando a implementação integral do PID na Praia de Xai-Xai.

Nesse conflito ganhou o lado dos interesses econômicos, a conservação e preservação não fizeram parte deste contexto, como se as questões ambientais ocupassem segunda prioridade. Uma secundarização que se contradiz com a política nacional do ambiente sobre estas matérias, ao referir que:

A Política Nacional do Ambiente representa o instrumento através do qual o Governo reconhece de forma clara e inequívoca a interdependência entre o desenvolvimento e o ambiente. É um meio para a execução, no país, de políticas sócio e macro-económicas ambientalmente aceitáveis, visando promover e impulsionar um crescimento económico que se fundamente, tanto quanto possível, nos preceitos universais do desenvolvimento sustentável. (MICOA, 2004, p.245).

Neste contexto um dos desafios do Planeamento e da gestão territorial no país passa por incorporar a utilização das normas e instrumentos disponíveis para o sucesso do processo, nas ações do dia a dia dos atores.

3.3. Desafios impostos à implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai - Xai.

Chivale (2006) aponta que o “Plano foi uma encomenda do MICOA como produto da sensibilidade setorial e levado às estruturas locais”. Continuando observa que: “os planos deviam ser exigidos aos governos locais e não o inverso”. (Informação oral)³⁶.

Pode ser que exista alguma razão no posicionamento de Chivale, mas, muito mais do que isso, a questão fundamental em que se deve pensar é: Em que lugar se quer colocar a Praia de Xai-Xai no contexto de desenvolvimento regional integrado pretendido? Posteriormente criar-se-ão condições objetivas para a execução das ações delineadas e a oportunidade de operacionalização dos órgãos dirigentes.

Acreditamos que neste processo faltou a compreensão da necessidade de um desenvolvimento territorial responsável e integrado para eliminar-se a gestão ambiental

³⁶ . CHIVALE, Mucoque em entrevista com o autor a 17.3.06 em Xai-xai.

tradicional e, por conseguinte, ocorreu um conflito de interesses que minou um esforço de oferecer à área oportunidade de ser um pólo de desenvolvimento regional integral e ambientalmente sadio. Uma forma de proporcionar ao mesmo tempo ótimas condições turísticas e promoção da justiça sócio-ambiental na visão sistémica das paisagens.

Consequências, atualmente as dunas são utilizadas cada vez mais para a agricultura, construção de habitações, corte de lenha e estacas bem como queima de carvão. (Vide as fotos 22 a 26). A população continua a extrair os moluscos em qualquer altura do ano. Portanto, sem observância de almejada colheita e pesca sustentável preconizada no Plano. O que se incrementou, foi sim, a construção de mais edifícios residenciais bem como comerciais e turísticos privados. As desigualdades e a pobreza acentuaram-se mais e, por este fato, qualquer discurso de combate à pobreza neste contexto não passa de uma retórica.

Por outro lado as infra-estruturas por reabilitar estão ainda se degradando e ocorrem construções em locais inadequados para esta atividade. (Fotos 27 e 28).



Foto 27: A degradação das infra-estruturas (no fundo) na praia de Xai-Xai não é motivo inibidor do lazer dos populares idos de vários cantos de Xai-Xai. O PID prevê a sua reabilitação que ainda não se sabe quando vai começar. Fonte: Autor (14.2.2006).



Foto 28: Estrada que liga a praia velha e a praia de Xai-Xai sede. Ao longo das barreiras costeiras se erguem edifícios, não obstante serem zonas de protecção costeira. Fonte: Autor 29. 12. 05.

Assim conclui-se que o desenvolvimento sustentável e integrado da área das praias de Xai-Xai e Chongoene é uma falácia visto que ainda prevalecem estruturas precárias com tendência a agravarem-se cada vez mais.

Com esta realidade confirma-se a tese de que “o desenvolvimento sustentável é uma utopia”. (VEIGA in LAVINAS, L.; CARLEILA, L. M. F.; NABUCO, M. R., 1993, p.149).

Toda gente fala dele como uma moda e nada de sustentável ocorre depois, uma vez que ele se reduz a uma expressão semântica na base da qual se captam e se angariam recursos nos meandros internacionais que localmente somem do destino para o qual foram solicitados e continua-se a lamentar a falta de fundos para promover o desenvolvimento das comunidades carentes. (Vide anexos G, H, I e J).

No caso moçambicano é costume justificar e desculpar tudo o que se passa em termos de degradação ambiental e de retrocesso no desenvolvimento com a guerra, apesar desta ter terminado há 14 anos.

No entanto, o verdadeiro motivo destes fatos prende-se à falta de consciência e espírito de desenvolvimento coletivo, o que propicia a aplicação indevida de recursos em benefício dos que estiverem próximos de sua gestão e não em favor do desenvolvimento territorial e social. (Tabela 11) e (Anexos G, H, I, e J).

Assim ocorre a reprodução das elites que formam, em seu redor, um ambiente de abundantes oportunidades por vias seletivas, excludentes e ocultas cujas conseqüências se resumem no enriquecimento das minorias privilegiadas e empobrecimento cada vez mais agudo da maioria.

Julgamos que para pensar num desenvolvimento sustentável? “há que pensarmos: Porque e para quem? Como? Aonde, ou seja, em qual espaço?” (Informação oral).³⁷

Das duas questões, a primeira e a última acreditamos que podem ter sido respondidas no contexto do PID, mas, a segunda, poderá não ter tido a melhor resposta.

Se não vejamos: não teria havido o momento de interregno após a aprovação do Projeto, pois, segundo o conceito de projeto, as suas ações devem ser conseqüentes e desenvolvidas num prazo estipulado. Por que “O projecto é único”. Criando, (2004).

No entanto, o interregno e a inconsistência da gestão ambiental no país encontram justificação nas palavras do representante do MICOA por nós entrevistado ao referir que:

³⁷ GUIMARÃES, Solange T. Lima citada em pessoa a 3.10.2005 na sala de sessões do Município de Campinas em uma palestra sobre “Cidades sustentáveis e insustentáveis”.

O MICOA é um ministério novo criado em 1995, portanto com 10 anos de existência e sem infra-estruturas, recursos humanos à altura das suas atribuições o que afeta a qualidade dos serviços a prestar. É um Ministério que é chamado a fazer mais a gestão ambiental do que o desenvolvimento. Com um reduzido acesso ao financiamento. Por este fato, não se tem como exigir das comunidades as boas práticas de gestão costeiro-ambiental sem condições materiais/econômicas. (Informação oral) ³⁸.

Corroborando a posição de Wamusse, num outro momento a fonte do CDS-SUL entrevistada apontou que a questão de falta de quadros esclarecidos sobre o que devem fazer é um gravame, acrescido à inexistência de manual de coordenação e gestão das atividades do MICOA, nos seguintes termos:

“Por outro lado ocorrem problemas técnicos derivados da origem dos quadros do MICOA. Porque as pessoas fazem a graduação na UEM e, mediante os concursos ingressam para o MICOA sem boas práticas de gestão e conhecimento das suas atribuições”. (Informação verbal). ³⁹

Quanto à falta de recursos e quadros ⁴⁰ gostaríamos de observar que ela não pode servir de justificativa para não se fazer um trabalho sério de proteção ambiental. A gestão transparente dos fundos alocados pelos doadores ou parceiros do Governo, por nós inquiridos, é que tem que ser um enorme desafio, pois aqueles desembolsam valores que muito ajudariam para mitigar e solucionar os problemas que se estão agravando. (Anexo J).

Basta apenas analisar os dados fornecidos pela DANIDA: Agência Dinamarquesa para a Cooperação Internacional (tabela 11) para concluir que existem fundos para um trabalho sério que infelizmente não ocorre devido à corrupção. (Anexos G, H, I e J).

³⁸ . UAMUSSE, Rogério (2006) em entrevista com o autor. Informação verbal.

³⁹ Hermes Pacule (2005). Informação verbal.

⁴⁰ Quanto à falta de quadros sugerimos que se proporcionem oportunidades aos graduados pelas Universidades nacionais e promover-se sua capacitação e treinamentos sobre matérias específicas de gestão ambiental, à luz dos fundos que são providenciados pelos doadores para a capacitação institucional do MICOA. Por outro lado urge a promoção da ética ou disciplina estatal por meio de introdução de regras de conduta profissional acompanhadas pelo respectivo controle de seu cumprimento; tal se transfigura em um desafio do poder público para com os seus funcionários.

Tabela 11: Descrição das áreas beneficiárias do apoio da DANIDA em Moçambique.

No	Actividades/Componentes do Programa	Âmbito de aplicação	Duração	Orçamento (em coroas Dinamarquesas).
1	Prevenção de problemas ambientais futuros	Nível nacional	Longo prazo	9,3 milhões de K
2	Resolução de problemas ambientais existentes	Nível nacional	Longo prazo	
3	Capacitação institucional	Nível nacional	Longo prazo	30,9 milhões de K
4	Gestão das zonas costeiras	Nível nacional	Longo prazo	21,2 milhões de K
5	Gestão de Recursos Naturais	Nível nacional	Longo prazo	23,8 milhões de K
6	Gestão ambiental urbana	7 municípios escolhidos	Longo prazo	57,0 milhões de K
7	Gestão ambiental para área de Grande Maputo	2 municípios e 2 distritos de Maputo	Longo prazo	16,0 milhões de K
8	Outros			21,8 milhões de K
	Total			108,1 milhões K

Fonte: Organizado pelo Autor a partir da leitura do Programa de apoio Ambiental - financiado pela DANIDA.

Estes valores estão exatamente direcionados para aqueles problemas que são uma preocupação atualmente no país. Mas nem a mitigação nem a capacitação institucional estão ocorrendo em níveis satisfatórios. Então, porque o MICOA reclama de fraca capacidade técnica mesmo com doações contemplando essas atividades?

Portanto, a tabela 11 demonstra apenas com o exemplo da DANIDA, um dos tantos parceiros de cooperação do MICOA, que existem muitos recursos para levar a cabo a gestão ambiental séria, responsável e reverter a situação de degradação em curso. Como exemplos, citam-se o Banco Mundial, o PNUD, a USAID, a ASDI, a União Européia, Países Baixos, o Banco Africano de Desenvolvimento, a FAO entre outros que têm compromissos de parceria na área ambiental em Moçambique.

Por outro lado, os municípios podem fazer Planos ou Projetos simples, compatíveis com as suas possibilidades, pois sempre podem existir recursos, em algum lugar, bastando para encontrá-los, a racionalização e rigor no trabalho.

É sempre bom lembrarmos também que os recursos necessários não são só financeiros. Muitas vezes as informações e a capacidade técnica existem no próprio Município e a equipe que conduz o Plano pode estabelecer parcerias e procurar utilizar a infra-estrutura, os técnicos e a informação que eventualmente estejam alocados em outras instituições, em um trabalho integrado. O que se exige, é nova mentalidade e postura dos dirigentes de modo a transformar os problemas em soluções concretas.

Além do apoio que pode ser buscado dentro do espectro de parceiros do MICOA, podem-se buscar outras possibilidades de cobrir os custos do Plano/Projeto com recurso à co-participação dos segmentos sociais beneficiários dos resultados do mesmo. As

instituições e formas de organização existentes no município e na região podem contribuir, para tanto, desde que haja uma sensibilização dos atores e uma gestão comprometida dos recursos existentes.

Se os parceiros prevêm recursos para apoio institucional à capacitação de quadros do MICOA, então deverão ser mínimas as dificuldades nesse sentido, pois existem recursos alocados para esta finalidade. É só uma questão de colocar pessoas certas no lugar certo e potencializar sua formação bem como produzir manuais orientadores das tarefas de cada funcionário.

Por conseguinte, julgamos que há condições para começar a demonstrar responsabilidade, seriedade e vontade de inverter a situação da degradação ambiental que o país está conhecendo em várias vertentes; porque esta é a atribuição do Ministério, prescrita em vários documentos normativos. Vide os anexos (A e B).

Se calhar aqueles sirvam para consubstanciar a ideia de que: “Embora os governos não deixem totalmente de considerar os problemas ambientais, frequentemente negligenciam a implementação de medidas reguladoras, compensatórias e mitigadoras” (PRINCEN et alii, 1994 apud LOPES e FILHO et al, 2001, p. 297). Que é o caso de Moçambique, cujos instrumentos legais sobre os assuntos ambientais remontam desde o período colonial, mas a sua aplicação no combate e mitigação da degradação ambiental não é efetiva.

Porém, “ [...] Sua mera existência, por si só, não constitui gestão propriamente dita. Para que realmente aconteça e se concretize a gestão ambiental, é preciso que aquela potencialidade se transforme em ação concreta, deixando de ser apenas leis e normas” (PHILPPI e ROMÉRO, 2004, p.701).

Logo, o país precisa promover com os recursos ao seu dispor uma gestão ambiental ação ou ativa que é: “Gestão ambiental efetiva”, Seiffert, (2005, p.23), que se caracteriza pela conversão das leis, normas, regulamentos sobre a gestão ambiental em gestos transformadores, resultantes da aplicação daqueles instrumentos. Em suma: concretizando a mudança do *poder ser real* para o real.

Portanto, gestão ambiental ação corresponde à existência e utilização de um conjunto de instrumentos e só será eficaz “[...] quando esse conjunto se transformar em ações que se traduzam em problemas resolvidos”. (PHILPPI e ROMÉRO, 2004, p.701).

Neste processo estratégias ativas, reativas e pró-ativas de conservação ambiental, preservação paisagística e proteção da natureza deverão ser observadas por todos os cidadãos e atores de desenvolvimento comunitário, dinamizadas pelos gestores de

projetos bem como previstas e amparadas pelas políticas públicas. Segundo Moraes (2002)

[...] O rótulo gestão ambiental qualifica a ação institucional do poder público no sentido de objetivar a política nacional de meio ambiente. É assim uma ação pública empreendida por um conjunto de agentes caracterizados na estrutura do aparelho de Estado, visando a aplicação da política ambiental do país. Esta envolve diretrizes constitucionais (que em grande parte respondem pela estrutura do setor) e orientações de governo (responsáveis em ampla medida pelo funcionamento do sistema). A gestão implica, pelo exposto, a institucionalização e implementação da política ambiental estatal. (MORAES, 2002, p.29).

Portanto deve se ter a coragem suficiente, para se assumir novas posturas, novas crenças na capacidade interna de produzir mudanças, novos conceitos e preconceitos para se ser coerente com o discurso desenvolvimentalista e combate à pobreza; porque para prosperar, uma sociedade deve criar incentivos para que a vasta maioria da população invista e inove. Assim se estará a operar uma transformação desejada para o desenvolvimento coletivo e não de minorias.

Por isso, os gestores de projetos devem ser elementos com sensibilidade suficiente para introduzir estas mudanças e perceber os seus efeitos no ambiente e nas pessoas. Além de captar o clima, eles devem ser capazes de agir, por exemplo, para evitar conflitos ou ruídos na comunicação do processo da mudança entre os intervenientes. Maior enfoque deve ser dado à definição de objetivos claros e ganhos imediatos a alcançar para a área do projeto. Para esta nova abordagem a competência e a transparência devem ser valores a considerar no recrutamento e admissão dos gestores destes projetos, no lugar de favoritismo e nepotismo que têm sido práticas e “modus vivendi”⁴¹ no presente.

Porém, o embasamento destas práticas deve ser estimulado pela vontade política que inspire o desenvolvimento destas atitudes nos cidadãos a ponto de se transformarem em cultura ética de cada um; que perante os bens públicos haja responsabilização e sistema de penalidades.

A este respeito, interessa atentar-se e considerar que:

As políticas podem contribuir para a transição de uma ‘armadilha de desigualdade’ para um círculo virtuoso de igualdade e crescimento por intermédio do equilíbrio do campo de atuação - com maior investimento nos recursos humanos das pessoas de mais baixa renda; acesso mais amplo e mais igualitário aos serviços públicos, à informação e aos mercados; garantias de direito à propriedade para todos; e mercados mais justos. Mas as políticas que visam equilibrar o campo de atuação económica enfrentam grandes desafios. Existe uma desigualdade de capacidade para influenciar a agenda política: os interesses dos desprovidos talvez nunca sejam expressos ou representados.

⁴¹ . Cf. anexos H, I e J e o prescrito em nota de rodapé n. 37.

Quando as políticas desafiam privilégios, grupos mais influentes podem tentar impedir as reformas. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.3).

Porém, um esforço e coragem devem ser desenvolvidos a partir das esferas superiores, para suscitar a topofilia⁴² nas comunidades locais, o sentido de pertinência e a motivação para a ação em prol de desenvolvimento coletivo, visto que:

[...]
a Topofilia não busca outra coisa senão instrumentalizar as comunidades para que, a partir das respectivas condições político-administrativas das cidades em que vivem, e partindo de suas especificidades características psico-sociais, culturais, ambientais e econômicas, estejam capacitadas a enfrentar e responder elas mesmas a sua problemática sentida, com o apoio técnico e logístico que, conforme o caso, será de ordem pública, privada ou mista. (YORI, 2004, p. 5 apud FLORES, 2005, p.102).

Neste debate, Moraes (2002) considera que: “As políticas públicas podem ser agrupadas em três grandes campos: políticas econômicas (cambial, financeira, tributária etc.), políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.) e políticas territoriais (urbanização, regionalização, transportes etc.)”. Estas deverão ser articuladas, embora “[...] as políticas econômicas e sociais possuam sua espacialidade, cuja materialização permite-nos falar em estruturas geoeconômicas, geoeeducacionais etc. Porém existem ações estatais que modulam o espaço, qualificando-o como condição para as outras espacializações. Estas políticas denominamos territoriais, isto é, as que produzem espaço”. (MORAES, 2002. p. 30).

O quadro 3 e os anexos A e B demonstram que o país possui instrumentos suficientes para uma gestão ambiental ativa (e não apenas potencial), bastando para isso uma mudança de atitudes e a existência de vontade política de servir, que se alicerce em valores éticos e morais. Ou seja, as políticas públicas moçambicanas na área do ambiente, que são linhas gerais de ação de grande alcance e projeção e que devem ter o poder de interpretar as vontades individuais em relação ao bem comum, devem ser operacionalizadas até ao detalhe e com muito rigor.

Quadro 3: Leis e normas vigentes sobre o Meio Ambiente em Moçambique

Dispositivo	No	Data	O que trata
Diploma L.	2427	7/12/1963	Criação e a exploração de animais selvagens em Moçambi.
Diploma L.	2787	23.12.1967	Proteção da fauna na ilha de Inhaca - Maputo
Diploma L.	2977	6.6.1970	Disciplinar a criação e exploração de animais selvagens.
Diploma L.	1/71	7.1.1971	Regulamento sobre as substâncias explosivas
Diploma L.	120/71	13.11.1971	Regulamenta as disposições a observar na realização de obras de engenharia civil em matéria de segurança pessoal e

⁴² . TUAN, (1980)

			higiene no trabalho.
Portaria	11/78	14.1.1978	Institui a Inspeção Sanitária, tripartida: Ministérios de Saúde, Indústria e Comércio, no âmbito do combate às doenças contagiosas.
Decreto	7/78	18.4.1978	Decreta o uso racional dos Recursos Naturais do País: solo, água, flora e fauna.
Portaria	117/78	16.5.1978	Regulamenta as atividades de caça no seu pormenor à luz do decreto 7/78.
Resolução	18/81	30.12.1981	Ratifica a adesão de Moçambique à Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.
Resolução	20/81	30.12.81	Ratifica a adesão de Moçambique à Convenção Africana sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora silvestres ameaçadas de Extinção.
Resolução	21/81	30.12.81	Ratifica a inscrição de Moçambique, como país membro à União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.
Diploma Ministerial	51/84	3.10.1984	Fixa requisitos higiênico-sanitários dos estabelecimentos alimentares e seu regulamento.
Diploma M	80/87	1.6.1987	Fixa requisitos de qualidade higiênico-sanitários a observar na produção, importação e comercialização de alimentos.
Diploma M	88/87	29.7.1987	Aprova o Regulamento sobre Pesticidas.
Diploma M	100/87	23.9.1987	Aprova o Regulamento sobre os aditivos alimentares
Lei	3/90	26.9.1990	Define o quadro jurídico relativo ao planeamento e à gestão pesqueira, implementação do regime de Licença, conservação dos recursos e fiscalização da qualidade dos produtos de pesca.
Lei	16/91	3.8.1991	Aprova estabelece os recursos hídricos de domínio público, os princípios de gestão de águas e a sua inventariação.
Resolução	8/93	8.12.1993	Ratifica as Convenções de Viena, de 22.3.85, sobre a proteção da Camada de Ozônio e o Protocolo de Montreal, de 16.9.87, sobre as substâncias que destroem a Camada de Ozônio e as suas emendas de Londres 1990 e Compenhaga de 1992.
Resolução	1/94	24.8.1994	Ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, de Junho de 1992.
Resolução	20/94	4.8.1994	Ratifica a adesão do País à Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional
Resolução	5/95	4.8.1995	Aprova a Política Nacional do Ambiente
Resolução	7/95	8.8.1995	Aprova a política Nacional de água
Resolução	10/95	17.10.1995	Aprova a Política Nacional de Terras e as respectivas

			estratégias de implementação.
Resolução	11/95	31.10.1995	Aprova as políticas agrárias e as suas respectivas estratégias.
Resolução	7/96	2.4.1996	Aprova a Política de Meteorologia
Decreto	16/96	28.5.1996	Aprova o Regulamento da Pesca Marítima
Lei	20/97	7.10.1997	Aprova a Lei do Ambiente

Fonte: MICOA, 2004.

O atual cenário de combate insatisfatório aos problemas ambientais em Moçambique é justificado pelo Diretor Pacule⁴³ que considera que a história do MICOA é fator indutor da ocorrência de uma gestão ambiental insatisfatória em Moçambique. Nas suas palavras, a história do MICOA como Ministério é a seguinte:

1995 - 1999 - Período da criação do Ministério. Durante os cinco primeiros anos da sua existência assistiu-se a um período brilhante na angariação e captação dos recursos externos, mas sem a disciplina administrativa;

1999-2004-período da montagem da gestão administrativa, no entanto, sem a disciplina do Estado⁴⁴ no Ministério, que só se iniciou a partir de 2004.

Esta última data é marco de vigência de um novo governo, resultante das terceiras eleições gerais, multipartidárias e presidenciais com, aparentemente, uma nova postura na gestão do país, pois a ênfase dominante do discurso político apresenta uma tentativa de resgatar os valores éticos e morais havidos no período pós-independência⁴⁵, altura em que se respeitavam os bens públicos e havia o princípio de prestação de contas pelos funcionários públicos de acordo com os seus escalões hierárquicos.

Estas práticas foram quebradas com a adoção da economia de mercado introduzida em 1987 sob a assistência do Banco Mundial e FMI, cujas políticas aliciaram os funcionários seniores do Estado a uma acumulação primitiva de capitais sob a desculpa de aderirem à ética da globalização como paradigma vigente. Por conseguinte, a corrupção⁴⁶ material passou a suplantiar os interesses coletivos. Aqueles passaram a

⁴³ .Diretor do CDS-ZC sul de Moçambique em entrevista com autor (2005).

⁴⁴ . Nós interpretamos a falta da Disciplina do Estado como sendo a falta de rigor e respeito pelos recursos sob a gestão dos funcionários do Estado. O que propicia atos de desencaminhamento e lesivos aos propósitos da sua existência.

⁴⁵ . A USAID (2005, p.5) corroborando com esta visão que foi prática vivida e fator da construção da cidadania em Moçambique observa que: “[...] a land in which public sector corruption is a relatively recent phenomenon but is too easily tolerated either due to resignation, fear, or simply a spirit of “deixa andar” (“let it go”).

⁴⁶ . A USAID (2005, iv), Encontra dois níveis de corrupção e suas imediatas consequências em Moçambique, nos seguintes termos: “On a daily basis, citizens experience petty administrative corruption at police checkpoints, health institutions, schools and governance offices. Even more serious grand corruption and state capture exist at higher levels of government. These involve the pilfering of

confundir-se com o próprio Estado⁴⁷. Daí que se perdeu respeito para com os bens públicos. Neste contexto a maioria vive excluída da cidadania por estar desprovida de capacidades para a competição na apropriação da riqueza nacional.

Hoje, o MICOA está num processo de transição do funcionamento com base em Projetos para a estrutura de organismo governamental, com disciplina estatal;⁴⁸ cuja implantação constitui um grande desafio para o poder público nacional.

No decurso do período acima descrito o MICOA conheceu grande instabilidade dos quadros, pois, em moldes de Projetos os seus diretores nacionais iam abraçando as melhores ofertas salariais em outros projetos, o que teria ditado, por exemplo, que uma Direção Nacional tivesse dois ou mais diretores num ano. Tal situação longe de permitir o conhecimento e domínio das políticas da área, serviu para que houvesse necessidade de capacitação contínua de diferentes pessoas. (Informação verbal).

A fonte informou, ainda, que no presente um dos maiores desafios do MICOA deve consistir na troca de experiências com países que desenvolvem boas práticas de gestão ambiental e demonstrar um trabalho sério na produção de boas políticas de gestão ambiental no país; integrar no seu quadro de pessoal, técnicos experientes, com muita bagagem técnico-cultural em matérias de gestão dos recursos naturais e prover-se, em última análise, de dirigentes com discernimento sobre as suas funções e atribuições. Portanto, tem que se rever a administração do Estado no MICOA, introduzindo a disciplina Estatal a nível técnico. (Informação verbal).⁴⁹

Esta necessidade foi evidente nas palavras das Agências financiadoras dos Projetos ambientais em Moçambique entrevistadas pelo autor. Sublinharam por exemplo, que, no geral, financiamentos são feitos mas que, paradoxalmente, os problemas ambientais que deviam ser resolvidos com os tais financiamentos prevalecem.

Por exemplo, o saneamento urbano é um mal crónico em Moçambique, sobretudo, na cidade de Maputo, a capital do país, apesar dos fundos desembolsados, para

substantial sums from the public coffers and fostering damaging misconduct and abuses, for example, favoritism and nepotism in public appointments and procurements, conflicts of interest and insider dealing that benefit friends, relatives and a political allies, and political party and electoral decisions that reduce democratic choices and citizen participation. More troubling are the allegation of linkages between corrupt government officials and organized crime”.

⁴⁷ . Acrescenta-se ainda que: Political leaders have ample opportunities to enrich themselves through their official positions due to poor regulations on conflict of interest and limited oversight of public procurements. Vested interests-both political and economic-do not want to see these relationships fade. USAID (2005, p.6)

⁴⁸ . PACULE (2005).

⁴⁹ . IBIDEM.

contrapor este mal por vários parceiros de cooperação, como o que a tabela 11 e as fotos 29 a 33 ilustraram. Igualmente, a situação de degradação costeira é uma preocupação para a vida de muitas famílias em toda extensão litoral sul do país, em particular, com o CDS-ZC sul cuja incumbência é monitorar este fenómeno. (Anexos C, D e E).



Foto 29: A acumulação de resíduos na cidade de Maputo - ao longo da Avenida de Moçambique - saída para o norte do país, contrasta com a existência de um Mega - Projecto ambiental para esta área (GMA). Fonte: Autor (17.2.2006).



Foto 30: A acumulação de resíduos e o assoreamento da vala de drenagem em Maputo. Fonte: Autor, (17 de Fevereiro 2006).



Foto 31: Deficiente saneamento urbano condiciona o escoamento superficial das águas negras (de esgoto) em Maputo a capital do país. Fonte: Autor, (17.2.2006).



Foto 32: A acumulação de resíduos na cidade de Maputo contrasta com a existência de um Projecto para esta área (GMA). Fonte: Autor (17.2.2006).



Foto 33. Assoreamento da vala de drenagem das águas negras na capital do país. Fonte: Autor (2006).

As agências indicaram, ainda, dificuldades de âmbito institucional para o controle da aplicação dos fundos, pois sublinharam que: “a nível governamental se pode a qualquer momento informar à Agência que um dado financiamento aplicou-se para o fim ‘y’ diferente do que foi o objeto do desembolso”⁵⁰. Ficando difícil avaliar o desempenho do financiamento devido a estes aparentes desvios de aplicação.

Portanto, se constata que, “se há sumidores de rios em Geomorfologia devido ao relevo cárstico, também podem existir sumidores financeiros devidos à corrupção estatal”.⁵¹, um mal que é fonte de pobreza em especial no mundo subdesenvolvimento.

Sobre as áreas beneficiárias de tais financiamentos as agências foram unânimes em apontar: o apoio institucional ao MICOA no financiamento, por exemplo, da elaboração da política ambiental, dos planos estratégicos do ambiente no país, na gestão costeira, no combate à desertificação, na gestão de resíduos sólidos, no combate à erosão, na assistência a áreas de preservação da Natureza, no fundo do ambiente para apoio às pesquisas, entre outros.

⁵⁰ . Um dos representantes das Agências doadoras entrevistado pelo autor (2006). (Informação verbal).

⁵¹ .GUIMARÃES, Solange em conferência sobre a Plataforma Ambiental Brasil 2006, a 17.4.06.

Mas observações na área de estudo, tanto em outras áreas, como na grande Maputo, beneficiárias de projetos de gestão ambiental, segundo documentos do MICOA e seus parceiros, deixam ler a não intervenção sobre os problemas ambientais previstos nos orçamentos e motivos das doações, como ilustram as fotos já mencionadas.

No concernente aos pontos de gargalo a considerar neste processo, as Agências sublinharam o fato de o MICOA ter sido criado com a função mais de coordenação do que de execução, porém, na prática, o MICOA assume esta tarefa e é aí que se evidencia sua incapacidade técnica de levar a cabo um trabalho sério de desenvolvimento de projetos ambientais como o reflorestamento, o saneamento urbano, gestão costeira e combate à desertificação. Na opinião das agências a execução destes projetos deveria ser feita, por exemplo, pelo Ministério da Agricultura e/ou outros organismos vocacionados, correspondendo ao MICOA assegurar efetivamente a coordenação, o monitoramento e a responsabilização dos diferentes atores. (Informação verbal).⁵²

Pouco as agências têm feito para alterar a situação uma vez que obedecem à filosofia política governamental. O que, em contrário iria ser visto como interferência na gestão das políticas públicas nacionais. (Informação verbal).⁵³

O Diretor do CDS-ZC – SUL, confrontado com esta preocupação, referiu que: “Coordenar não é não fazer. As pessoas estão livres de dizerem o que pensam sobre o MICOA”. (Informação verbal).⁵⁴

Questionado sobre a interação do CDS/PID com o MICOA e outros parceiros; sobre as dificuldades existentes entre estas instituições e a colocação de sugestões de soluções para melhorar a operacionalidade, o Diretor do CDS-ZC Sul de Moçambique foi peremptório ao apontar, em jeito de resposta, que:

“Sendo o CDS-ZC uma instituição subordinada ao MICOA e um órgão de assessoria técnica, tem uma relação institucional a considerar: por exemplo, tem havido produção de pareceres quando solicitados do nosso lado para vários fins”. (Informação verbal).⁵⁵

A impotência destas agências no processo de monitoramento e controle da aplicação dos fundos⁵⁶, alocados a projetos específicos e aplicados em outros invisíveis,

⁵² . PNUD (2006). Representante do PNUD em Moçambique em entrevista com o autor desta pesquisa.

⁵³ IBIDEM.

⁵⁴ . PACULE (2005).

⁵⁵ . PACULE, (2005).

⁵⁶ . A USAID (2005, p. 3) um dos parceiros fortes de Moçambique refere que: “What is clear is that donor funds intended for development often have the unintended effect of enriching a small elite of wealthy and politically powerful individuals, thus diminishing the overall impact of development assistance. Even

pode-se debitar provavelmente à ausência de esquemas, critérios e regras rígidos, previamente estabelecidos, na base dos quais se efetuariam os financiamentos, a estilo do FMI e Banco Mundial que, no âmbito da assistência aos Programas de reajustamento econômico e social a Moçambique impuseram regras duras, ainda que seus impactos sociais sejam negativos.

Aí, o cumprimento é particularmente rigoroso, como Habrahamsson (1994, p.49) aponta:

(...) A esperança dos dirigentes moçambicanos era que o pedido de entrada de Moçambique, em 1984, para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional pudesse trazer um necessário fluxo de apoio. As condições prévias para que isto acontecesse era que se pudesse chegar a um acordo sobre um programa de reabilitação econômica (...) O PRES (Programa de Reabilitação econômica e Social) tem quatro objetivos importantes:

- 1). Parar a diminuição da produção
- 2). Assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo
- 3). Reinstalar o balanço macroeconômico através da diminuição do défice orçamental
- 4). Reforçar a balança de transacções correntes e a balança de pagamentos.

Para que isso acontecesse, era necessário tomar uma série de medidas políticas a nível financeiro, monetário e comercial. As empresas estatais deviam ser reestruturadas e, tanto possível, privatizadas. Deviam ser introduzidos critérios rígidos de rentabilidade (...) O comércio devia ser liberalizado e o sistema de preços fixos devia ser abolido.

Para o caso da degradação ambiental em curso em Moçambique, deve-se adotar novas posturas para assumir modelos modernos de gestão em que ocorra uma atuação em equipe cujas metas sejam a preservação do meio e a promoção da qualidade de vida das populações.

Todavia, reconhecemos que o paradigma dominante atualmente, que viciou as pessoas, é o capitalista atrelado à globalização cujas conseqüências são o deslocamento do campo de decisões da esfera pública para esfera privada, enfraquecimento da esfera pública, nomeadamente das políticas públicas as quais deviam proteger os cidadãos e promover valores coletivos. Em contrapartida, o novo paradigma está em favor da acumulação econômica para o fortalecimento cada vez mais da esfera privada cujas metas e orientação estão voltadas para o mercado no qual se potencializam valores econômicos individualistas, em suma, os valores materiais cuja ética é individualismo e não o coletivo.

Straforini (2006) corrobora este fato ao apontar que:

O capitalismo, através da competitividade, passa, então, a comandar todas as formas de ação, como se não houvesse outros caminhos, como a

when donor funds are audited and well-managed, they can serve to free up other government funds for misuse public officials.”

solidariedade e a comunidade. Ela não é uma abstração de ordem mais geral, muito ao contrário, pois perpassa, simultaneamente, diferentes setores e escalas da sociedade. Empresas batalham entre si pela conquista dos consumidores; países do mesmo bloco econômico se digladiam para a manutenção de determinado produto no mercado, prefeitos vendem seus cidadãos para terem uma indústria - sempre multinacional - dentro dos seus limites. Na ordem individual tem-se indivíduos arrebatadores e possessivos que vêem o outro como coisa. (STRAFORINI, 2006, p. 40).

Apesar disso, e de acordo com Santos (2004), “Há que desenvolver abordagens substantivas, que ataquem verdadeiramente a realidade e a sua dinâmica própria, em vez de insistir em comparações arriscadas”. (SANTOS, 2004, p.16).

Nesta perspectiva dois princípios devem nortear a ação governativa em âmbito da justiça social para se ser coerente com o discurso do dia a dia, nomeadamente: O primeiro é o princípio de oportunidades iguais: as conquistas na vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como etnia, gênero, história social ou familiar. O segundo princípio é a prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.vii).

Quer dizer os resultados dos investimentos feitos pelos parceiros internacionais devem fortalecer os serviços sociais básicos como a saúde e a educação que estão em situações críticas, nomeadamente insuficientes infra-estruturas e desigual assistências à maioria da população. Ou melhor, que se faça tudo no sentido de uma repartição equitativa da riqueza nacional como forma de promover a justiça social e evitar as sinecuras que minam o aproveitamento de talentos das camadas pobres.

Portanto, os projetos ambientais devem conteplar este enfoque na expectativa de promover um desenvolvimento comunitário sério nas suas linhas de força de intervenção.

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO TRANSFORMACIONAL NO CONTEXTO DOS PROJETOS AMBIENTAIS E O PAPEL DO ESTADO

4.1. Desenvolvimento Transformacional como meta de Projetos ambientais

Partindo do conceito de transformação, “Desenvolvimento transformacional”, se pretende que seja aquele que vá para além do desenvolvimento sustentável ⁵⁷, visto que este último é motivo de controvérsia no mundo académico.

Questionamentos sobre a essência desse desenvolvimento sustentável são feitos por muitos pensadores. Por exemplo:

Scmidheiny (1992), que presidiu o Business Council for Sustainable Development (BCSD), afirma que a pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de modo a refletir os custos dos recursos ambientais e outros (p.14). Uma indagação a ser feita é se a economia de mercado e a competição entre empresas e países não tem sido em grande parte as causas da degradação humana e ambiental que são observadas nas áreas onde este tipo de economia prosperou. Por outro lado, os países com economia centralmente planejada tampouco lograram alcançar um desenvolvimento humano e ambiental saudável. (BARBIERI, 2003, P.37).

O autor acrescenta que:

A busca de um desenvolvimento com estas características é uma questão de interesse público tão relevante que transcende a dicotomia mercado versus planeamento central, ou privado x estatal, como tem sido a tônica dos debates dentro das perspectivas tradicionais de encontrar soluções para o binómio desenvolvimento humano e meio ambiente. A definição de objetivos e meios para alcançar um desenvolvimento compatível com a capacidade de sustentação da natureza, considerando o estado - da - arte do conhecimento científico e tecnológico, sempre irá colocar diferentes atores sociais em confrontação. (BARBIERI, 2003, p. 37).

Christofoletti, (1999, p.157), apontando a trajetória histórica deste debate, já havia reconhecido esta posição ao referir que:

Nos últimos debates relacionados com os problemas ambientais vem ganhando realce, no transcorrer da última década, a análise dos aspectos de interface entre os sistemas ambientais e os sistemas económicos. Nos anos

⁵⁷. “Aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (SANTILLI, 2005, p. 58).

das décadas de 70 e 80 as questões ambientais ganharam impulso e relevância política nos países desenvolvidos, mas foram predominantemente focalizadas como temas setoriais. No segundo lustro de década de 80 tais questões começaram a emergir como temas de políticas públicas e de interesse para a segurança nacional e riqueza econômica das nações. Esta tendência estimulou a necessidade de se reconciliar as atividades sócio-econômicas com as potencialidades e restrições ambientais, procurando a manutenção das condições adequadas para a sociedade em perspectiva a longo prazo. O ponto marcante foi o relatório elaborado pela Comissão Brundtland, publicado em 1987, estabelecendo as bases e as metas para o desenvolvimento sustentável.

Neste debate considera-se que:

Segundo Godard (1991), os atributos principais do desenvolvimento durável podem ser expressos:

- 1) transforma em utopia positiva o que é visto de modo negativo (a poluição, a degradação);
- 2) manifesta um conteúdo ético: a preocupação com todas as gerações humanas;
- 3) apazigua preocupações com relação ao futuro;
- 4) abriga apropriações diversificadas, dada sua flexibilidade;
- 5) abre a possibilidade de revisão dos conteúdos econômicos e sociais na problemática do desenvolvimento. (FILHO, 2004, p.52).

Por outro lado constata-se o fato mitológico deste tipo de desenvolvimento, pois,

Alguns estudiosos, assim como Haavelmo e Hansen (1991), apontam contradições na tese do desenvolvimento sustentável, a proposição básica de 'produzir mais com menos' daquele relatório e em autores que deram sequência, implica aceitar:

- a) que o padrão de consumo vigente no mundo industrializado pode ser mantido, expandido e difundido globalmente;
- b) que prevalece o status do consumidor;
- c) que a tecnologia será capaz de produzir cada vez mais utilizando menos recursos (otimismo tecnológico). (FILHO, 2004, p.52).

É uma contradição porque a questão preservar e produzir enseja reflexões do tipo:

Será possível esperar, quando se sabe que a satisfação das necessidades alimentares de muitas populações está exigindo um sensível aumento da produção de alimentos *per capita*? Será possível responder a tal exigência e, ao mesmo tempo, preservar a natureza e não poluir?

A única conclusão a que se pode chegar com base na questão alimentar, é que um desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, um desafio à ciência. (VEIGA apud LAVINAS et. al, 1993, p. 165).

Neste contexto, "Desenvolvimento transformacional" deve responder em simultâneo às três dimensões do ser humano: econômica, cultural e psicológica. Deve ser um instrumento de promoção de transformação das estruturas econômica, política, social e cultural arraigadas ao longo da História e promover a equidade, justiça social e, por essa via, promover as liberdades individuais e sociais através de ações concretas,

localizadas e verificáveis. Estas são formas expressas de uma boa governança cujos resultados alcançam o desenvolvimento, descrito por Sen (1999) da seguinte forma:

[...]é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, ‘papel constitutivo’ e o ‘papel instrumental’ da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo: ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração. Sen, (1999, p.52).

Continua esclarecendo que:

Nas visões mais estreitas de desenvolvimento (...), é comum indagar se a liberdade de participação e disseminação política é ou não ‘conducente ao desenvolvimento’. À luz da visão fundamental do desenvolvimento como liberdade, essa questão parecia mal formulada, pois não considera a compreensão crucial de que a participação e a dissensão política são partes *constitutivas* do próprio desenvolvimento. Mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo *privada* de algo que ela tem motivos para valorizar. (...) Essa consideração fundamental é distinta do argumento “instrumental” de que essas liberdades e direitos *também* podem contribuir muito eficazmente para o progresso económico. Sen, (1999, p.53).

O autor considera ainda a existência de cinco tipos de liberdades instrumentais que merecem ser destacados nesta perspectiva, nomeadamente:

“As liberdades plíticas, dispositivos económicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social”. (SEN, 1999. p.54).

Ele argumenta que o papel instrumental das liberdades diz respeito a liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem. A eficácia da liberdade remete à condição de agente das pessoas, como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relações entre si, sendo que um tipo de liberdade pode contribuir para promover liberdades de outro tipo. Estas liberdades têm uma relação empírica visível que as vincula. Assim, liberdades políticas ajudam a promover segurança económica, enquanto as oportunidades sociais facilitam a participação económica que por sua vez ajuda a gerar abundância individual e também recursos públicos para os serviços sociais. Assim, o autor considera que os indivíduos com oportunidades adequadas podem moldar o seu destino.

Vieira e Weba (1997, p.203), completam que:

Mas a noção de desenvolvimento apresenta, para, além disso, um sentido científico mais precioso, especialmente no contexto da teoria econômica. Este sentido inscreve-se em contraponto à noção de crescimento econômico, completando-a por meio da consideração explícita de serviços coletivos (educação, formação profissional, saúde), através das idéias de transformação das estruturas sociais (propriedade agrícola, repartição da renda, instituições políticas) e de mudanças culturais, condicionando, por exemplo, o aparecimento e a difusão de uma mentalidade empresarial ou funcionamento correto de mecanismo de mercado.

Neste processo, as ações dos seres envolvidos devem ser intrínsecas suscitadas pela prática quotidiana de solidariedade, co-responsabilidade, competência técnica, resolução de problemas concretos, relações de alteridade e convivência imbuídas de valores éticos e morais, socialmente válidos. Como elabora Tuan, (1980, p.1):

Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

Portanto, convencer com as palavras e convocar as comunidades com os exemplos de conduta em direção à marcha conjunta do desenvolvimento deve ser a postura e as metas a alcançar no processo de gestão e gerenciamento de projetos ambientais, o que passaria por um processo também designado de gestão transparente de bens comuns subjacente à coerência entre o discurso e as ações do dia a dia, num amplo processo de gestão pública que se designa de boa governação.

O adjetivo “Transformacional”, para o efeito do presente trabalho, equivale a “transformador, *ou seja*, o que transforma, ou transformante, ou ainda, aquele que transforma” (FERREIRA, s.d. p. 1409, grifo nosso). Entretanto, no conceito de desenvolvimento econômico e social encontramos implícito o “desenvolvimento transformacional” que sugerimos, pois, aquele é:

[...] todo um processo complexo de mudanças e transformações econômicas e sociais, inter-relacionadas com variações no campo político, através do qual se consegue produzir maior quantidade de bens e serviços destinados a satisfazer as sempre crescentes e diversificadas necessidades humanas. (MIRADOR INTERNACIONAL, 1975, p.3241).

É a produção de maior quantidades de bens para a maioria da população sem posses que deve diferir este desenvolvimento do sustentável, visto que, este último é contraditório na sua essência, apresenta falta de coerência entre os princípios e a prática real. Portanto, está destituído de exercícios práticos de pessoas e projetos que confirmem novos e surpreendentes significados à palavra sustentabilidade, apenas o idealismo e a

utopia, quando, o que é fundamental é a força do exemplo, que dê visibilidade ao movimento.

Neste processo todos os estratos sociais devem satisfazer suas necessidades básicas e estimuladas a liberarem iniciativas para o desenvolvimento local. Por outro lado, deve-se ter assegurado o respeito aos aspectos culturais das comunidades envolvidas. Para que a ação quer política, quer sócio-econômica tenha um acolhimento e aceitação da maioria. Não se pode supervalorizar a técnica e a ciência quando há problemas humanos a resolver, sobretudo os de natureza cultural que, quando atropelados, provocam marcas indelévels nos indivíduos.

Seguindo este raciocínio, o domínio de aspectos antropológicos e psicológicos pela equipe dos projetos ou da gerência tem que ser o mínimo a existir nesta relação.

No mesmo contexto, a estimulação e a motivação feitas a partir do centro psicológico do Homem são fundamentais para a criação de confiança e conseqüente adesão aos propósitos do Projeto pelas comunidades envolvidas, produzindo ações e atos transformadores da realidade em causa, propiciando um ambiente participativo e de equidade social. Por que:

Quando as sociedades se tornarem mais igualitárias de modo a conduzir a maiores oportunidades para todos, as pessoas de baixa renda estarão em condições de aproveitar um 'duplo dividendo'. Primeiramente, a ampliação de oportunidades beneficia os pobres diretamente, por intermédio da participação no processo de desenvolvimento. Segundo, o processo de desenvolvimento propriamente dito pode obter mais êxito e tornar-se mais flexível à medida que a maior equidade produzir melhores instituições, gestão mais eficaz de conflitos e um melhor uso de todos os potenciais recursos da sociedade, inclusive os recursos das pessoas de baixa renda. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.10).

As práticas cotidianas da convivência das comunidades nas áreas dos projetos devem transparecer esta co-participação e não apenas conteúdos de documentos normativos; porque o mecanismo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo a aceitação de sua existência, não é meramente uma função cognitiva. A percepção dos diferentes sujeitos é mediada por interesses econômicos e políticos, que estabelecem sua posição ideológica, e ocorre num determinado contexto social, político espacial e temporal.

Pelo fato de em economia de mercado não haver solidariedade, mas sim concorrência, os atores, ao tomarem suas decisões, nem sempre levam em conta os interesses e as necessidades das diferentes camadas sociais direta ou indiretamente afetadas, mas interesses econômicos das elites, ou seja, das camadas sociais que

controlam o poder político e de seus colaterais. Se estas intenções são percebidas pelas bases, pode-se criar falta de colaboração e desinteresse em aderir aos interesses do Projeto, ou seja:

[...]enquanto a sociedade se desenvolve em apenas na direção meramente econômica, privilegiando uns em detrimento da maioria, não se pode dizer que exista gestão ambiental, mesmo que em nome desta se elaborem leis e decretos, se produzam normas e estratégias, ou se estabeleçam diretrizes e políticas. Na verdade, nada acontece automaticamente apenas com instrumentos de controle ambiental ou com declaração de princípios. [PHILIPPI; ROMÉRO, 2004, p.701 (sic)].

Sob este ângulo, o desenvolvimento transformacional que se sugere pode-se alcançar, de entre outras ações, através da:

i) Educação

Porque a educação é um meio social/ideológico de conferir capacidades e habilidades aos indivíduos de melhorar as suas vidas e de seus dependentes e de moldar o mundo ao seu redor por meio de demonstração de competências socioeconômica, cultural e política. Portanto, um meio que introduz o Homem à cidadania. Um instrumento que habilita os indivíduos a enfrentar com coragem os desafios e a guiar com discernimento e razão na solução dos problemas do dia a dia. Visto que:

Ao ler o trabalho de Ngoenha vieram-me ao pensamento as posições do filósofo francês Paul Ricoeur acerca da educação no mundo contemporâneo. Ricoeur, entrevistado por Anita Kechikian, à questão de qual seria tarefa da educação na época contemporânea, respondeu que ela devia 'preparar as pessoas para entrar (num) universo problemático' para ele, a educação "já não tem que transmitir conteúdos autoritários, mas deve ajudar os indivíduos a orientarem-se em situações conflituosas, a dominar com coragem um certo número de antinomias", no centro das quais Ricoeur vê fundamentalmente questões axiológicas. (CASTIANO 1999, apud NGOENHA, 2000, p.9).

Neste contexto, que cada Projeto ambiental tenha em conta a questão da formação, instrução e educação ambiental das comunidades locais e de sua equipe. Sob esta perspectiva há que priorizar a componente escolar no leque das suas realizações. Pois, segundo Ribeiro (1998, p. 10), citando Sorrentino (199?),

Iniciamos o nosso estudo da casa a partir "do que há de mais próximo do ser humano, o estudo de sua casa mais interior, aquela que abriga nosso espírito, nosso imaginário e nossas paixões. Seria a ecologia da alma ou o que chamamos, o nosso viver" (p.10). Seria a própria essência do ser humano, com seus valores, seu modo de pensar, de agir e até mesmo, de estar presente no mundo. Essa que o autor chama de primeira dimensão ecológica é fundamental no estudo da relação do homem com o meio ambiente. (RIBEIRO, 1998, p.10).

Os projetos devem operar essas transformações humanas desde a tenra idade, de modo a que se alcance um desenvolvimento transformacional em longo prazo a partir de mudanças radicais concretas. Porque:

Em muitos países em desenvolvimento, as ações do Estado para a prestação de serviços agravam – em vez de atenuar – as desigualdades entre os recém-nascidos. Um princípio básico é moldar a ação pública de modo que a aquisição de capacidades humanas não seja orientada pelas suas circunstâncias no nascimento, embora possa refletir as preferências, gostos e talentos das pessoas.

Como as diferenças de desenvolvimento cognitivo começam a ampliar-se precocemente [...], as iniciativas de desenvolvimento na primeira infância podem ser essenciais para oportunidades mais igualitárias. As evidências comprovam a idéia de que o investimento na primeira infância tem grande influência na saúde das crianças e em sua aptidão para o aprendizado, além de trazer importante retorno econômico na idade adulta – geralmente maior do que os investimentos em educação formal e treinamento. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.12).

Portanto:

As melhorias requerem mudanças básicas muito enraizadas em processos econômicos e culturais fortes. Para isso, são necessárias mudanças de comportamento individuais e coletivos. Mas estas precisam de tempo porque é necessário mudar hábitos e crenças antigas, demandando mudanças pessoais grandes, mas não impossíveis. (BRAUN, 2001, p.25).

Assim ter-se-ia um capital humano à altura de desenvolver com responsabilidade e zelo as tarefas de desenvolvimento econômico e social, que é o que interessa em última análise. Por que:

O fortalecimento do capital humano e do capital social é, portanto, ingrediente sem o qual as políticas públicas e as ofertas de serviços governamentais não serão eficientes nem suficientes. Isso significa que as políticas de indução ao desenvolvimento (humano e social) devem constituir a principal referência numa estratégia social (e não as políticas compensatórias e assistenciais, por mais necessárias que estas sejam ou possam parecer). (FRANCO, 2002, p.60).

Dáí que surge a necessidade de se encarar a educação e a instrução das pessoas nas áreas de intervenção com seriedade e responsabilidade se efetivamente os projetos ambientais tiverem implícita a intenção de promover um desenvolvimento comunitário sério e transformacional.

ii) Trabalho de base de divulgação do Projeto nos segmentos comunitários

A gerência de projetos deve desenvolver um trabalho de divulgação da sua missão, valores e filosofia na área do projeto tanto visando as autoridades como as comunidades locais no sentido de permitir uma atuação consentânea, o que servirá para aquelas

assumirem a necessidade de promoção do desenvolvimento comunitário sério, responsável e comprometido com a visão, valores centrais e a missão, desenhados para a ferramenta de gestão dos Projetos.

Com esta atividade há que se esclarecer a nova visão de desenvolvimento, que entende que:

Combater a pobreza e a exclusão social não é transformar pessoas e comunidades em beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais, mas significa isto sim, fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida. (FRANCO, 2002, p.60).

Porém, nos nossos dias, efetivar tal postura implica em muitas dificuldades devido a um complexo de causas engendradas pela prática de corrupção que se enraizou nos indivíduos. Tais práticas podem ser mudadas principalmente pela educação continuada, quer formal quanto informal, da sociedade para a inversão de valores. Porque só assim é que se podem conferir oportunidades, à maioria, de ter suas necessidades e direitos básicos atendidos e uma participação ativa na condução dos seus destinos.

Aí entra o que (SORRENTINO, 1997, p.10; apud RIBEIRO, 1998, p.13), designa de: 5ª dimensão ecológica: “forma de gestão do espaço comum - as legislações e políticas públicas; as instituições para implantar essas políticas” que devem preconizar a satisfação integral do cidadão e estabelecerem mecanismos de penalidades para casos de desvios.

Em suma, o Projeto tem que ter em vista uma interação com estes atores para uma influência positiva na leitura e interpretação destas políticas, conjugadas com as ferramentas de gestão à disposição do Projeto. Por que, segundo Ribeiro (1998, p.10) citando (BLAUSHIL apud SOMMER, 1978, p.37):

“Se esta geração não despertar, na próxima tudo será pior. *Pensar-se-á* (grifo nosso) que nadar em água suja é o normal, vão supor que a lua é amarela e vão julgar que estão respirando ar puro e bebendo água pura, porque não terão conhecido nada melhor”.

iii) Incentivo, fortalecimento e desenvolvimento das capacidades dos parceiros locais.

Neste novo paradigma em que se preconiza a redução da pobreza há que se ser coerente entre o discurso e a prática cotidiana. Preconizando o incentivo à inovação,

despertar soluções criativas e endógenas; acolher experiências novas de diversas origens e naturezas.

Assim, a capacidade dos funcionários locais e a existência de habilidades locais devem ser cuidadosamente consideradas, ao invés de se trazerem verbas ou funcionários externos.

Por outras palavras, é importante ter-se visão e plano para um desenvolvimento local desde o início, onde a parceria e a participação comunitárias são fundamentais, pois a transformação é alcançada quando o processo de desenvolvimento pertence à própria comunidade local e é gerido por ela, não dependendo de ajuda externa, o que pressupõe o desenvolvimento de capacidades dos funcionários locais em habilidades de liderança e gestão. Pois, se o processo de desenvolvimento for uma parceria, a relação não precisa terminar quando o financiamento termina. O apoio pode continuar através do trabalho em rede, do incentivo, da promoção, de troca de idéias e aprendizado.

Outro aspecto a considerar é que o Projeto beneficie os membros da comunidade através da criação de mais postos de trabalho quer nas infra-estruturas em construção como através da capacitação do capital humano para auto-emprego no período pós Projeto. Assim é possível introduzir melhorias no estilo e modo de vida das comunidades locais.

Igualmente poderão ser promovidos cursos de curta duração para auto-emprego e fortalecimento da formação de cooperativas de artesãos ou mestres locais. Procedendo assim, será um meio de potenciar as famílias e, consequentemente as comunidades, com capacidades para gerar recursos financeiros e materiais para a satisfação das suas necessidades cada vez mais crescentes. Aí brotarão os frutos de um desenvolvimento transformacional efetivo em que os Projetos atendam a necessidade de:

[...]

Devolver às pessoas a capacidade de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos e fortalecer a sua capacidade de comunidade, quer dizer, de compartilhar os seus sonhos e de cooperar na busca de objetivos comuns, executando seu protagonismo para alavancar seus próprios recursos na solução de problemas locais, conectando-se horizontalmente em rede. (FRANCO, 2002, p.20).

Assim a principal função estratégica desta categoria seria disponibilização de tecnologias, recursos e ambiente para a libertação de talentos e iniciativas individuais através de atividades que buscassem o envolvimento das comunidades locais e demais interessados, moradores de outras localidades, no rumo ao estabelecimento dos pilares fundadores da paisagem desejada.

4.2. O Papel do Estado no Planejamento, gerenciamento e gestão ambiental.

Sendo o território o substrato onde se funda a instância de regulação estatal, se torna imperioso intervir pontualmente sobre os problemas que nele ocorrem e assegurar que, a Lei atinente às questões ambientais, e não só, seja cumprida, por que, só assim, se terá motivos para a legitimação do poder público instituído. Por outro lado é de considerar que o modo pelo qual se planejam as políticas ou se reformam é tão importante quanto são as políticas específicas propostas. Há que se estar atento para o fato de que as reformas de políticas que resultem em perdas para um determinado grupo serão combatidas por aquele grupo. Se o grupo for poderoso, destruirá a reforma. Daí, a necessidade de um forte papel mediador de equilíbrio por parte do Estado. Porque, de acordo com esta visão, haverá sempre conflito social nas instituições da sociedade e incentivos às pessoas que controlam o poder para moldar as instituições de maneira que as beneficiem; ou seja, existirá uma tensão permanente consubstanciada à resistência das minorias às mudanças que favoreçam a maioria.

Para Coimbra (1995),

o gerenciamento geoambiental é um processo multifacetado, que inclui e deve combinar com sabedoria elementos científicos e técnicos, econômicos e sociais, políticos e culturais. Para dar suporte e perfil a esse gerenciamento são necessárias legislação e política ambientais definidas e constantemente atualizadas, visando às transformações incessantes que se produzem em decorrência da interação sociedade-mundo natural. (COIMBRA, 1995, p.4).

Considerando que: “Juridicamente, podemos dizer que o território se refere à base geográfica de um Estado, sobre o qual ele exerce a sua soberania e que abrange o conjunto dos fenômenos físicos (rios, mares, solos) e dos fenômenos decorrentes das ações da sociedade (cidade, portos, estradas...)” (SPOSITO, 2003, p.112), há que se ter em conta que a gestão ambiental, modernamente, requer a conciliação com a política, no contexto em que, segundo Philippi Jr. e Pelicioni (2005, p.220):

Ao instituir uma política ambiental é necessário que o governo estabeleça os objetivos, defina estratégias, ações, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Daí que o Estado, como mediador principal desse processo, deva ser detentor de poderes estabelecidos na legislação, que lhe permitam promover desde o planejamento, o

ordenamento territorial e o controle do uso dos recursos ambientais - incluindo a criação de mecanismos econômicos e fiscais até a reparação e prisão de indivíduos pelo dano ambiental provocado.

Logo, “a gestão dos problemas ambientais urbanos *e rurais* implica uma construção social em que o Estado-Governo compartilhe com a sociedade civil as responsabilidades das decisões e das execuções”. (GUERRA; CUNHA, 2004, p.41 grifos nossos).

Nesse sentido, o poder público deve estabelecer padrões de qualidade ambiental por meio de políticas públicas e através da avaliação dos impactos ambientais; licenciamento e revisão das atividades efetivas e potencialmente poluidoras; disciplinar a ocupação do território e uso de recursos naturais; criar e gerenciar áreas protegidas; obrigar a recuperação do dano ambiental pelo agente causador; promover o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias e atinentes à sua função de arbitragem e regulação da sociedade.

No contexto da área em estudo, estas práticas evitariam a ocupação desordenada do espaço na praia velha, em Chinunguine, ao longo da costa entre a praia de Xai-Xai e a de Chongoene, o abate da vegetação das dunas, o cultivo em dunas instáveis, a falta de consciência dos usuários da praia que jogam para qualquer espaço os materiais descartáveis que levam com diversos alimentos durante o seu tempo de lazer.

No contexto nacional estaria-se em condições de prevenir as poluições das águas costeiras como as da praia de Bilene, na província de Gaza, que recentemente tornaram impraticáveis atividades banhistas e de pesca por longo tempo e resultaram em muito peixe morto, as poluições emitidas, por exemplo, pela fábrica de Cimento de Moçambique na cidade de Matola, por operar sem os devidos filtros biológicos para a neutralização dos poluentes. Fato que, para além de pôr em risco os trabalhadores, propicia também um ambiente de risco potencial para a saúde dos moradores da cidade em geral.

Igualmente não se repetiriam as ocupações errôneas das barreiras da cidade de Maputo e não só, que causam prejuízos decorrentes da erosão aos Bairros de Polana Caniço e Maxaquene à jusante, entre outros.

Porque “numa visão mais moderna, a gestão ambiental é a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela

sociedade”. (AGRA FILHA ; VEIGAS 1995; apud PHILIPPI Jr.; PELICIONI, 2005, p.220).

Que acrescentam que:

Nos últimos anos, o conceito de gestão ambiental vem sendo utilizado para incluir, além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação desenvolvidos por empresas e instituições não-governamentais, para administrar suas atividades dentro dos modernos princípios de proteção do meio ambiente. Estes podem complementar a ação pública em aspectos não relacionados com a ação normativa e de controle, que é exclusiva da instância governamental. Dessa forma, o conceito de gestão ambiental tem evoluído na direção de uma perspectiva de gestão compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos e articulados em seus diferentes papéis. Gestão ambiental é, portanto, um processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído, destinado a, co-participação social, formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, em conformidade com os princípios de desenvolvimento sustentável. (AGRA FILHA; VIEGAS 1995, apud PHILIPPI Jr. ; PELICIONI, 2005, p.220).

“No modelo do desenvolvimento sustentável, todas as partes interessadas têm papéis a compartilhar, e o governo deve tornar-se multifacetado e flexível para acomodar e promover esse novo modelo”. (PHILIPPI Jr. ;PELICIONI, 2005, p.221).

Por outro lado é de considerar que se deve:

“Manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, identificação e a solução de problemas ambientais”. (PHILIPPI Jr. ;PELICIONI, 2005, p.743).

Porque, “A maior parte da sustentabilidade ambiental será alcançada na medida em que o mundo atingir a transição para a energia renovável, e para uma população estável”. (CAVALCANTI, 2002, p. 272).

Sob esta perspectiva as instituições públicas devem ser reconhecidas como sendo aquelas cujas ações contribuem positivamente para reverter a situação da degradação ambiental e não favorecer atos lesivos ou danosos ao ambiente e, por conseguinte, à qualidade de vida das populações. Seus funcionários “seniores” deverão ser exemplos da sociedade em boas práticas ético-culturais, nunca o que retrata o anexo “E” deste trabalho.

Deverão ainda ter em conta a necessidade do planeamento como fulcro de sucesso de qualquer atividade, porque,

A arte de governo, como se verificou, é, em resumo, o desencadear de um processo de intervenção nessa realidade a fim de que se consigam mudanças (melhorias) nessa situação, para que venha conferir maiores condições materiais, psicossociais e biológicas para a vida dos homens e para que possam ter maior longevidade e a melhoria da qualidade de vida possível. Portanto, quem governa planifica, mas quem governa não planifica sozinho. Há que se identificar nessa situação outros atores que deverão também, na

dimensão do poder compartilhado, participar desse processo. (PHILIPPI Jr. e PELICIONI, 2005, p.624).

Por outro lado, “Deve-se lembrar que planeamento e mudança são como a corda e a caçamba, e, para mudar, é preciso ter poder. É o conjunto de poderes acumulados que constituirá a força e a energia capaz de provocar as mudanças desejadas”. (PHILIPPI Jr. ; PELICIONI, 2005, p.625).

Sob esta visão, as políticas públicas nacionais deverão refletir um compromisso com uma gestão ambiental integrada, participativa e permitir que as competências técnicas encontrem espaço para ação e nunca um ostracismo silencioso característico de ambiente de injustiças sociais e de exclusão. Portanto, nessa visão, os diferentes atores devem ter responsabilidade e co-responsabilidade no processo de promoção da boa qualidade ambiental e de vida, cabendo:

I. - Ao poder público:

“Porque é ali onde se devem abrigar atividades de pesquisa, planeamento, gerenciamento, controle, fiscalização, educação, entre outras. Abrem-se assim muitas frentes de atuação que acabam por se fragmentar em programas específicos”. (MORAES, 2002, p.31).

Desta diversidade de funções, se pode resumir que, o poder público tem o dever de:

- definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e assegurar o seu cumprimento pela sociedade e proceder à sua fiscalização intensa no sentido de coibir abusos;
- arbitrar conflitos decorrentes de seu cumprimento com justeza;
- assegurar que todos os cidadãos tenham mesmos direitos e deveres, perante a lei, no uso e aproveitamento dos recursos naturais;
- promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente. (PHILIPPI Jr.; PELICIONI, 2005, p.742).

Portanto, o Estado deve ter em conta que os indivíduos pertencem a grupos definidos que se integram ao todo e formam a sociedade e, o poder que se constitui acima destes indivíduos é o poder público, que por meio das políticas públicas que institui, regulamenta e põe em prática, passa a influenciar diretamente a vida da sociedade que representa.

Mas acima de tudo o Estado tem que investir fortemente na educação e formação do capital humano de modo a assumir com ética as suas responsabilidades profissionais por forma que a médio e longo prazos se desenvolva a cultura de proteção ambiental e conservação da natureza previstas quer na política ambiental como na lei do ambiente moçambicanas.

Paralelamente deve proporcionar aos funcionários um ambiente adequado para a aplicação dos instrumentos de gestão ambiental em conjugação com a sua preparação, o que passa pela criação de condições de trabalho que estimulem a criatividade e a responsabilidade dos mesmos. Pois, só com seriedade e fiscalizações implacáveis é que se pode reverter a situação atual de indiferença perante os males que afetam uma sociedade inteira.

Sob esta perspectiva, Barbieri (2003, p.102), citando a agenda 21 global, revela que:

A Agenda 21 reconhece que as leis e regulamentos ambientais, embora importantes, não são capazes de resolver sozinhos os problemas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Preços, mercados, políticas fiscais e económicas desempenham papel complementar na determinação de atitudes e comportamentos. Dentre estes instrumentos está o princípio do poluidor-pagador e o do usuário-pagador. A idéia é inverter a tendência de tratar o meio ambiente como um bem gratuito, repassando os custos da degradação ambiental para outros setores da sociedade, outros países e gerações. Os sistemas contábeis devem refletir as dimensões sociais, económicas e ambientais.

Cavalcanti (2002, p.31) analisando este tema revela-se partidário dessa visão, pois, defende que:

Um aspecto das políticas de governo voltadas para objetivos de sustentabilidade que merece atenção especial é o tratamento a ser dado a hábitos de consumo e estilo de vida. De um lado, níveis excessivos de consumo de bens e serviços (pelos ricos, é claro) devem ser contidos. De outro, a persuasão para que se consuma mais e mais de cada coisa, nutrida pelos meios de comunicação (a televisão, sobretudo) deve ser revista e posta dentro dos parâmetros de prudência ecológica indispensável para a sustentabilidade. Isto requer a tarefa muito difícil de influenciar o lado da demanda [...] para que o consumo caia.

Continua apontando que:

o que, de qualquer modo, é uma providência que tem que ser contemplada numa perspectiva de longo prazo (afinal de contas, a sustentabilidade implica mudanças de estilo de vida para se assegurar a manutenção do capital natural). Para atingir-se um mundo sustentável, o lado da demanda não pode permanecer intocável. Um sistema de penalidades e incentivos deve ser delineado (Goodland, cap.17 deste livro) de modo a que as pessoas (1) andem a pé, de bicicleta ou usem o transporte de massa mais do que o automóvel individual (que concentre recursos e muito mais poluente). (CAVALCANTI, 2002, p.32).

Há que travar de fato um combate porque se deve reverter a situação em que as instituições e a sociedade moçambicanas estão caminhando (vide o anexo D):

Este combate pode se estender até às questões e práticas que atentem ao Meio Ambiente. Isto pode ser alcançado igualmente, mediante o sistema tributário, fazendo-se com que a carga de impostos seja deslocada das coisas mais desejáveis para as menos desejáveis' (Binswanger, cap.2; Daly, Cap.11; Goodland, cap.17 deste livro); pode ainda ser conseguido introduzindo-se dispositivos no mecanismo de mercado (como o princípio do full -cost), que consiste em avaliarem-se todos os ônus, visíveis e invisíveis, privados e sociais, de uma atividade, não deixando de lado as chamadas externalidades (como a poluição), que protegem o meio ambiente e efetivem seu uso de maneira mais prudente. Impostos de indenização (severance taxes, em inglês) poderiam ser igualmente cobrados quanto a recursos não renováveis (pagando-se por seu desaparecimento), (...) Todas essas medidas, obviamente, equivalem a uma interferência na forma como o mercado opera. Elas se justificam pelo fato de que o mecanismo de preço possui um viés contra a natureza e não reflete a escassez e os valores que lhe corresponderiam no futuro distante (Georgesceu-Roegan, 1974), exigindo, dessa forma, que o Estado lidere o mercado em lugar de segui-lo, como atualmente. (JOST ET AL, cap.7 apud CAVALCANTI, 2002, p.31).

Sobre este aspecto, é necessário ressaltar, ainda, a visão de Barbier (2003, p. 15) sobre as medidas cerceadas de práticas ambientais inadequadas:

As ações para coibir estas práticas são de natureza reativa, corretiva e repressiva, tais como proibições, multas e as atividades típicas de controle da poluição para combater os efeitos gerados pelos processos de produção e consumo.

No entanto, os segmentos sociais que controlam o poder político devem ter ciência de que nem todos os segmentos sociais comungam dos mesmos ideais. Daí que se deve promover:

Uma política comprometida com a sustentabilidade que tem que desencorajar aquilo que cause ameaças à saúde de longo prazo do ecossistema e à base biofísica da economia, tal como ineficiência, lixo, poluição *throughput*, uso excessivo ou garimpagem dos recursos renováveis, dissipação de recursos esgotáveis etc. Opostamente, ela tem que impulsionar aquilo que é desejado, como sucede com renda real, emprego, bem-estar, um ambiente limpo, uma paisagem bela, segurança pessoal, um uso balanceado dos recursos naturais (incluindo ar e água) e assim por diante. (CAVALCANTI, 2002, p.31).

Portanto, a governabilidade é justamente alcançada de forma estratégica, num processo articulado e desenvolvido por quem governa, para identificar esses atores e procurar a sustentação de quem apóia o projeto, a adesão dos indiferentes e o convencimento dos que são contrários. Ou seja, "é um processo de identificação e superação de conflitos inevitáveis em processos sociais, dada a natureza deles". (PHILIPPI Jr.2005 ; PELICIONI p.625).

Contudo, os atores devem ter sempre presente que:

o poder desigual conduz à formação de instituições que perpetuam desigualdades de poder, status e de riqueza - e geralmente também não são boas para o investimento, a inovação e a aceitação de riscos - os fundamentos de longo prazo. As boas instituições econômicas, políticas são equitativas de uma maneira fundamental. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.9).

Daí que tudo se deve fazer no sentido de se ser coerente entre os instrumentos normativos e a prática cotidiana de servir e fortalecimento da cidadania através de abertura de espaço para a participação de todos os setores da sociedade nas esferas nacionais.

II. Às instituições Educativas:

Promover a Educação Ambiental de forma integrada aos programas educacionais que desenvolvem, porque: “A Educação Ambiental é um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania que garantem uma sociedade sustentável”. (PHILIPPI Jr. ; PELICIONI, 2002, p.3).

Segundo M. Krasilchik (1986) apud Troppmair (2004, p.179)

Para que a educação ambiental atinja plenamente seus objetivos, alguns aspectos devem ser considerados: propiciar aos alunos uma sólida base de conhecimentos, que lhes permite obter e usar criticamente informações, evitando que possam tomar decisões baseados em dados errados ou incompletos, frequentemente divulgados pelo veículos de comunicação de massa. Porém, apenas o conhecimento é insuficiente. A base da educação ambiental reside no envolvimento e participação. Além de poder processar devidamente as informações recebidas, o aluno deve também ser capaz de analisar, discutir e tomar decisões sobre problemas de valor, indo além da mera expressão de sentimentos, ou seja: tomar efetivamente posição e agir.

Portanto, a educação ambiental deve basear-se num pensamento crítico e inovador; ter como propósito formar cidadãos com consciência local e planetária, ser um ato político, baseado em valores para a transformação social; envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; e deve estimular a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e a equidade. (BARBIERI, 2003, p.150).

Para o alcance destes patamares exige-se uma visão estratégica das políticas públicas, em nível educacional, que fortaleçam as competências técnicas e profissionais do educador, pois:

Se a educação implica em adesão voluntária, ou seja, se o indivíduo só incorpora aquilo em que acredita e que corresponde a necessidades sentidas, o papel do educador é extremamente importante na medida em que vai criar condições para que os educandos se motivem e passem a agir de maneira desejável. (PHILIPPI Jr. ; PELICIONE, 2002, p.3).

Porque, acima de tudo, os atores educacionais devem ter em conta que “[...] não é tarefa de uma única disciplina de poucas aulas e de um só professor a Educação Ambiental nas escolas e sim trata-se de um trabalho multidisciplinar contínuo cuja finalidade seja não apenas ‘ensinar’ conhecimentos mas ‘educar’ para a vida consciente em obediência à grandes leis da natureza”. (TROPPMAIR, 2004, p. 178).

Considera-se a este respeito que,

Educação Ambiental começa no berço, ou seja, o primeiro passo deve ser dado na infância. Deve-se ensinar a criança a observar a beleza e os segredos da Natureza. A beleza de um ipê em flor ou de um canteiro multicolor, o voo majestoso da ave no alto de céu, o bater acelerado das asas do beija-flor, o crescer contínuo das plantas e reprodução dos animais. A criança não entenderá as razões do funcionamento da natureza mas aprenderá a observar, o que constitui a primeira etapa na formação de uma consciência ecológica. (TROPPMAIR, 2004, p. 178).

Portanto, deve-se considerar este aspecto em nível da sociedade no geral para a produção de novas atitudes e formação de cidadãos responsáveis em longo prazo.

III – Aos Meios de Comunicação de Massa

Colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre Meio Ambiente e incorporar a dimensão ambiental na sua programação, visto que,

Na era da informação, é enorme a responsabilidade do quarto poder no sentido de denunciar os paradoxos do modelo de desenvolvimento consumista que vem exaurindo os recursos não renováveis cujo norte magnético é a maximização dos lucros e o entendimento de que a natureza é apenas , ou acima de tudo, fonte de matérias-primas e energia; sempre que possível, há que sinalizar rumo e perspectiva para leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. (Trigueiro, 2005, p.7).

Assim promover-se-ia a formação e educação de cidadãos conscientes, pessoas que entendam que o “mundo é um sistema complexo e integrado, principalmente se incluirmos a esfera noética com os fatores políticos, estruturas sócio-culturais e económicas”. (TROPPMAIR, 2004, p.178).

IV - Às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas.

Promover programas destinados à capacitação e educação dos trabalhadores visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho e sobre as repercussões do processo produtivo no Meio Ambiente, de modo a evitar que os rejeitos de sua produção sejam focos de contaminação dos ecossistemas e prejudiciais à vida e

saúde pública. Neste contexto há duas recomendações essenciais a ter em conta no processo produtivo:

i) conciliar o objetivo de geração de receita com o de indução à mudança do padrão de uso e consumo dos recursos naturais; e,

ii) ajustar os mecanismos de comando e controle com os instrumentos económicos, que são instrumentos normativos que têm sido considerados como importantes no aumento de receita, com os quais “as fábricas podem escolher entre controlar ou pagar uma taxa sobre as emissões que excedem a meta legal. O modelo é bastante simples e sua aplicação tem apenas o objetivo didático de discutir os aspectos fiscais e de eficiência, na implementação de taxas de poluição” (MOTTA; MENDES, 1999, p.129).

Sugere-se ainda que o processo de adoção de instrumentos económicos comece por situações nas quais:

-os agentes económicos estejam conscientes das vantagens do novo sistema e, portanto, dispostos a cooperar;

-o órgão ambiental tenha conhecimento e controle adequado sobre fontes, emissões e nível de qualidade ambiental desejado;

-a administração de coleta de taxas ou emissão de certificados esteja harmonizada com os outros órgãos do governo; e

-seja possível simular cenários e resultados, de forma a orientar a implementação da nova sistemática com base em IE (Instrumentos Económicos).

No entanto, para que estas práticas sejam válidas é recomendável um sistema de gestão interligado e cooperativo, de modo que diversos órgãos governamentais estejam em articulação perante os danos ambientais.

V - À sociedade como um todo

“Manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, identificação e a solução de problemas ambientais”. (PHILIPPI Jr. ; PELICIONI, 2005, p.743).

A sociedade deve ser interventiva, ativa, pro-ativa e reativa perante alguns aspectos de injustiças institucionais que podem se caracterizar por mais sacrifícios dos menos favorecidos e vice versa no contexto do cumprimento das obrigações fiscais previstas pela aplicação de instrumentos económicos no processo do gerenciamento geomambiental.

Tal pode ocorrer por exemplo na aplicação de “incentivos que atuam na forma de prêmios e incentivos que atuam na forma de preços”⁵⁸ ou seja, na aplicação dos instrumentos económicos que se observe o princípio de equidade e uniformidade de tratamento dos atores, caracterizados por indenizações à altura do grau do dano provocado ao ambiente.

Portanto, a sociedade deverá ter atenção permanente sobre a emergência de instituições injustas que possam punir menos os que mais poluem e vice versa; assim porque essas instituições injustas podem gerar custos económicos e ambientais irreversíveis que se tornem a base de reprodução de desigualdades socio-económicas.

Igualmente a sociedade se deve organizar para de forma ordeira exigir a aplicação de seus direitos sociais plasmados em vários instrumentos legais, perante sua violação. Ou seja, as pessoas deverão se capacitar para entender e reconheça que,

quando os direitos pessoais e de propriedade são aplicados apenas de uma forma seletiva, quando as alocações de bens materiais e uso dos recursos beneficiam principalmente algumas elites e quando a distribuição de serviços públicos favorece os ricos, talentos dos grupos de renda média e baixa não são explorados. *Assim*, a sociedade como um todo tem então mais chances de ser menos eficiente e de perder oportunidades de inovação e investimentos. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.2 grifo nosso).

Dáí que se recomenda que a sociedade esteja atenta a estas situações, porque só assim estará em condições de promover um campo de equidade, no qual todos os membros da sociedade tenham as mesmas oportunidades, ou esforços concretos nesse sentido sejam visíveis, de se tornarem socialmente ativos, politicamente influentes e economicamente produtivos, contribuindo assim para o crescimento sustentado e o desenvolvimento.

⁵⁸ . (MOTTA; MENDES, 1999, p.131) ao definirem os Instrumentos Económicos..

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A implementação e gestão de projetos ambientais em Moçambique são, ainda, atividades incipientes e, encaradas com menos responsabilidade pelos seus gestores, como resultado, não respondem à prevenção, mitigação e correção dos graves problemas ambientais que ocorrem em várias categorias; constituem, portanto, um mecanismo de reprodução, fortalecimento e manutenção do “*staus quo*” das elites.

Esta é a leitura que se pode fazer dos fatos indicativos nesse sentido evidenciados, quer através da observação das paisagens “in loco”, como da leitura dos documentos normativos do MICOA, quer das entrevistas acedidas pelos técnicos ambientalistas em vários níveis, pelas agências financiadoras daqueles projetos e pelas populações da área do PID em particular.

Neste contexto, o Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai foi um instrumento valioso para a captação de recursos para a fase da sua elaboração. No processo de gerenciamento e gestão de Projetos ele é uma importante, se não a única ferramenta disponível para a execução das ações de desenvolvimento integrado para a Praia de Xai-Xai.

O seu cumprimento ficou adiado devido ao equivocado processo de concepção e elaboração, sem definição clara das atribuições e responsabilidades de cada instância envolvida, bem como a falta de previsão do acompanhamento das atividades de desenvolvimento pelo MICOA para além da falta de certeza sobre o que realmente devia ser feito em cada etapa da vida do Projeto. Se tal aconteceu, então não houve vontade de sua prossecução por parte de quem devia executar as ações planificadas pois, partiu-se do conhecimento prévio de que os Municípios de Xai-Xai cidade e distrito não possuíam capacidades técnicas, financeiras e nem humanas para a sua implementação.

Portanto, a elaboração deste Plano de desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai, sem antes se ter a certeza dos atores e suas capacidades para a fase de implementação, foi apenas um ato para responder aos interesses dos técnicos envolvidos do que de um real desenvolvimento integrado da área. Se não, então faltou o domínio dos princípios básicos que norteiam o ciclo de vida dos projetos. Pois, não faz sentido que a degradação ambiental, das infra-estruturas e por conseguinte da qualidade de vida dos residentes locais ocorra a um ritmo duplicado do da época da concepção do PID quando o seu objetivo era invertê-la.

Portanto, o desenvolvimento sustentável e um novo modelo de desenvolvimento contra a gestão tradicional dos recursos, ora almejados, não passaram de um sonho quimérico para a área de estudo. As dunas, mais do que nunca, estão se deteriorando em razão da intensiva atividade antrópica sobre elas, nomeadamente: corte da lenha e de estacas, agricultura, construções em locais impróprios, queima de carvão e circulação de veículos de turistas estrangeiros além de outros.

O MICOA de entre suas atribuições conhece, aparentemente, limitações de ordem financeira e humana. Porém, estas não devem ser justificativas suficientes para a não ação perante os males que culminam com a degradação ambiental em Moçambique, visto que existem, em número apropriado, instrumentos de atuação, quer normativos como orgânicos. Nesse sentido, a mudança de atitude, o respeito pelos bens públicos, a aquisição de novas posturas dos segmentos sociais que estão encarregados da gestão pública, a abertura institucional para a ampliação dos saberes através da troca de experiências em questões ambientais, devem ser maiores desafios do MICOA e da sociedade em geral, em curto prazo.

Nesta ordem, e, com o interesse de harmonizar a necessidade de preservação paisagística e a proteção ambiental com a gestão de projetos ambientais, propomos algumas recomendações às entidades responsáveis pelas políticas públicas, sobretudo as ambientais e de gestão territorial, bem como aos beneficiários do projeto em geral.

Tomando em consideração a limitante capacidade técnico-financeira, quer do Município como do Distrito de Xai-Xai, os Governos central e provincial de Gaza devem criar condições materiais, humanas e financeiras para a implementação integral, em prazo imediato, do PID para a praia de Xai-Xai. É premissa desta posição o fato de que a gestão deve providenciar os meios humanos, tecnológicos e financeiros para a implementação e controle do sistema em que se encontra inserido.

Concomitantemente, o Governo, a sociedade civil, as Agências financiadoras, devem formar uma parceria forte que se funde em princípios de valores éticos no processo de planejamento e desenvolvimento de projetos de modo a garantir condições ambientais adequadas à maioria da população. Nesta parceria devem coexistir a co-responsabilidade, competência técnica, valorização e respeito pelos saberes práticos, usos e costumes das populações locais.

O desenho de um projeto deve ser precedido de levantamentos exaustivo da situação real das características do meio, dos problemas existentes e da indicação das

ações de correção a desenvolver pelo projeto em cada uma das etapas de sua vigência, com um esquema claro de acompanhamento e avaliação permanentes.

Por outro lado, a planificação das ações a desenvolver pelo projeto na sua vigência, a concepção da declaração da missão e de valores centrais da organização/projeto, a descrição escrupulosa das tarefas e atribuições de cada funcionário do projeto deverão constar da ferramenta de orientação e gestão dos projetos ambientais.

Devem ainda se estabelecer mecanismo rígidos de penalidades para os desvios de aplicação dos recursos e outros meios ao dispor de interesses coletivos. Uma gestão racional e direcionada da contribuição dos parceiros internacionais deverá ser um aspecto a considerar sob pena de financiar o desenvolvimento das comunidades e estas continuarem menos desenvolvidas como se não tivesse havido intervenções no sentido de mudança da situação.

Para tanto, sugerimos a adoção do conceito de “Desenvolvimento Transformacional”, que integre um processo de transferência de conhecimento através da capacitação e co-participação contínuas e multifacetárias das comunidades locais no processo da implementação e gestão dos Projetos ambientais.

Por outro lado há que se criar um mecanismo legal e prático que implique o uso de educação ambiental, formal e informalmente, como instrumento para a educação da sociedade para a cidadania. Neste contexto, criar-se-ia uma consciência ambiental nos cidadãos de modo a olhar para o meio ambiente amplo: natural, social, cultural, económico e político e persuadir os opositores para a derência aos propósitos ambientais de forma pragmática.

No âmbito do ensino da geográfica e no contexto do currículo local é necessário que as escolas proporcionem contacto dos alunos com o meio físico circundante a fim de lhes permitir desenvolver o sentimento de topofilia relativo à natureza, habilidades de percepção do ambiente natural e construído assim como da preservação dos recursos paisagísticos sob diversas formas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRAHAMSSON, Hans et. al. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Maputo: PADRIGO, 1994.
- ASSIS, José Santino de. **Um Projeto de unidade de conservação para o Estado de Alagoas**. 1998. 241f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.
- BANCO Mundial **Relatório sobre o desenvolvimento Mundial: visão geral, equidade e desenvolvimento**. Washington, D.C., 2006. Disponível em: <www.worldbank.org> acesso em: 15 de ago. 2006.
- BARBIER, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável: novos paradigmas ambientais**, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BUCCI, Maria Paula Dallar. **Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos Direitos Humanos**, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/indice%20analítico%20julho%202005.html> acesso 20 de ago.2006.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Métodos e técnicas da pesquisa ambiental: guia para estudos do meio ambiente**, Teresinha: UFPI/CCHL/DGH, 2006.
- CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CHRISTOFOLETTI, António. **Modelagem de sistemas ambientais**, São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Prefácio. In: TAUKE-TORNISIELO, et. al. (Org.). **Análise ambiental: Estratégias e ações**. CEA-UNESP, Rio Claro, SP: T.A. QUEIROZ, 1995.
- DEL RIO, Vicente et al. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Carlos: Editora da UFSCar, 1999.
- DESENVOLVIMENTO Social. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975. v. 7, p. 3241).

EMBAIXADA REAL DA DINAMARCA, Maputo. **Programa de Apoio Financeiro pela DANIDA**. Maputo, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, **II Recenseamento Geral da População**: resultados definitivos. Província de Gaza, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [19..].

FILHO, Gilberto Montibeller. **O Mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

FLORES, José António Vieira. **Da paisagem imposta à paisagem desejada: a dimensão cultural como eixo referencial na recuperação de cenários degradados**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/tese.asp>>. acesso em: 13 de set. 2006.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: Arca, 2002.

FRANCISCO, José. **Desconstrução do lugar**: o aterro da praia da frente do centro histórico de São Sebastião (SP), 2002. 172f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

FRANCISCO, José et al. A desconstrução do lugar - o aterro da praia da frente do centro histórico de São Sebastião (SP). In GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. **Ambientes estudos de Geografia**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2003.

GIOVANNI, Sandro e ROZENFELD. **Gerenciamento de Projetos**. 2005. Disponível em: <www.guiadelogistica.com.br>. Aceso em: 30 de nov. 2005.

GOVE, Domingos et al. **O ambiente costeiro e marinho de Moçambique**: Centro de Desenvolvimento sustentável das zonas costeiras (CDS-ZC). Maputo: MICOA, 2004. Projecto n.104. MOZ. 1 MFS.3.II.

GODARD, Oliveira. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jaques. **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GUERRA, António José Teixeira et al. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Dimensões da percepção e interpretação do meio ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza. OLAM - **Ciência & tecnologia**, Rio Claro, v. 4, n. 1, abr. 2004. 1 CD-ROM.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida, **Geosul**, Florianópolis, n.40, jul. - dez. 2005. "Prelo".

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. São Paulo: Imago, 2002.

JÚNIOR, Sábado. **Capacitação e desenvolvimento: Área de Projetos**. Curitiba-SP: 2005. Apostila de mini-curso. Disponível em: <www.fejepar.org.br>. Acesso em: 20 de abr. de 2006.

KOENIG, Samuel. **Elementos de Sociologia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

KRAEMER, Maria Elisabeth. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. UNIVALI-Disponível em http: <www.gestaoambiental/recebidos/maria_kraemer_pdf.php. 2005> acesso em: 25 de maio.2006.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Qualidade ambiental e planejamento urbano: considerações de método**. 1995 Teses (Livre-Docência)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LOPES, Ignez Vidigal et al. **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 4.ed. Rio de Janeiro: PGV, 2001.

MAZULA, Brazão. **Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: UEM, 1995.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: experiência de Curitiba**. Campinas: Papiros, 1996.

MOÇAMBIQUE.Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental - MICOA. **Compilação de legislação ambiental moçambicana**. Maputo: MICOA, 2004.

MORAES, António Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MORAES, António Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOTTA, Ronaldo Sêroa da et. al. Instrumentos econômicos na gestão ambiental: aspectos teóricos e de implementação. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro et. al. **Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. 2. ed. Campinas: UNICAMP; IE, 1999.

MOÇAMBIQUE. MICOA, **Boletim das Zonas Costeiras**, Maputo. v.1, n.29, p. 1-8 jun. 2004.

MOÇAMBIQUE, **Posposta de Programa do Governo para 2005-2009**. Maputo: Gov, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique, paisagens e regiões naturais**. Maputo: Globo, 1999.

NGOENHA, Severino Elias. **Estatuto e axiologia da Educação em Moçambique: o paradigmático questionamento da Missão Suíça**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

NUVUNGA, Roda et. al. **Caracterização da vegetação nativa da zona costeira entre a praia - velha e Chongoene**. Maputo: MICOA, 1998.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. Aplicação de questionários na avaliação pós-ocupação do ambiente construído: ponderações sobre os procedimentos adotados nos últimos 20 anos. **OLAM, Ciências e Tecnologia**, Rio Claro, v.1 n.2. p.314-331, 2001. 1 CD-ROM.

PAULA, Elder Andrade de. **(De) Envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo et al. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Educação ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

PLANO de Acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005. PARPA. Maputo: MPF, 2001.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1996.

RIBEIRO, Ivan de Campos. **Ecologia de corpo e alma e transdisciplinar em Educação Ambiental**, 1998 Dissertação (Mestrado) em Ecologia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro: 1998.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica**. São Paulo: Periópolis, 2005.

SANTOS, José Antônio Rosa dos. **O ciclo de vida da aeronave**. 2005. Disponível em <www.aerodinamica.com.br/PORTUGUES/ciclo.html>. Acesso 20 de ago. 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **O Espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004a.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EDUSP, 2004b.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SEIFFETERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001:** sistema de gestão ambiental, implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Scwarcz, 1999.

SILVA, António Luiz de Paula. **Serviços Criando:** Consultoria Criando terceiro setor, SP: CRIANDO, 2004. Disponível em: www.criando.net. Acesso 20 de dez. 2005.

SILVEIRA, Sónia da. Editorial. In: **Moçambique: Ambiente e desenvolvimento sustentável**, Maputo, n. 39, p.3-11, dez-2000 jan. 2001, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério; **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2003.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

TORCATO, Maria de Lourdes. Começando por um plano estratégico para o desenvolvimento na Praia do Xai-Xai. **Moçambique: Ambiente e desenvolvimento sustentável**, Maputo, n. 39, p.3-11, dez-2000 jan. 2001, 2001.

TORCATO, Maria de Lourdes. Entre a mina e o porto: vários caminhos possíveis: Projecto de areias pesadas do Chibuto. **Moçambique: Ambiente e desenvolvimento sustentável**, Maputo, n. 47, 3-8, abril jun. 2003.

TRIGUEIRO, André. Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

TROPMAIR, Helmut. **Biogeografia e Meio Ambiente.** 6. ed. Rio Claro: Divisa, 2004.

TUAN, Yi-Fu, **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNEP/FAO/PAP/MICOA: **Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai.** Split, Croácia, 2000. 172 p. (Séries de Relatórios Técnicos dos Mares Regionais Este Africanos, n. 8).

UNEP/FAO/PAP/MICOA: **Integra Development Plan for Xai-Xai Beach.** n. 8, Split, Croácia, 172 p.(Séries de Relatórios Técnicos dos Mares Regionais Este Africanos, n. 8).

UNITED STATES AGENCY INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Corruption assessment:** Mozambique final report. Maputo: USAID, 2005. Disponível em: <http://maputo.usembassy.gov/corruptionassessment_mozambique.final_report_december_16_2005>. Acesso 30 de julh. 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O Centro vive: o espetáculo da revalorização do centro de São Paulo:** sobrevivência do capitalismo e apropriação do estado. Tese (Doutorado) em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro (SP), 2002.

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do Desenvolvimento, (USP) in. LAVINAS, L. CARLENIAL, L.M. F.; NABUCO, M.R. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Anpur/Hucitec, 1993.

APÊNDICES:

APÊNDICE (A) - Formulário de questionário aplicado à população local

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP) - BRASIL

**(Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro)
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Questionário para a entrevista de Pesquisa com a população da área do projeto em estudo (PID para a praia de Xai-Xai).

Nome do entrevistado:

Q. -1: Idade ____ **Q. -2:** Sexo: H __ M __ **Q. -3:** habilitações ____ classe

Q.4. Sabe da existência de um Projeto na sua aldeia, bairro, comunidade, cidade ou localidade?

Sim ____ Não ____

Q.5. Se sim, qual é o trabalho concreto desse Projeto?

Q.6. Que aspectos mostram diferenças trazidas no local com a intervenção do Projeto?

Q.7. Será que as pessoas daqui vivem o dia a dia do projeto?

Q.8. A seguir, gostaria de perguntar a vossa senhoria sobre a qualidade da vida na aldeia, Bairro, Cidade. Assinale a alternativa que melhor representa a sua opinião com x.

	Muito insatisfatório	Insatisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório
Q.8.1. Serviços de limpeza urbana, rua, passeio.				
Q.8.2. Segurança: crianças podem brincar livres?				
Q.8.3. Erosão costeira				
Q.8.4. Derrube da vegetação. Costeira.				
Q.8.5. Plantio de árvores e relva para travar a erosão.				
Q.8.6. Divulgação dos trabalhos do projeto nas comunidades.				

Q.9. Refira-se ao conhecimento que tem sobre o funcionamento do Projecto.

Muito Bom ____; Bom ____; Suficiente ____; Nenhum ____; Nem é possível ____.

Q. 10. Se valeu a pena a existência do Projeto neste local ou não?

APÊNDICE (B): Questionário para a entrevista com a Gestão do Projeto

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP)

**(Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro).
Curso de Pós-Graduação em Geografia**

Questionário para entrevista com a Gestão do Projeto

Nome do entrevistado _____

Função que desempenha _____

1. Em relação ao Projeto - PID para a praia de Xai-Xai- gostaria de saber se possui alguns instrumentos na base dos quais se processa/processaria a sua gestão.
2. Queira, por favor, identificá-los.
3. Qual terá sido a base para a indicação desta área como objeto do trabalho do vosso projeto?
4. Pode-se se referir aos passos dados que antecederam a instalação do projeto?
5. Que relação existe entre o projeto - comunidade e projeto - governo?
6. Que mecanismo existe para o acompanhamento das atividades do projeto por estas instâncias bem como por outras superiores?
7. Quais têm sido os orçamentos das atividades do projeto?
8. Qual é o tempo de duração do projeto?
9. Que realizações do projeto podem ser mencionadas desde a sua instalação?
10. Qual é o seu impacto na qualidade de vida das populações locais?
11. Em sua opinião como é a interação do seu sector com o MICOA? Quais as dificuldades e como você acha que pode melhorar a operacionalidade?

APÊNDICE (C): Questionário para entrevista com MICOA em Maputo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP) - BRASIL

**(Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro)
Curso de Pós-Graduação em Geografia**

MICOA - Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental

Nome do entrevistado: _____

Função que desempenha: _____

1. Identifique os principais problemas ambientais em Moçambique.
2. Poderia por favor localizá-los geograficamente segundo a tipologia.
3. Qual tem sido o papel do Ministério no âmbito da Agenda 21 sobre as suas atribuições perante o eco-desenvolvimento/desenvolvimento sustentáveis correlação aos problemas em cima indicados?
4. Que projetos ambientais o MICOA tem desenvolvido/implementado?
5. Qual é a sua localização geográfica?
6. Que critérios foram seguidos para a concepção desses projetos naqueles locais?
7. Queira, por favor, se referir ao mecanismo do funcionamento/gestão de cada projeto.
8. O País possui um Programa Nacional de Monitoramento Ambiental Integral?
9. A presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a implementação e gestão de projetos ambientais em Moçambique, o caso do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai. O Ministério tem alguma explicação a dar sobre as razões da escolha de Xai-Xai para este Projeto?
10. Identifique as restrições técnicas, conflitos de competências e pontos de afunilamento existentes no processo da gestão deste projeto em particular e de outros ambientais em Moçambique.
11. Qual é a sua apreciação em relação ao impacto desse projeto em relação aos objetivos e a vida da população alvo? Por favor, justifique.
12. Que espécies de dificuldades existem no processo da concepção, implementação e gestão de projetos ambientais no país?
13. Em sua opinião o que aconselharia que a presente pesquisa aprofundasse para trazer, como resultados, recomendações que ajudassem a melhorar a gestão ambiental, de modo a conciliar o desenvolvimento econômico e o meio ambiente em Moçambique?
14. Pode se referir à ferramenta de gestão do projeto disponível para os gestores?
15. Que problemas podem ser destacados decorrentes entre o ideal (Projeto) e a realidade?
16. Na visão do MICOA, quais são as principais dificuldades de Moçambique na solicitação de auxílio para Projetos ambientais (desenvolvimento)?
17. Moçambique tem quadros técnicos habilitados para desenvolvimento e acompanhamento de Projetos na área? Em caso negativo, qual a solução a adotar, na sua opinião?
18. Por favor, faça seus comentários livres acerca da gestão de projetos ambientais em Moçambique.

APÊNDICE (D): Questionário para entrevista com as Agências financiadoras dos projetos ambientais em Moçambique

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (UNESP) - BRASIL
(Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro)
Curso de Pós-Graduação em Geografia**

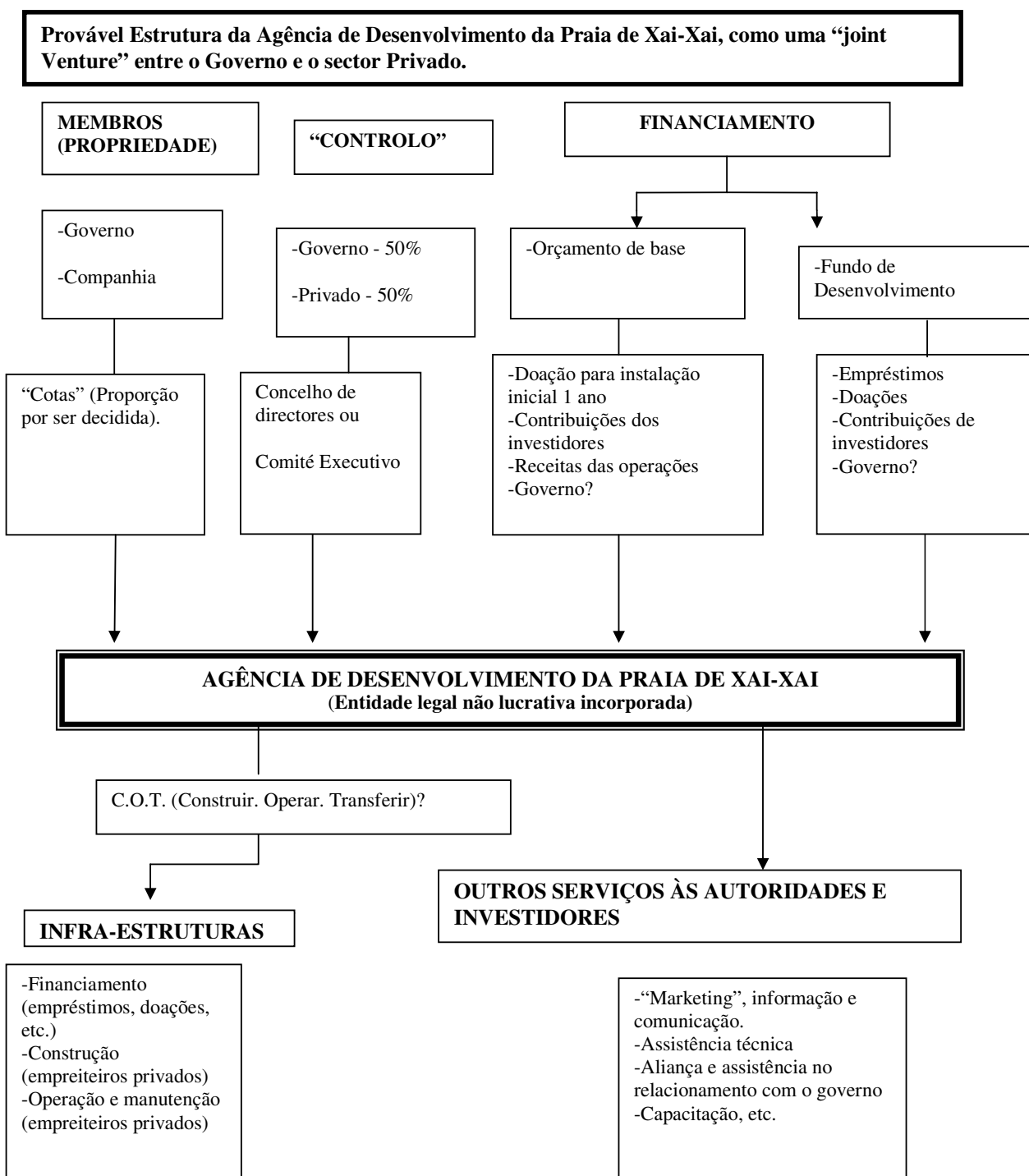
Agência doadora: _____

Nome do entrevistado: _____

Função que desempenha: _____

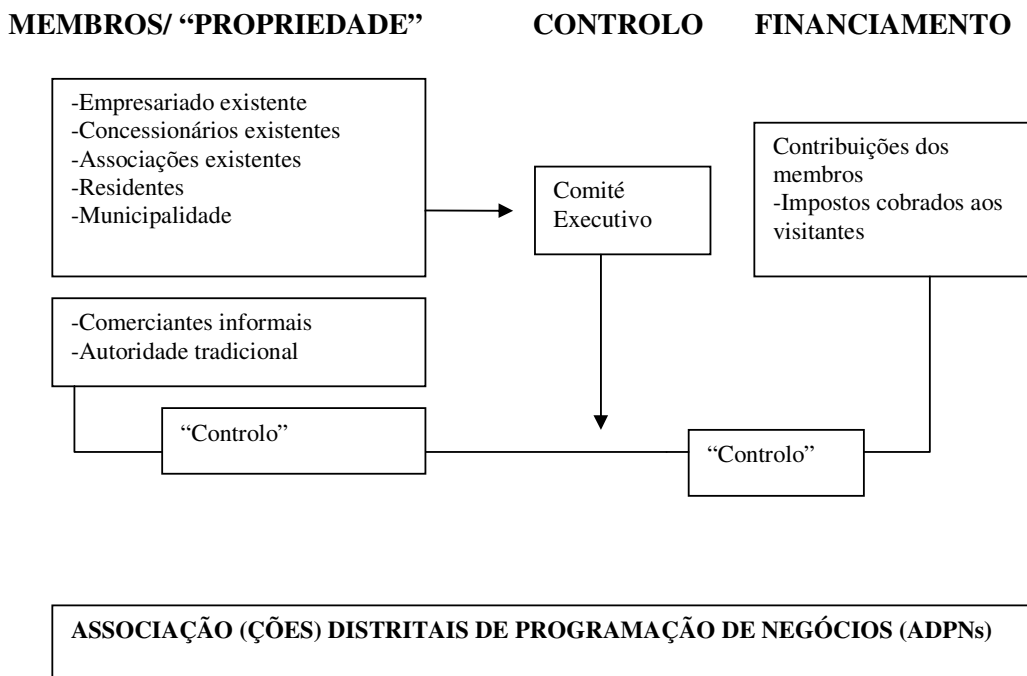
1. Identifique os principais problemas ambientais em Moçambique.
2. Poderia por favor localizá-los geograficamente segundo a tipologia.
3. Qual tem sido o papel da Agência no âmbito da Agenda 21 em torno das suas atribuições perante o eco-desenvolvimento/desenvolvimento sustentável correlação aos problemas acima indicados?
4. Que projetos ambientais a agência tem suportado?
5. Qual é a sua localização geográfica?
6. Que critérios foram seguidos para a concepção desses projetos? Ou seja, que normas a agência obedece para o efeito?
7. Queira, por favor, se referir ao mecanismo do funcionamento/gestão de cada projeto.
8. O País possui um Programa Nacional de Monitoramento Ambiental Integral?
9. A presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a implementação e gestão de projetos ambientais em Moçambique, o caso do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Praia de Xai-Xai. A Agência tem alguma explicação a dar sobre as razões da escolha de Xai-Xai para este Projeto e o motivo forte que vos convenceu a financiá-lo?
10. Identifique as restrições técnicas, conflitos de competências e pontos de afunilamento existentes no processo da gestão de projetos ambientais em Moçambique. E para o caso específico do PID para a Praia de Xai-Xai?
11. Qual é a sua apreciação sobre o impacto desse projeto em relação aos objetivos e a vida da população alvo? Por favor, justifique.
12. Depois da Conferência do Rio de Janeiro 92, recomendou-se a elaboração da agenda 21 de cada país. Será que Moçambique tem a sua agenda 21? Em caso negativo, queira, por favor, justificar a sua resposta.
13. Que espécies de dificuldades existem no processo da concepção, implementação e gestão de projetos ambientais no país?
14. Em sua opinião o que aconselharia que a presente pesquisa aprofundasse para trazer, como resultados, recomendações que ajudassem a melhorar a gestão ambiental, de modo a conciliar o desenvolvimento econômico e o meio ambiente em Moçambique?
15. Pode se referir à ferramenta de gestão de projeto disponível para os gestores?
16. Que problemas podem ser destacados decorrentes entre o ideal (Projeto) e a realidade?
17. Na visão da agência, quais são os mecanismos que Moçambique deveria implementar para ter mais acesso (ou que fossem mais fáceis) aos financiamentos (ou doações) destinados aos Projetos ambientais (ou de desenvolvimento)?
18. Por favor, faça seus comentários livres acerca da gestão de projetos ambientais em Moçambique.

APÊNDICE (E):



Fonte: Organizado pelo autor a partir de UNEP/FAO/PAP/RAC/MICOA 2000.

APÊNDICE (F): Provável Estrutura da Associação Distrital de Promoção de Negócios (ADPNs) da Praia de Xai-Xai



OBJECTIVO: PROMOVER UM AMBIENTE SEGURO, LIMPO, AMIGÁVEL E ATRATIVO PARA VISITANTES, COMERCIANTES E RESIDENTES.

NB: NÃO substitui o governo local, mas fornece serviços suplementares.

- Identifica e projecta aspectos únicos (“marketing”): “uniformes”, crachás, dísticos;
- “Embaixadores” para as áreas (assistência de informação para os visitantes);
- Manter limpeza (faces dos edifícios, estradas, parques e outros lugares públicos);
- Manter segurança (patrulhas de guardas).

Formar e usar empregados de negócios existentes, etc., se não existirem fundos para manter Empregados em tempo inteiro.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de UNEP/FAO/PAP/RAC/MICOA 2000.

APÊNDICE (G): Quadro 4: Plano de acção para a implementação do projecto de demonstração da praia velha - T1 (P1). Vide o mapa 3.

Etapa	Acção	Financiador	Custo estimado (onde disponível)	Organização responsável	Situação actual/prazo
1	Elaboração de um plano detalhado	Patrocinado pela FAO	10 000 USD	PAP/RAC e MICOA	Completado
1.2	Elaboração de Projectos preliminares relevantes para o plano detalhado	Patrocinado pela FAO.	10 000USD	PAP/RAC e MICOA	Completado
1.3	Adopção/aprovação do plano pelas autoridades responsáveis (comité de Direcção e Município).	-	-	Dptos municipais responsáveis e câmara municipal	Adoptado nos fins de 1998
1.4	Marcação dos sítios; preparação de diagramas com coordenadas; marcação dos sítios com tacos; registos dos títulos.	Patrocinado pela FAO.	10 000 USD	“Provisório” Agência de Desenvolvimento (SUIMO)	Marcado em Fevereiro de 1999
1.5	Elaboração de critérios e propostas para as guias de orientação do município para a eliminação dos concessionários não capazes ou dispostos a contribuir nos custos do desenvolvimento dos serviços de infra-estruturas.	Município e concessionários.	2 000 USD	SUIMO reportando à câmara municipal para decisões.	3 meses
1.6	Emissão e registo das concessões e documentação para novas concessões, um conjunto de códigos de construção, incluindo um mapa topográfico (escala 1:2000) mostrando restrições de construção como demarcação de edifícios, etc.	Fundo do Município	500 USD	Dptos Municipais responsáveis (com assistência da Agência de Desenvolvimento, se necessário)	Curto prazo (3 meses).
1.7	Preparação de documentação para concurso de concessões de terra disponíveis, através do processo descrito em B5, de modo a assegurar uma contribuição suficiente nos custos de desenvolvimento pelos concessionários. (O valor da terra deve ser usado como base para aumentar impostos, proporcionar fundos ao investimento directo no desenvolvimento da área (ex. operação da Agência de Desenvolvimento)).	Concessionários e município	2 000 USD	Agência de Desenvolvimento reportando ao município para decisões.	Curto Prazo (3 meses)
1.8	Definição dos termos de Referência da Agência de Desenvolvimento em relação ao desenvolvimento da Praia Velha. Isto servirá como modelo para outras células de desenvolvimento: * Quadro legal e operacional para a Agência * Relações de trabalho legais entre os interessados (concessionários, APV, autoridades do governo, companhias). * Definição das opções de infra-estruturas (tipos, níveis e especificação de serviços) * Elaboração detalhada do programa de investimentos por concessão com referência específica a:	Patrocinado pelo projecto da FAO	5 000 USD (em adição aos 10 000 USD do ponto 1.4 acima)	“Agência de Desenvolvimento Provisório” (SUIMO)	Antes do workshop em (Maio 1999)

	-Cota de capital de investimento por concessão; -Cota de investimento da área da praia velha; e -Custo de ligações individuais				
1.9	Construção do abastecimento de água para a praia velha: * Novo furo, abastecimento e tubagem de distribuição	Pré-financiado por empréstimo bancário e proveniente dos concessionários	35 000USD	-	12-24 meses
	*Ligações individuais	Concessionários	700 USD/lote	Agência de Desenvolvimento e companhia das águas com empreiteiros	12-24 meses
	*Ligação ao sistema principal (poços, tanques, etc.)	Pré-financiado por empréstimo bancário e proveniente dos concessionários	10 000 USD		24 meses
1.10	Construção da rede de estrada na praia velha * Cota de melhoramento das estradas existentes na praia e para wenela.	Pré-financiado por empréstimo bancário e proveniente dos concessionários.	72 000 USD	Agência de Desenvolvimento e empreiteiros supervisionados pelo governo.	
	* Custo das ruas internas, passeios e áreas de estacionamento público: -Somente nivelção e estabilidade (Fase inicial); e -Pavimentação e canais de concreto para águas de chuva.		160 000 USD 340 000 USD		Curto prazo (12-24)
1.11	Electricidade da Praia Velha: *Cota de abastecimento (subestações, linhas de fornecimento, etc. *Iluminação das ruas e áreas comuns *Reticulação interna (abastecimento doméstico) * Ligações individuais.	A definir pela companhia de electricidade	A ser fornecido pela companhia de electricidade	Agência de Desenvolvimento e companhia de electricidade com empreiteiros supervisionados pelo governo	Curto prazo (12-24 meses)
1.12	Esgotos * Fase inicial: Tanques sépticos individuais e sistemas de tratamento	Concessionários	1 200 USD/lote	Indivíduos supervisionados pelo governo	Curto prazo (12-24 meses)
	* melhoramento do sistema de tratamento do município	Pré-financiado por empréstimo bancário e proveniente dos concessionários.		Agência de Desenvolvimento e empreiteiros supervisionados pelo governo	Médio a longo prazo

Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

APÊNDICE (H): Quadro 5: Plano de acção para a implementação do projecto de demonstração da Célula T2, zona central da praia de Xai - Xai - T2 (P2). Vide o mapa 3.

Etapas	Acção	Financiador	Custo estimado (onde disponível)	Organização responsável	Financiador/situação actual/prazo
2.1	Elaboração do mapa adequado da zona central (escala 1: 2000-1:1000)	Sector público (municipal)	900 USD	Governo ou companhia privada	Financiado pela FAO (completo)
2.2	Elaboração de um guião detalhado da zona central		900 USD	Governo ou companhia privada	Financiado pela FAO, executado pelo PAP/RAC e equipa de trabalho do MICOA (completo)
2.3	Inventário detalhado e plano de acção de reabilitação de edifícios e locais degradados de forma a estarem compatíveis com os códigos e padrões de saúde e segurança.		3 000 USD	Agência de Desenvolvimento e autoridades	12 meses em fases
2.4	Elaborar planos de acção e projectos de planeamento da zona central urbana e da zona frontal da praia, incluindo o melhoramento do aspecto visual das áreas turísticas através de projectos de construção de parques, locais verdes, etc.		9 000 USD		12 meses em fases
2.5	Preparar propostas de concursos para parcelas não ocupadas na zona central		1 500 USD		12 meses em fases
2.6	Plano de acção para melhoramento do porto (Desenvolvimento do porto-ver o documento estratégico de Gestão) Entretanto, implementação do melhoramento do local de desembarque existente.	Lucros gerados pelo desenvolvimento	30 000 USD		Médio prazo (3-5 anos) Curto prazo (12 meses)
2.7	Preparar documentos e plano de acção para: -Mudar a localização da área de acampamento para outro local; -Melhor utilização da área de acampamento existente, por exemplo centro marinho, alojamento hoteleiro, actividade comercial, etc.	Lucros gerados pelo desenvolvimento	3 000 USD		Médio prazo (3-5 anos)
2.8	Desenvolvimento da associação local de negociantes da Praia de Xai-Xai e outros	Comércio local	Em curso	Comércio local com assistência da Agência de Desenvolvimento	Curto prazo

	parceiros, de forma a esta poder fornecer serviços voluntários na manutenção da segurança e limpeza da área, assim como na manutenção de serviço de informação para os visitantes.			o.	
2.9	Preparar documentos para o estabelecimento de sistemas adequados de segurança a serem usados nas praias e em áreas baleares, áreas para banhistas, áreas para salva vidas, serviços de primeiros socorros, etc.	Taxas pagas pelos turistas	Em curso	Autoridades locais.	Curto prazo (12 meses)

Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

APÊNDICE (D): Quadro 6: Célula de Desenvolvimento T3- opção individual

ETAPA	ACÇÃO	FINANCIADOR	CUSTO ESTIMADO (onde possível)	ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO
3.1	Elaborar um programa de investimento/desenvolvimento de infra-estruturas partindo das propostas de projectos preliminares	Inicialmente com dos fundos gerados através da coleta dos valores das concessões e outros lucros como referidos em outras secções acima.	1 500 USD	Agência de Desenvolvimento em cooperação com autoridades relevantes	Curto a médio prazo
3.2	Avaliar o valor dos lotes e preparar documentos para licitação de novas concessões (incluindo critérios para a adjudicação dos concursos).				
3.3	Preparar documentos legais, técnicos e outros necessários para facilitar o desenvolvimento da área.				
3.4	Definir medidas de controlo de desenvolvimento, incluindo a monitorização das propostas de desenvolvimento de modo a garantir que eles sejam compatíveis com as directrizes do PID do desenvolvimento geral da área em prazos também razoáveis.				

Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

APÊNDICE (J): Quadro 7: Células de desenvolvimento T3, opção 2.

ETAPA	ACÇÃO	FINANCIADOR	CUSTO ESTIIMADO (onde possível)	ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO
3.1.1	Elaborar um programa de investimento/desenvolvimento de infra-estruturas como no ponto 3.1 acima	Municipalidade proveniente dos lucros		Agência de Desenvolvimento em cooperação com as autoridades	Curto a médio prazo
3.1.2	Avaliar o valor dos lotes e definir novos procedimentos para a ilicitação de novas concessões de lotes ainda não ocupados. Emitir em simultâneo com os documentos de concurso uma série de directrizes de desenvolvimento de códigos de construção.				
3.1.3	Elaboração de uma planta detalhada, incluindo a alocação dos lotes dos edifícios com as devidas coordenadas (Colocação de marcos e registo dos locais a serem realizados pelos concessionários à medida que for necessário, na altura do início das concessões).				

Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

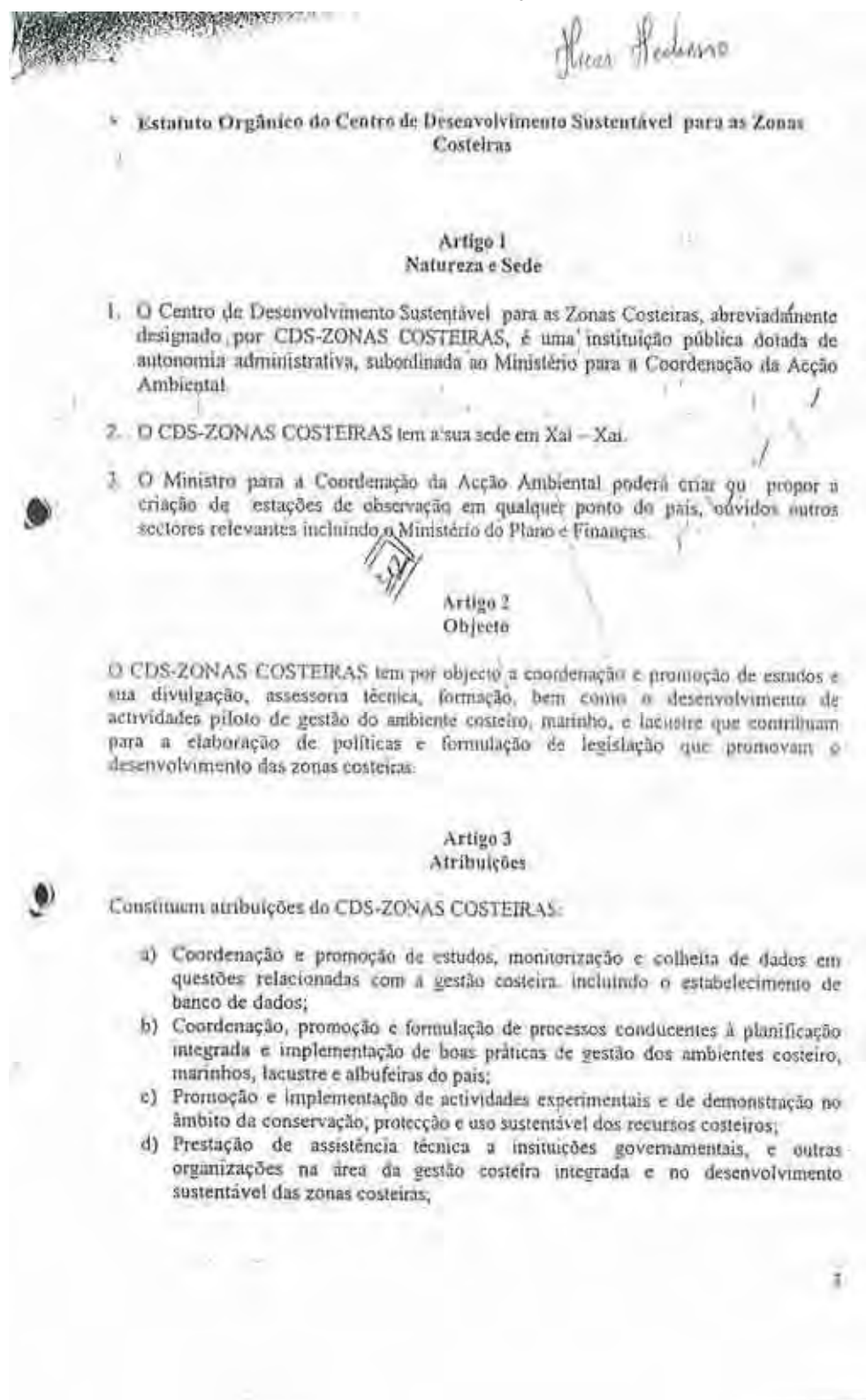
APÊNDICE (K): Quadro 8: Plano/Programa de Acção para a Célula T4-ou P4. Vide o mapa 3.

ETAPA	ACÇÃO	FINANCIADOR	CUSTO ESTIIMADO (onde possível)	ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO
4.1	Adopção do esquema redefinido de concessão pelas autoridades responsáveis	---	---	Autoridades responsáveis (locais, distritais ou provinciais)	Imediata (2 meses)
4.2	Marcação dos locais *Preparação dos documentos com novo esquema; (Colocação de marcos e registo dos locais, a serem efectuados pelos investidores, à medida que a necessidade surja no início das construções).	Municipalidade (proveniente dos lucros).	8 000 USD	Autoridades responsáveis com assistência da Agência de Desenvolvimento	Curto prazo
4.3	Elaborar um programa de investimento/desenvolvimento de infra-estruturas em fases, partindo das recomendações contidas no relatório sectorial sobre estradas, água potável, gestão de águas residuais e resíduos sólidos.	Municipalidade (proveniente dos lucros).	3 000 USD	Agência de Desenvolvimento reportando às autoridades para estas tomarem decisões.	Curto prazo
4.4	Avaliação das concessões existentes para eliminar especulação e garantir um sério desenvolvimento com base em programas de investimento em infra-estruturas e outros requisitos.	Doação (governamental e/ou privada)	10 000 USD	Agência de Desenvolvimento	Curto prazo (3 meses)
4.5	Desenvolver novos procedimentos para lotes desocupados, usando o valor dos lotes como base para assegurar a contribuição dos investidores no custo do desenvolvimento.	Doação (governamental e/ou privada)	A ser incluído nos 10 000 USD anterior.	Agência de Desenvolvimento	Curto prazo (3 meses)

Fonte: UNEP/FAO/PAP/MICOA (2000).

ANEXOS:

ANEXO (A): Estatuto Orgânico do CDS-ZC Sul de Moçambique.



- e) Colheita, compilação e divulgação de informação de natureza técnica e científica relevante para a utilização racional, desenvolvimento sustentável e preservação das zonas costeiras;
- f) Promoção e implementação de programas de sensibilização e acções de formação, incluindo o reforço do poder das comunidades no uso sustentável dos recursos naturais existentes nas zonas costeiras.

Artigo 4 Competências

Constituem competências do CDS-ZONAS COSTEIRAS:

- a) Promover a planificação integrada e implementação de boas práticas de gestão ambiental, em colaboração com outras instituições relevantes;
- b) Promover e assistir ao monitoramento do estado do ambiente e o uso-conservação dos recursos naturais e biodiversidade nas zonas costeiras;
- c) Colher, analisar e avaliar a informação sobre o estado do ambiente, uso-conservação dos recursos naturais, incluindo o desenvolvimento de base de dados;
- d) Promover e implementar, juntamente com as outras entidades relevantes actividades experimentais e de demonstração no âmbito da protecção e gestão integrada e sustentável do ambiente nas zonas costeiras;
- e) Assistir ao desenvolvimento, juntamente com outras entidades relevantes programas de sensibilização e do reforço do poder das comunidades no domínio da protecção do ambiente e dos recursos naturais nas zonas costeiras;
- f) Facultar treinamento às instituições relevantes na área de gestão do ambiente, uso dos recursos naturais nas zonas costeiras;
- g) Prestar serviços de assessoria em matéria ambiental nas zonas costeiras;
- h) Apoiar os programas de formação na área ambiental.

Artigo 5 Estrutura

1. O CDS-ZONAS COSTEIRAS tem a seguinte estrutura:

- a) Direcção.
- b) Departamento de Desenvolvimento Costeiro.
- c) Departamento de Formação e Divulgação.
- d) Repartição de Documentação e Informação.
- e) Repartição de Administração e Finanças.

2. No CDS-ZONAS COSTEIRAS funcionam os seguintes colectivos:

- a) Colectivo de Direcção;
- b) Conselho Técnico

3. Os chefes de departamento ou de repartição do CDS-ZONAS COSTEIRAS são equiparados em termos de categoria a chefes de departamento e de repartição de nível central.

Artigo 6 Composição e Competências da Direcção

1. O CDS-ZONAS COSTEIRAS é dirigido por um Director do Centro, nomeado pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental e integrado no Grupo 2.1 do anexo II, do decreto n.º 66/98, de 03 de Dezembro.
2. Compete ao director do CDS-ZONAS COSTEIRAS:
 - a) Representar o CDS-ZONAS COSTEIRAS perante entidades públicas e privadas, dentro e fora do país;
 - b) Dirigir e coordenar as actividades do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
 - c) Elaborar os planos e programas de trabalho anuais e correspondentes orçamentos a submeter à aprovação pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental;
 - d) Mobilizar recursos financeiros para a implementação de projectos e programas de gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre em coordenação com outros sectores relevantes;
 - e) Propor ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, medidas legais ou outras consideradas recomendáveis para o melhor desempenho das atribuições do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
 - f) Garantir a correcta gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao CDS-ZONAS COSTEIRAS;
 - g) Apresentar relatórios periódicos relativos ao desenvolvimento, projectos e programas implementados pelo CDS-ZONAS COSTEIRAS ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental;
 - h) Assegurar a elaboração de regulamentos internos necessários à organização e funcionamento do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
 - i) Praticar os actos administrativos de gestão de recursos humanos;
 - j) Propor ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental a admissão de técnicos superiores e a sua designação para cargos de chefia;
 - k) Exercer as demais funções que lhe sejam conferidas por lei.

Artigo 7 Colectivo de Direcção

1. O Colectivo de Direcção é dirigido pelo seu director e integra os chefes de departamento do CDS-ZONAS COSTEIRAS e tem como objectivo, analisar e decidir sobre os aspectos relacionados com o funcionamento da instituição, nomeadamente:

- a) Estratégias de desenvolvimento do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
- b) Programas de actividades e balanço do seu desenvolvimento;
- c) Implementação das políticas governamentais sobre a gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre;
- d) Apreciação dos resultados sobre a gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre no país;
- e) Apreciação do relatório anual do CDS-ZONAS COSTEIRAS.

2. Podem ser convidados a participar no Colectivo de Direcção, outros quadros e técnicos superiores a designar pelo director do CDS-ZONAS COSTEIRAS.

3. O Colectivo de Direcção, reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que para tal for convocado pelo Director.

Artigo 8 Conselho Técnico

1. O Conselho Técnico é um colectivo dirigido pelo director do CDS-ZONAS COSTEIRAS, que assiste a Direcção nas questões técnicas da especialidade, relacionadas com as actividades do CDS-ZONAS COSTEIRAS, a quem compete:

- a) Avaliar e discutir as propostas de programas e projectos a serem desenvolvidos pelos departamentos técnicos do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
- b) Analisar normas técnico-científicas relacionadas com a área de gestão costeira;
- c) Propor à direcção do CDS-ZONAS COSTEIRAS, eventuais modificações a serem feitas nos programas e projectos em curso, bem como novas áreas de trabalho;
- d) Analisar os resultados dos programas e projectos do CDS-ZONAS COSTEIRAS e as possíveis aplicações práticas para a gestão do ambiente costeiro, marinho e dos grandes lagos do interior;
- e) Dar parecer sobre trabalhos de investigação a serem publicados;
- f) Dar parecer sobre propostas de formação, especialização técnico - científica dos técnicos do CDS-ZONAS COSTEIRAS para aprovação superior;
- g) Pronunciar-se sobre questões científicas e de gestão do ambiente costeiro, marinho e dos grandes lagos do interior sempre que solicitado.

2. São membros do Conselho Técnico:

- a) Os técnicos superiores afectos as áreas de especialidade do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
- b) Dois representantes de Instituições de Investigação;
- c) Um representante da sociedade civil.

3. O Conselho Técnico reúne-se trimestralmente de forma ordinária e extraordinariamente, sempre que para o efeito for convocado pelo seu Director.
4. Poderão tomar parte nas reuniões do Conselho Técnico, outros técnicos e especialistas sempre que o director o julgue necessário.

Artigo 9

Departamento do Desenvolvimento Costeiro

São funções do Departamento do Desenvolvimento Costeiro

- a) Elaborar estudos e planos de desenvolvimento costeiro integrado dos ambientes costeiro e marinho bem como dos grandes lagos e albufeiras do país;
- b) Desenvolver modelos de gestão costeira com vista a promoção do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras do país;
- c) Propor estratégias de desenvolvimento integrado em áreas de ecossistemas sensíveis;
- d) Propor programas de gestão integrada dos ecossistemas costeiros incluindo estratégias para a sua conservação;
- e) Elaborar e analisar pareceres e relatórios bem como recomendações com vista ao desenvolvimento económico sustentável das zonas costeiras;
- f) Promover e coordenar programas de investigação relacionados com a gestão do ambiente costeiro, marinho e dos grandes lagos do interior e albufeiras;
- g) Implementar projectos piloto de gestão de ecossistemas costeiros, marinhos, lacustres e albufeiras;
- h) Elaborar pareceres sobre os estudos de avaliação de impacto ambiental bem como apoiar a revisão, fiscalização e monitorização do processo de avaliação do impacto ambiental.

Artigo 10

Departamento de Formação e Divulgação

São funções do departamento de formação e divulgação:

- a) Promover programas de formação, educação e sensibilização sobre o ambiente costeiro, marinho, lacustre e albufeiras;
- b) Promover cursos de capacitação e especialização em matéria de gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre;
- c) Promover e participar na definição de estratégias sobre formação e sensibilização em aspectos de gestão integrada da zona costeira;
- d) Disseminar as experiências e resultados das pesquisas e actividades piloto de gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre.

Artigo 11
Repartição de Documentação e Informação

São funções da repartição de documentação e informação:

- a) Manter actualizados documentos e bibliografia relevantes sobre o ambiente costeiro, marinho e lacustre;
- b) Estabelecer um sistema de arquivo da documentação e actualizar regularmente a sua inventariação;
- c) Emitir e circular regularmente boletins contendo a listagem dos documentos mais recentes;
- d) Estabelecer mecanismos de executar a troca de informação com outras instituições e facilitar o acesso e consulta dos documentos e bibliografia existente;
- e) Criar e manter actualizado um banco de dados sobre aspectos relacionados com a gestão do ambiente costeiro, marinho e lacustre;
- f) Actualizar os sistemas de informação em uso na instituição;
- g) Elaborar revistas e boletins sobre actividades desenvolvidas na área de gestão costeira.

Artigo 12
Repartição de Administração e Finanças

São funções da repartição de administração e finanças:

- a) Gerir os recursos humanos, financeiros e materiais a cargo e responsabilidade do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
- b) Garantir as condições logísticas para o funcionamento do CDS-ZONAS COSTEIRAS;
- c) Assegurar o movimento do expediente;
- d) Elaborar o plano orçamental;
- e) Manter actualizado o inventário e património;
- f) Garantir os serviços de apoio do CDS-ZONAS COSTEIRAS.

Artigo 13
Pessoal

Os funcionários e trabalhadores do CDS-ZONAS COSTEIRAS regem-se pelo EGFE.

ANEXO (B): Novo Estatuto Orgânico do MICOA.



**ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA
ACÇÃO AMBIENTAL**

**CAPITULO I
SISTEMA ORGÂNICO**

**Artigo 1
Áreas de Actividades**

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental estrutura-se de acordo com as seguintes áreas de actividades:
 - a) Área de Coordenação Inter-sectorial;
 - b) Área de Investigação, Planificação e Gestão Ambiental;
 - c) Área de Planeamento e Ordenamento Territorial;
 - d) Área de Avaliação do Impacto Ambiental;
 - e) Área de Promoção, Educação e Divulgação Ambiental;
 - f) Área de Inspeção e Fiscalização.

**Artigo 2
Estrutura**

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental tem a seguinte estrutura:
 - a) Inspeção Geral;
 - b) Direcção Nacional de Gestão Ambiental;
 - c) Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial;
 - d) Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental;
 - e) Direcção Nacional de Promoção Ambiental;
 - f) Direcção de Planificação e Estudos;
 - g) Direcção de Recursos Humanos;
 - h) Direcção de Administração e Finanças;
 - i) Departamento de Cooperação Internacional
 - j) Gabinete Jurídico;
 - k) Gabinete do Ministro.
2. A nível local, o sector estrutura-se de acordo com as disposições da Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio e demais legislação relativa aos órgãos locais do Estado.

Artigo 3
Instituições Subordinadas e Tuteladas

1. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental tem como instituições subordinadas:
 - a) Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras (CDS-ZONAS COSTEIRAS);
 - b) Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Urbanas (CDS-ZONAS URBANAS);
 - c) Centro de Desenvolvimento Sustentável para os Recursos Naturais (CDS-RECURSOS NATURAIS).
2. É instituição tutelada pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, o Fundo do Ambiente (FUNAB).

CAPITULO II
FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS

Artigo 4
Inspecção Geral

São funções da Inspecção Geral:

- a) Controlar o cumprimento dos diplomas legais pelos órgãos do Ministério e garantir o cumprimento das normas do segredo do Estado;
- b) Realizar, de forma periódica e planificada, inspecções sobre processos e procedimentos administrativos e financeiros dos órgãos centrais, locais e instituições tuteladas, apresentando relatórios e propostas de melhoramento;
- c) Assegurar a observância das normas estabelecidas para a gestão de recursos humanos e inspeccionar a gestão dos recursos materiais e financeiros do Ministério;
- d) Realizar ou controlar processo de auditoria, fiscalização, inquérito, sindicância e disciplinares que lhe forem superiormente acomedidos;
- e) Controlar o nível de atendimento ao público e o tratamento dado às petições apresentadas aos órgãos do Ministério, recomendando acções correctivas;
- f) Realizar, em coordenação com os organismos de tutela das actividades, o controlo e fiscalização das actividades licenciadas;
- g) Zelar pela observância das leis, normas e regulamentos relativos ao ambiente;
- h) Accionar os mecanismos legais para, em coordenação com as entidades competentes, embargar, mandar destruir obras ou cancelar actividades que degradam a qualidade do ambiente;

- i) Exercer outras funções que lhe sejam cometidas por despacho do Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.

Artigo 5
Direcção Nacional de Gestão Ambiental

São funções da Direcção Nacional de Gestão Ambiental:

- a) Propôr políticas, planos e normas para o uso correcto das componentes ambientais e de controlo da qualidade do ambiente;
- b) Promover programas globais e integrados de avaliação da qualidade do ar, água, solos e outros componentes ambientais;
- c) Propôr o estabelecimento de normas de qualidade ambiental e promover a sua implementação;
- d) Participar na definição de indicadores de desenvolvimento sustentável;
- e) Promover acções de conservação ambiental, visando em particular a conservação da biodiversidade, gestão sustentável das áreas sensíveis ou protegidas e a reabilitação de áreas degradadas;
- f) Promover a gestão integrada e sustentável das áreas urbanas e costeiras.

Artigo 6
Direcção Nacional do Planeamento e Ordenamento do Território

São funções da Direcção Nacional do Planeamento e Ordenamento do Território:

- a) Propôr políticas e legislação pertinentes ao ordenamento territorial;
- b) Estabelecer normas, regulamentos e directrizes para as acções de ordenamento territorial;
- c) Estudar e propôr a melhor localização de empreendimentos e projectos de desenvolvimento de grande vulto;
- d) Promover e monitorar a execução dos instrumentos de gestão territorial a nível nacional, provincial, distrital e das autarquias locais;
- e) Homologar os instrumentos de gestão territorial a nível nacional, provincial, distrital e das autarquias locais;
- f) Promover e participar nos estudos e projectos de requalificação dos bairros informais;
- g) Promover, programar e realizar acções de formação e capacitação em matérias de ordenamento do território a nível local e das autarquias locais;
- h) Assessorar os órgãos locais na elaboração, implementação, controlo e gestão do uso e aproveitamento da terra;
- i) Avaliar, monitorar e promover experiências relacionadas com aspectos de gestão territorial nas comunidades;
- j) Emitir pareceres técnicos sobre os instrumentos de gestão territorial a nível nacional, provincial, distrital e das autarquias locais.

- k) Emitir pareceres técnicos sobre processos de atribuição do direito de uso e aproveitamento de terra para as zonas rurais, povoações, vilas e cidades onde não hajam instrumentos de gestão territorial aprovados;
- l) Promover e conceber projectos experimentais e de demonstração na área do ordenamento territorial;
- m) Participar na classificação e hierarquização dos distritos e dos assentamentos humanos;
- n) Participar nas acções de reassentamento da populações derivadas da implementação de projectos de desenvolvimento e da ocorrência de calamidades naturais;
- o) Participar na definição da divisão territorial do país.

Artigo 7

Direcção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental

São funções da Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental:

- a) Propor legislação apropriada para orientar a implementação e gestão ambiental de actividades potencialmente degradadoras do meio ambiente;
- b) Realizar o licenciamento ambiental das actividades potencialmente degradadoras do meio ambiente;
- c) Conceber e implementar projectos-piloto de avaliação dos impactos ambientais cumulativos nas principais áreas de desenvolvimento económico;
- d) Gerir e coordenar o processo de avaliação do impacto ambiental;
- e) Preparar e emitir directivas gerais e específicas sobre o processo de avaliação de impacto ambiental;
- f) Proceder, em colaboração com as entidades públicas, privadas interessadas e sociedade civil, a revisão dos estudos ambientais no âmbito da avaliação de impacto ambiental;
- g) Promover a monitoria dos impactos ambientais e a realização de auditorias ambientais a empreendimentos susceptíveis de causar danos ao ambiente;
- h) Aprovar os termos de referência específicos apresentados pelos proponentes das actividades de desenvolvimento, que servirão para orientar a realização dos estudos de impacto ambiental;
- i) Registar e manter o cadastro dos profissionais e empresas de consultoria habilitados a realizar estudos de impacto ambiental e auditorias ambientais;
- j) Proceder à avaliação ambiental estratégica, de políticas, planos e programas.

Artigo 8
Direcção Nacional de Promoção Ambiental

São funções da Direcção Nacional de Promoção Ambiental:

- a) Promover a divulgação dos instrumentos produzidos pelo Ministério, pertinentes a uma correcta gestão ambiental;
- b) Coordenar e executar programas e acções educativas orientadas para a promoção da participação da sociedade civil na conservação do ambiente, visando um desenvolvimento sustentável;
- c) Colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na planificação curricular de temáticas ambientais no ensino, na formação de professores e na produção de material didáctico;
- d) Promover e realizar acções de formação e informação sobre temáticas ambientais;
- e) Promover e desenvolver programas de divulgação ambiental, em cooperação com os órgãos de comunicação social, com base na produção de material escrito, áudio-visual e outro;
- f) Editar boletins e brochuras sobre temas do ambiente e desenvolvimento sustentável;
- g) Promover e coordenar estudos sobre a educação e divulgação ambientais;
- h) Garantir a manutenção e desenvolvimento de um centro de documentação e informação na área do ambiente e desenvolvimento sustentável;
- i) Estabelecer e manter actualizado um banco de dados nacional sobre o ambiente.

Artigo 9
Direcção de Planificação e Estudos

São funções da Direcção de Planificação e Estudos:

- a) Coordenar e globalizar propostas de políticas gerais do Ministério a curto, médio e longo prazos;
- b) Preparar e apresentar, anualmente, o relatório da integração da agenda ambiental nos sectores chaves do PARPA;
- c) Assegurar a definição de indicadores de desempenho do Ministério e indicadores de desenvolvimento sustentável;
- d) Participar na preparação dos planos de desenvolvimento económico e social do país a curto, médio e longo prazos;
- e) Harmonizar os planos de actividades dos diferentes órgãos internos do Ministério;
- f) Promover e coordenar estudos, que ilustrem e conduzam ao fortalecimento institucional do sector do ambiente;
- g) Realizar estudos que conduzam à elaboração de programas e projectos específicos de desenvolvimento sustentável;

- h) Proceder à monitoria e avaliação da implementação das políticas, programas e projectos aprovados;
- i) Assegurar a ligação entre ambiente e pobreza;
- j) Assegurar a criação e manutenção de um banco de dados para fins de estatística ambiental;
- k) Coordenar as actividades de gestão da rede informática do Ministério.

Artigo 10
Direcção de Recursos Humanos

São funções da Direcção de Recursos Humanos:

- a) Planificar, coordenar e assegurar a selecção, gestão e formação dos funcionários do Ministério, bem como a contratação de trabalhadores nacionais e estrangeiros, de acordo com o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação aplicável;
- b) Coordenar e globalizar os processos de formulação e de execução de políticas e estratégias de desenvolvimento de recursos humanos;
- c) Elaborar e fazer aprovar o quadro do pessoal, os qualificadores profissionais específicos e as normas de avaliação do desempenho dos funcionários e contratados do Ministério;
- c) Coordenar e controlar as acções de assistência social aos funcionários do Ministério.

Artigo 11
Direcção de Administração e Finanças

São funções da Direcção de Administração e Finanças:

- a) Assegurar as funções de administração geral necessárias ao correcto funcionamento do Ministério;
- b) Garantir a observância das normas na aquisição e na inventariação, manutenção e preservação do património afecto ao Ministério;
- c) Coordenar os processos de elaboração, aprovação, execução, controlo dos orçamentos de funcionamento, investimento e da sua componente externa no âmbito do Orçamento Geral do Estado atribuídos ao Ministério;
- d) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos e demais disposições de natureza jurídico-legal sobre administração e finanças públicas, nomeadamente as normas sobre receitas e despesas, utilização dos bens do Estado e de abate de bens do Estado;
- e) Zelar pela observância das normas de acesso e circulação de pessoas nas instalações do Ministério e dos procedimentos de circulação do expediente geral.

Artigo 12
Departamento de Cooperação Internacional

São funções do Departamento de Cooperação Internacional:

- a) Coordenar acções de cooperação internacional envolvendo o Ministério;
- b) Coordenar e preparar a participação do Ministério em actividades de cooperação internacional;
- c) Sistematizar e priorizar as necessidades de cooperação internacional do Ministério;
- d) Estudar, explorar e divulgar no Ministério e instituições de tutela as possibilidades técnicas, materiais e financeiras de cooperação com as diferentes organizações internacionais;
- e) Avaliar os resultados dos projectos e/ou programas de cooperação regional e internacional na área do ambiente;
- f) Monitorar a participação do Ministério e a implementação das actividades decorrentes de acordos e convenções internacionais;
- g) Desenvolver e manter uma base de dados sobre todos os programas de cooperação internacionais no domínio do ambiente.

Artigo 13
Gabinete Jurídico

São funções do Gabinete Jurídico:

- a) Prestar assessoria jurídica aos dirigentes e órgãos funcionais do Ministério, incluindo a emissão de pareceres sobre actos e normas jurídicas;
- b) Elaborar, em coordenação com os outros organismos do Ministério, projectos de actos normativos relevantes para o Ministério;
- c) Participar, em coordenação com os órgãos competentes, em negociações de acordos e outros instrumentos de natureza jurídica envolvendo o Ministério;
- d) Proceder a investigação de actos relativos ao direito ambiental comparado que possam ser incorporados no direito interno do país;
- e) Compilar e manter actualizado o registo da legislação nacional e internacional, nomeadamente tratados, acordos, protocolos e outros instrumentos susceptíveis de criar ou terem criado obrigações de acção para o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

Artigo 14
Gabinete do Ministro

São funções do Gabinete do Ministro:

- a) Assegurar as actividades de administração, relações públicas e de protocolo necessários ao correcto desempenho do Ministro e do Vice-Ministro, incluindo a preparação das suas agendas;
- b) Assegurar a comunicação adequada com o público e outras entidades, incluindo a verificação dos assuntos dirigidos ao Ministro e Vice-Ministro e a preparação dos despachos;
- c) Transcrever os despachos de natureza confidencial e enviar aos interessados;
- d) Garantir assessoria técnica ao Ministro e Vice-Ministro;
- e) Preparar e secretariar as reuniões dos colectivos convocados pelo Ministro ou Vice - Ministro.

CAPITULO III
COLECTIVOS

Artigo 15
Colectivos

No Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho Coordenador;
- c) Conselho Técnico.

Artigo 16
Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é o colectivo dirigido pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental a quem compete analisar e emitir parecer sobre questões relacionadas com as actividades, políticas de desenvolvimento na área do ambiente, bem como efectuar o balanço periódico das actividades do Ministério.
2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:
 - a) Ministro;
 - b) Vice-Ministro;
 - c) Secretário Permanente;
 - d) Inspector-Geral;
 - e) Directores Nacionais;
 - f) Directores Nacionais Adjuntos;

11
2
3
4

- g) Chefes de Departamentos Centrais Autónomos;
 - h) Chefes de Gabinete.
3. Podem ser convidados a participar nas sessões do Conselho Consultivo outros técnicos ou entidades a designar pelo Ministro, em função das matérias a tratar.
 4. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que para o efeito for convocado pelo Ministro.

Artigo 17 **Conselho Coordenador**

1. O Conselho Coordenador é o colectivo dirigido pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, através do qual coordena, planifica e controla a acção conjunta dos órgãos centrais e locais do Ministério.
2. O Conselho Coordenador é composto pelos membros do Conselho Consultivo, pelos dirigentes provinciais responsáveis pelo sector do ambiente e chefes dos departamentos centrais.
3. Podem ser convidados a participar nas sessões do Conselho Coordenador outros técnicos ou entidades a designar pelo Ministro.
4. O Conselho Coordenador reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, quando autorizado pelo Presidente da República.

Artigo 18 **Conselho Técnico**

1. Conselho Técnico é o colectivo que assiste o Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental nas questões técnicas de especialidade do sector, tendo como função estudar e emitir pareceres sobre aspectos importantes de carácter técnico-científico relacionados com a actividade do Ministério.
2. Fazem parte do Conselho Técnico, os especialistas e técnicos de reconhecida competência pertencentes ao quadro do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, designados por despacho do Ministro.

Artigo 19 **Colectivos de Direcção**

Nos demais níveis de direcção, funcionam os colectivos de apoio aos seus responsáveis, os quais integram os seus colaboradores directos, podendo integrar técnicos por si designados.

**CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÃO FINAL**

**Artigo 20
Regulamentos Internos**

Compete ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental aprovar os regulamentos internos das unidades orgânicas do Ministério.

Aprovado pelo Conselho Nacional da Função Pública.
Maputo, 19 de Outubro de 2005.

O Presidente do Conselho Nacional da Função Pública

Lucas Chomera Jeremias
(Ministro da Administração Estatal).

ANEXO (C): Artigo que demonstra a fraca gestão costeira na zona sul, com um CDS - ZC, em Xai-Xai. Tal é exemplo vivo de uma gestão potencial. Área coberta pelo Projeto de Grande Maputo com orçamentos das Agências doadoras.

Macaneta na iminência de ser engolido pelo Índico

JOÃO FUMO

O BANCO de areia da Península de Macaneta que separa o leito do rio Incomati das águas do Oceano Índico está na iminência de romper a qualquer momento provocando a junção dos dois cursos de água, facto que poderá resultar numa crise ambiental sem precedentes com impacto não só na praia de Macaneta, vila-sede do distrito de Marracuene, como em quase toda a zona costeira da cidade de Maputo.

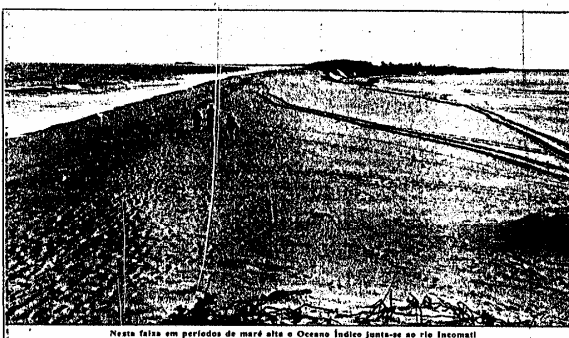
A Península de Macaneta funciona como a primeira barreira de protecção contra a erosão costeira de Maputo resultante do impacto das ondas do Oceano Índico.

Segundo pôde constatar a nossa Reportagem, uma parte da faixa do banco de areia da península de Macaneta encontra-se num nível acentuado de desgaste a ponto de permitir a passagem das águas do mar para o leito do rio Incomati, particularmente no período de maré alta.

Alguns ambientalistas abordados a propósito pelo "Notícias" indicaram que a junção dos dois cursos de água poderá acontecer a qualquer momento, quer seja por efeito natural do processo erosivo em curso, quer por qualquer alteração atmosférica com acção sobre as águas do Oceano Índico junto à praia de Macaneta.

Mas também se aponta a acção do Homem, particularmente dos turistas na sua maioria sul-africanos que com as suas viaturas a tracção a quatro rodas, vagueiam a seu bel-prazer nas dunas da península, destruindo a vegetação e a distribuição das areias.

O fenómeno de destruição por acção erosiva da zona costeira da Península de Macaneta, incluindo da própria vila-sede do distrito de Marracuene não é algo novo. Já em 1996, a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Departamento de Engenharia Rural da Universidade Eduardo Mon-



Nesta faixa em períodos de maré alta o Oceano Índico junta-se ao rio Incomati

dilane (UEM), representou um estudo que indicava que aquela zona estava em perigo permanente de destruição como consequência de erosão dos solos que ameaçava fazer ruir algumas infra-estruturas económicas e sociais.

O estudo recomendava na altura a tomada urgente de medidas para travar a progressão da erosão naquele ponto que ameaçava com consequências catastróficas o meio ambiente e a própria sobrevivência do Homem.

Na altura, o grupo que realizou o estudo indicava que os problemas ambientais na vila-sede do distrito de Marracuene e na zona da praia de Macaneta, se estendiam por uma extensão de cerca de 12 quilómetros e resultavam fundamentalmente da acção humana, nomeadamente o derrube de árvores e de outro tipo de vegetação para lenha e produção de carvão, entre outros fins.

Sobre a zona peninsular de Macaneta, o estudo realizado sob solicitação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e apresentado em 1996, referia que havia intervenção humana no sentido negativo, porquanto havia uma circulação descontrolada de turistas sobre as dunas, destruindo a vegetação que funciona como protector do movimento superficial de terras.

Como consequência da situação, aliada às acções dos

ventos fortes que sopram do mar para o continente, por um lado, e do arrasto de barcos de pesca e de recreio, por outro, para além da circulação de viaturas.

Em consequência, o rio Incomati foi alargando o seu leito em direcção ao mar, ameaçando juntar-se-lhe. Aliás, esta situação já é um facto. Informações colhidas pela nossa Reportagem na sua recente deslocação a Macaneta, nos últimos anos, o leito do Incomati aumentou cerca de 35 metros.

À montante, assiste-se há vários anos a um processo de intrusão salina que, conforme alguns residentes de Macaneta está a ter um impacto negativo no desaparecimento de algumas espécies no Incomati, além da salinização dos solos que estão a baixar de qualidade, particularmente para a produção agrícola, com todas as consequências daí decorrentes sobretudo, em prejuízo da população local e de alguns produtores que exploram a zona baixa de Marracuene irrigada com as águas daquele rio.

COMPLEXO MACANETA EM RISCO DE DESAPARECER

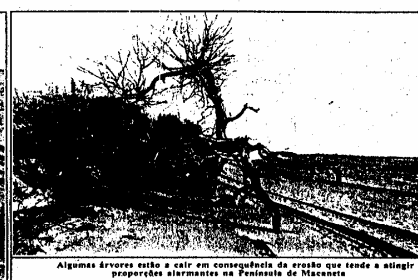
Em consequência da erosão que afecta a praia de Macaneta, o complexo turístico do mesmo nome, construído entre 1972 e 1974 está na iminência de desaparecer "engolido" pelas águas. Américo Dalpate, proprietário daquele empreendimento, o primeiro a ser erguido naquela zona, está de há uns

tempos a esta parte a encetar diligências em várias instituições do Estado no sentido de encontrar apoio para estancar a erosão que de forma galopante ameaça a deitar abaixo aquilo que considera de sonho do seu falecido pai, Dalpate Ambaramo.

A erosão, segundo o próprio contou, já empurrou o leito do rio Incomati para cerca de 4 metros do Complexo Turístico Macaneta, quando há sensivelmente 5 anos tal distância era de 20 metros.

Numa exposição endereçada ao ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, a 18 de Abril último, Américo Dalpate, refere numa das passagens que além da influência directa sobre o seu estabelecimento comercial, já começou a invasão das águas do mar para o rio Incomati, pois as barreiras em estacas de madeira feitas nos princípios desta década foram desvastadas pela fúria das ondas do mar que descarregam as águas para o rio, o que "a continuar irá acarretar consequências nefastas graves não só para a actividade turística, como também para a agricultura local, incluindo a da Açucareira Marragra devido à salinidade da água do rio misturada com a do mar".

Em Julho de 1994, face à tendência de aceleração da erosão naquela zona, Américo



Algumas árvores estão a cair em consequência do esvazio que tende a atingir proporções alarmantes na Península de Macaneta

Dalpate, segundo contou à nossa Reportagem, fez uma exposição ao presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente, na qual além de relatar o problema ora vigente, apresentava algumas sugestões para a minimização da situação.

Apontou a necessidade de conservação e reconstrução do mangal e da cobertura vegetal, execução de um aterro com materiais estabilizantes nas margens esquerda do rio Incomati, numa extensão de sensivelmente 1200 metros, regularização da faixa lateral da margem e a construção de um muro de contenção do tipo "muralha" em materiais de construção sólidos com estrutura de betão armado. Ao mesmo tempo que sugeria a elaboração de estudos técnicos por serem consideradas obras de engenharia hidráulica especial.

Entretanto, além destas instituições ligadas à área de ambiente, Américo Dalpate enviou desde 1994 a esta parte, cartas a outras instituições do Estado, nomeadamente, aos governos distrital de Marracuene e da província do Maputo.

Na sequência, em Janeiro de 1998 o então governador da província do Maputo, Soares Nhaca, depois de visitar o distrito de Marracuene e ter constatado os graves problemas de erosão na praia de Macaneta, enviou um ofício ao titular da pasta de Coordenação da Acção Ambiental, John Kachamila, solicitando uma intervenção urgente deste ministério com vista a debelar o perigo à vista naquela zona costeira.

No entanto, segundo declarações prestadas ao nosso Jornal por Américo Dalpate, dessa

(2) →

MICOA e o difícil acesso às fontes

Entretanto, na preparação desta reportagem, o "Notícias" por diversas vezes procurou ouvir diversas sensibilidades e instituições ligadas ao assunto, uma delas o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Durante três dias consecutivos a equipa de Reportagem passou pelas direcções nacionais de Gestão Ambiental, Avaliação e Impacto Ambiental, e Gestão de Recursos Naturais.

Infelizmente em nenhuma destas direcções a nossa Reportagem logrou os seus intentos, isto porque as pessoas indicadas para prestar declarações se encontravam ausentes, noutras direcções, incluindo departamentos não eram indicados para falar do problema, pese embora ser um assunto que directa ou indirectamente tem haver com as suas actividades.

Em conclusão, contra a nossa vontade, ficaram por ser feitos muitos esclarecimentos sobre esta problemática que vem sendo levantada desde os anos 90.

movimentação recebeu algumas respostas encorajadoras por parte de algumas instituições, mas também desmotivantes da parte de outras, como por exemplo, a resposta que recebeu de uma instituição que se recusou a revelar o nome, a recomendar-lhe a recorrer ao crédito bancário para execução de um aterro estabilizante na margem esquerda do rio Incomati.

Segundo nos contou, a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Naturais, no Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), em Outubro de 1997, em resposta ao requerimento por ele submetido, disse que estava a desenhar soluções viáveis técnica e financeiramente, ao mesmo tempo que estava a coordenar esforços para solucionar o problema. Porém, segundo disse nada foi feito até hoje.

PRIMEIRA BARREIRA DE PROTECÇÃO DE MAPUTO

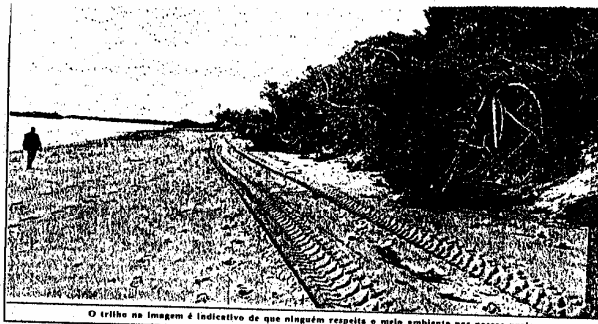
A Península de Macaneta, de acordo com informações facultadas ao nosso Jornal por alguns ambientalistas, entendidos na matéria, constitui a primeira de protecção contra erosão costeira da cidade de Maputo, sendo que a sua destruição poderá afectar negativamente algumas zonas da baía, como seja os bairros de Costa do Sol, Triunfo, Pescadores e Mahotas. Com efeito, o problema não pode ser visto como sendo apenas do distrito de Marracuene.

Segundo as mesmas fontes, para resolver, por exemplo, o problema de erosão na praia da Costa do Sol, é preciso actuar bem longe de Maputo, nomeadamente nas barragens instaladas sobre os rios do sul, de maneira a permitir que o fluxo de água seja constante e com capacidade de transportar sedimentos (areias que forram as praias de Maputo).

"(...) é preciso actuar na Macaneta, pois esta península funciona como um guarda-chuva, uma barreira de protecção. Aliás é a primeira barreira de protecção contra a erosão costeira da cidade de Maputo. Se o banco de areia que forma a península romper-se, basta num ponto, o efeito vai sentir sobre a costa da capital do país", disse um dos ambientalistas abordados pela nossa Reportagem que salientou que se isso acontecer a situação será catastrófica.

"Se esta duna desaparece Maputo fica exposto à acção directa da ondulação e dos ventos que transportam a força erosiva do mar. Portanto, a erosão de Maputo vai ser multiplicada por um factor que não se sabe qual. O que é preciso ficar claro é que o problema não é só de Macaneta, o problema por arrasto é na cidade de Maputo".

Segundo as nossas fontes, para se combater o problema de erosão na cidade de Maputo de uma maneira científica e estudada é preciso haver medidas de proibição de uso de veículos nas barreiras, proibição absoluta de abate de árvores na Península de Macaneta.



O trilho na imagem é indicativo de que ninguém respeita o meio ambiente nas novas praias.

CAUSAS DO PROBLEMA

De acordo com as nossas fontes, o problema que se verifica na Península da Macaneta é resultado da diminuição do fluxo de sedimentos (areia e argila)

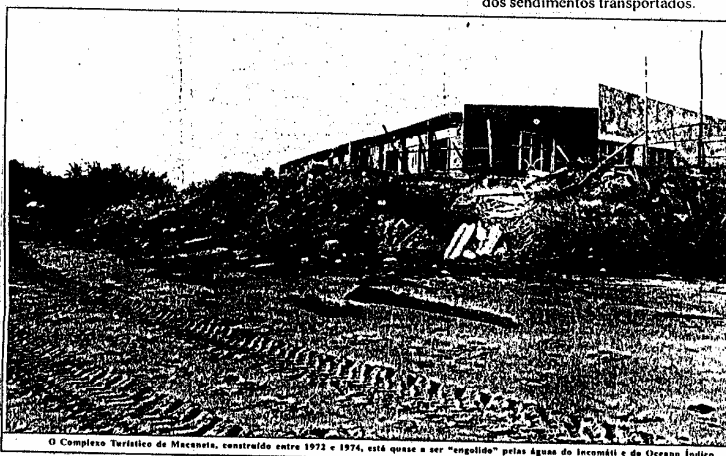
transportados dos rios Tembe, Umbelúzi e Incomati e Maputo para o mar. Estes sedimentos são os responsáveis pela constituição dos bancos de areia junto à costa.

A sua redução pode resultar das secas cíclicas que afectam a região sul, além da própria acção do homem nos seus projectos

de construção de diques e barragens para a retenção da água para os mpis variados fins.

Conforme explicações dadas à nossa Reportagem, há algumas dezenas de anos, por causa da construção de barragens ou diques para o aproveitamento da água dos rios, o transporte de sedimentos diminuiu. "É como se houvesse um défice no número de camiões de areia para a baía de Maputo para realimentar o processo natural de reenchimento das praias".

Assim, no conflito natural que sempre existiu entre forças que empurram sedimentos do mar para os rios e vice-versa, o mar sai neste momento a ganhar devido à redução dos caudais dos rios que consequentemente influem no nível quantitativo dos sedimentos transportados.



O Complexo Turístico de Macaneta, construído entre 1972 e 1974, está quase a ser "engolido" pelas águas do Incomati e do Oceano Índico

Fonte: Jornal Notícias do dia 13/05/2005, rubrica: primeiro plano, pág.2.

ANEXO (D) - A gestão costeira potencial resulta numa eminente desgraça na vila de Marracuene há 30 km da cidade de Maputo.

DESGRACAS À VISTA, AO LADO DA CAPITAL

Águas do rio Incomáti engolem vila de Marracuene

• Governo distrital sem fundos para conter a erosão

RAUL SENHA

No tempo colonial, a actual vila de Marracuene era designada por Vila Luisa e foi rebaptizada de Marracuene após a independência nacional, em 1975. Hoje, quem chega àquela vila, situada a 30 quilómetros da capital do País, nota que em tempos conservou uma beleza extraordinária.

Embora a vila esteja em degradação constante, ainda são visíveis alguns sinais que tornavam a vila de Marracuene um dos destinos obrigatórios para aqueles que, em tempos livres, gostavam de relaxar e desfrutar daquilo que a natureza oferece.

Hoje, o cenário é triste e lamentável, mas é uma realidade que a única coisa que resta na vila de Marracuene são edifícios degradados, a maioria deles reduzidos a escombros.

A erosão é um dos principais males que assola aquela vila, cujos responsáveis são algumas acções dos próprios residentes da zona, que destroem edifícios públicos e privados, residências, estradas e põem em risco a vida de milhares de pessoas.

Alberto Magaia, porta-voz do Governo distrital de Marracuene, conta que a vontade do contar o mal não falta, da parte do seu executivo, mas o dinheiro, esse, é que não existe.

Sem falar do montante necessário, Magaia disse que é muito dinheiro, que está muito abaixo daquilo que são as capacidades do Governo local. O nosso interlocutor

As águas do rio Incomáti estão a engolir a sede distrital de Marracuene, com efeitos de erosão dramáticos à vista e a vida de milhares de pessoas em risco. São crateras abertas, casas a desabar, ruas e estradas a serem destruídas. O Governo distrital diz que está a par do cenário, mas debate-se com a falta de meios materiais e financeiros para combater o mal. As acções do homem são tidas como sendo os principais responsáveis da situação em que se encontra a vila, porque, mesmo com trabalhos de sensibilização e educação, o homem continua a destruir os protectores da erosão. O distrito de Marracuene possui uma população estimada em 49.598 habitantes numa superfície de 838 quilómetros quadrados divididos em dois postos administrativos.



As águas do rio Incomati assolando a vila de Marracuene

revelou-nos que o Governo central enviou uma equipa de técnicos para fazer o

levantamento de dados necessários para pôr fim à erosão.

Os resultados não foram divulgados, mas transpirou ao executivo distrital que antes de

arrancar com as obras de protecção dos solos, é preciso reabilitar o sistema de

As razões são várias, contudo destacam-se a falta de capacidade por parte dos pequenos agricultores e a falência das empresas estatais que anteriormente se dedicavam à agricultura.

Soubemos do porta-voz do Governo distrital que o distrito de Marracuene passou por momentos maus devido à seca, mas com as chuvas que caem ultimamente nos últimos meses no País, a situação mudou para melhor.

Diferentemente do que se verificava até meados de Janeiro, nos últimos dias já não se fala de bolsas de fome naquele distrito da província de Maputo.

Alberto Magaia explicou fornecer números de pessoas ameaçadas pela fome, alegando que não os possuía. Reconheceu que a fome devastou o distrito, mas o cenário foi diferente de outros pontos.

É que segundo conta o nosso interlocutor, o distrito tem duas áreas agrícolas, uma na zona baixa e vulnerável às cheias, mas aproveitável no tempo seco, e outra na zona alta o útil no tempo chuvoso.

"No tempo em que não chovia, as populações recorriam às zonas baixas para a prática de agricultura e neste período estão as zonas altas.

Esta multiplicidade faz com que as nossas populações tenham alternativas de sobrevivência", disse. O nosso entrevistado contou que as autoridades distritais andam preocupadas por causa das culturas plantadas na zona baixa, visto que a qualquer momento podem ficar submersas.

É que, o distrito de Marracuene é atravessado pelo rio Incomáti que nasce na vizinha África do Sul. Neste momento das chuvas, os sul-africanos descarregam as suas barragens e Moçambique fica prejudicado com isso, por se localizar numa zona baixa.

A actividade pecuária é outra área em que o distrito tem grandes potencialidades, mas não é muito aproveitada; embora a população bovina cresça de forma satisfatória, ainda não satisfaz as necessidades da zona. A guerra de desestabilização que devastou o País durante 16 anos é apontada como sendo a principal causa do reduzido efectivo de bovinos e de outras espécies de gado.

O censo animal de 2005 arrolou seis mil cabeças oficialmente registadas no distrito, duas vezes acima daquilo que era o efectivo em 2003.

saneamento e de drenagem de águas pluviais, que não funciona há décadas.

"A nossa vila está degradada, o sistema de saneamento e de drenagem de águas pluviais não foge à regra. Por isso, antes de se começar com as obras de protecção das barreiras é preciso reabilitar o sistema de drenagem, mas o dinheiro esse não existe", disse Magaia.

Para o porta-voz do Governo distrital, é uma verdade que cabe ao Governo criar condições para impedir a progressão da erosão, mas a população também não colabora. Na óptica de Alberto Magaia, a população de Marracuene também é responsável pela situação em que se encontra a vila. Referiu que esta população propositalmente retira árvores plantadas nas barreiras e nas margens do rio Incomáti.

"A nossa população é sensibilizada e informada sobre os perigos que corre quando tira árvores das barreiras e mangais no rio Incomáti, mas não acata as nossas orientações e dobra cada vez mais a já precária situação vivida", salientou Magaia.

Agricultura: um potencial mal aproveitado

O cenário que caracteriza a vila de Marracuene é o mesmo que se verifica em quase todos os cantos deste vasto Moçambique. Muita riqueza debaixo do subsolo, terras férteis, belezas paisagísticas invejáveis e vários recursos florestais e faunísticos, mas as respectivas populações vivem numa pobreza total.

ANEXO (E): Um exemplo de desmandos dos turistas sul-africanos sobre as áreas turísticas do país, com, aparentemente, convivência de alguns funcionários de Estado.

NA PONTA D'OURO MONTANHA DE TELMINA PEREIRA PARIURATO

Comissão de Guebuza não vai destruir as 31 casas

– “Boers” gastaram 300 mil rands subornando funcionários do Estado

CARLOS ANDRÉ

Segundo fontes daquela comissão, as irregularidades constatadas foram muito mais acima das reveladas pela governadora e avançaram que a vontade da governadora de destruir as trinta e uma casas não será concretizada. Seria a primeira vez que um dirigente sénior iria implementar uma medida dura e exemplar para punir prevericadores, mas logo a partida foi “amputada” e a sua montanha vai “parir” um rato.

“Houve várias irregularidades de todo o tipo e nível que a comissão constatou muito acima daquelas denun-

Uma comissão inter-ministerial mandatada pelo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza face às crassas irregularidades denunciadas por Telmina Pereira, governadora da província do Maputo há cerca de três semanas e reportadas pela imprensa moçambicana, foi “despacha” na Terça-feira da semana passada para Ponta D'ouro, distrito de Matutuíne, para o apuramento da verdade das denúncias da número “1” do Maputo. Fontes daquela comissão disseram ao ZAMBEZE que a vontade da governadora de se destruir as trinta e uma casas não será concretizada para evitar afugentar investimentos estrangeiros no País.

ciadas pela governadora, mas nós como comissão não vamos recomendar a destruição daquelas casas. As razões é que Moçambique ainda precisa de muitos investimentos e a enveredarmos pela destruição, estaríamos a afugentar investidores que, para o caso das trinta e uma casas nem

são culpados”.

Acrecentou que durante o trabalho multisectorial, “um dos sócios do mesmo empreendimento em causa disse à comissão que gastou 300 mil rands subornando funcionários seniores de diversas instituições do Estado, que lhe garantiram que nada iria lhe acontecer de

mal”, vincularam duas fontes diferentes da referida comissão em ocasiões separadas, admitindo que se os mentores directos das irregularidades forem responsabilizados, poderão ser destituídos dos seus cargos.

A comissão que regressou esta semana a capital era composta por vinte e dois

elementos de vários ministérios, desde os Ministérios do Turismo, Administração Estatal, Agricultura, Interior, Finanças, Indústria, Comércio, Ambiente entre outros e trabalhou em todas as estâncias turísticas da Ponta D'ouro e concluiu que a zona turística da Ponta D'ouro está prenhe de irregula-

ridades cometidas deliberadamente por certos funcionários de Estado.

A comissão trabalhou sob forte sigilo e as informações colectadas não podem ser difundidas pela comunicação social moçambicana, pois podem alimentar várias correntes e a oposição em particular tirar proveito do assunto. No terreno, um jornalista de uma imprensa pública quis reportar o assunto, mas foi chamada à atenção para não o fazer.

Actualmente auferido no País

Salário mínimo só paga 40% das necessidades básicas

(Maputo) O salário mínimo em vigor no País representa menos de 40% das necessidades básicas, sem incluir serviços como transportes, educação, saúde, e ainda outros.

De acordo com Joaquim Fanheiro, Secretário Geral da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical (OTM – CS), o actual salário mínimo está longe de assegurar condições de vida dignas para o trabalhador e sua família.

Fanheiro prestou estas declarações à margem da abertura, ontem, da semana comemorativa do 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, que este ano se assinala sob o lema “Trabalhadores moçambicanos na luta contra o HIV/Sida”.

O secretário geral da OTM – CS assegurou que o movimento sindical continuará a lutar por políticas salariais que possam concorrer para a justa remuneração do trabalho que, na sua opinião, constitui uma das componentes do combate à pobreza.

O representante sindical referiu ainda que é objectivo da OTM – CS desenvolver negociações colectivas nas

empresas para que sejam estabelecidas condições de trabalho e emprego melhores do que as que são actualmente estabelecidas por Lei.

Uma das preocupações demonstradas pelo movimento sindical é a acelerada falência de empresas moçambicanas e a consequente perda de postos de trabalho.

Recorde-se que em 2004, segundo dados avançados pela OTM – CS, cerca de 11 mil e 955 trabalhadores perderam os seus postos de trabalhos, como consequência de despedimentos maciços, encerramento de empresas e processos de reestruturação e rendimento pessoal.

Face a este cenário Fanheiro aclarou que a sua organização reafirma que o desenvolvimento económico só poderá ser conseguido através de políticas de incentivo aos investimentos no sector produtivo, de modernização e fortalecimento da competitividade das empresas existentes e promoção de um empresariado nacional mais agressivo.

Relativamente à escolha do lema para as comemorações do 1º de Maio do presente ano, “trabalhadores moçambicanos na luta contra o HIV/Sida”, Fanheiro referiu que a escolha resultou da sensibilidade dos trabalhadores em relação ao impacto económico e social da pandemia em Moçambique.

Aquele representante sindical recordou os números negros da infecção no País: ou que mais de 1.400 000 moçambicanos vivem como vírus de HIV/Sida e mais de 500 podem estar a ser contaminados diariamente.

Fanheiro exortou, entretanto, para que todos os trabalhadores afectos em diversos sectores de actividades económicas e sociais não fiquem alheios a esta situação.

No que concerne à questão da revisão do actual salário mínimo nacional, a fonte esclareceu que a situação ainda está refém da aprovação pela Assembleia da República do Orçamento Geral do Estado e do Plano Económico e Social, documentos que poderão ser discutidos no Parlamento ainda esta semana.

Num outro desenvolvimento, Fanhei-

ro colocou como outra preocupação da OTM – CS; segundo disse, cerca de metade das empresas inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) não canalizam o dinheiro àquela instituição o que, avançou, reflecte-se na vida social dos trabalhadores.

Segundo informações em poder do mediaFAX, a OTM – CS congrega na indústria, agro-pecuária e serviços um total de 139 mil e 151 trabalhadores, dos quais 94 338 são sindicalizados. (Benedito Luis)

ANEXO (F): A Exploração desenfreada dos recursos florestais degrada os recursos naturais em Niassa, província nortenha do país.

No Niassa

Ambientalistas estão preocupados com a degradação do ambiente

Cerca de 80 milhões de dólares norte-americanos estão a ser investidos em dois projectos de reforestamento e exploração florestal na província nortenha do Niassa. O dinheiro foi disponibilizado pelo governo da Suécia, no âmbito da sua cooperação com o governo provincial do Niassa.

O director do programa Malonda, Inocêncio Sotomane, disse ao nosso jornal que, numa primeira fase, os projectos abrangem os distritos de Muembe, Lichinga e Sanga e vão ser implementados num período de 20 anos, posteriormente será abrangido o distrito de Majune. O programa Malonda abarca diversos aspectos da vida socioeconómica do Niassa e a sua implementação visa impulsionar o desenvolvimento da província.

Sotomane referiu que 500 mil dólares já foram aplicados em trabalhos de delimitação das áreas abrangidas pelos

dois projectos e noutras actividades afins. Há cerca de 15 dias realizou-se em Lichinga uma jornada de plantio de árvores numa área de 100 hectares.

Entidades ligadas ao meio ambiente dizem que práticas agrícolas inadequadas que se registam um pouco por toda a província do Niassa, e não só, aumentam o risco de desertificação e de erosão, sobretudo em zonas de altitude e muito povoadas.

Por outro lado, a exploração desenfreada de recursos florestais para fins comerciais está a contribuir também para a degradação do ambiente, para além do impacto económico que isso provoca no seio das comunidades.

No caso particular do Niassa, as autoridades governamentais têm denunciado casos de malawianos que entram em território moçambicano para o corte de madeira e lenha sem

a competente autorização. Recentemente, elementos duma comunidade do distrito fronteiriço de Mandimba relataram o caso de um camião que havia entrado no Malawi com dezenas de metros cúbicos de madeira e lenha cortadas ilegalmente em território moçambicano. "Casos destes são frequentes em Mandimba", denunciaram os populares, acrescentando que a lenha é fundamentalmente utilizada na indústria chazeira.

Os dois projectos, para além do plantio de árvores, visam também a educação e sensibilização das comunidades sobre a gestão e utilização sustentáveis dos recursos florestais.

Os ambientalistas pretendem que cada árvore cortada seja substituída pelo menos por duas outras, "porque se não fizermos isso estamos a pôr em causa o futuro das gerações vindouras".

Quelimane monta fábrica de descasque de arroz

Uma unidade industrial de descasque de arroz vai ser instalada ainda este ano nos arredores da capital provincial da Zambézia, Quelimane, numa iniciativa pertencente a investidores sul-africanos e moçambicanos, interessados em explorar o enorme potencial orizícola da região.

Foi Luís Kwengwe, da delegação do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ) em Quelimane, que deu a informação, acrescentando que uma missão desses investidores está já a trabalhar na preparação das condições para materializar o projecto. É um investimento inserido nos esforços do GPZ para o desenvolvimento da região do vale do rio Zambeze. Além da unidade de processamento de arroz, os investidores prometem também instalar uma fábrica de processamento de citrinos, bem como incrementar a criação de gado bovino e caprino, esta última actividade seriamente afectada pela guerra terminada em 1992.

Kwengwe manifestou-se satisfeito com esta iniciativa, "porque constituiu sempre uma preocupação do GPZ encontrar um local para montar uma fábrica de descasque de arroz e outra de aproveitamento da fruta, particularmente do abacaxi".

Na Zambézia está já em curso um programa de produção de arroz em grande

escala, com o envolvimento de técnicos da Índia, cuja vinda a Moçambique se insere na cooperação sul-sul, isto é, entre países em desenvolvimento.

Cerca de 250 hectares fundamentalmente destinados à produção de arroz estão disponíveis no regadio de Mucelo, no distrito de Nicoadala. O regadio foi reabilitado no âmbito de um projecto financiado pela Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), orçado em cerca de um milhão de dólares norte-americanos.

O projecto está a possibilitar uma produção de arroz em grande escala, com um rendimento que em alguns casos atinge oito mil toneladas por hectare. A assistência da FAO inclui ainda um apoio às associações de produtores na aquisição dos *inputs* necessários para a produção de arroz.

A província da Zambézia pode produzir sozinha metade de todo o arroz que se consome em Moçambique. Presentemente, a produção anual deste cereal no nosso país anda à volta das 200.000 toneladas. A meta é que se atinja as 500.000 toneladas nos próximos anos, mas algumas pessoas não acreditam nessa hipótese, por causa dos graves problemas que afectam a agricultura moçambicana,

praticamente desprovida de qualquer apoio financeiro. Nicoadala, Maganja da Costa e o Chinde são alguns dos distritos da província da Zambézia com enorme potencial para a produção de arroz. Os dois primeiros constaram no programa da visita de investidores sul-africanos e moçambicanos à Zambézia. No Chinde está em franco crescimento o programa de fomento pecuário, tanto ao nível do sector familiar como empresarial.

Entretanto, ainda na Zambézia, o governo diz que ao longo do presente quinquénio vai reactivar o Complexo Têxtil de Mocuba, no âmbito de um projecto visando a recuperação dos parques industriais do país, muitos dos quais se encontram inoperacionais há algumas décadas.

"Nós vamos fazer todos os possíveis para encontrar financiamentos para a concretização desse parque, que não vai servir apenas a província da Zambézia mas todo o país, particularmente a zona norte.

"Acredito que vai ser um parque extremamente útil, no sentido de estimular a produção agrícola a nível dos pequenos produtores e do sector familiar", considerou a primeira-ministra Lúcia Diogo a propósito da eventual reactivação do Complexo Têxtil de Mocuba.

Fonte: Jornal o "País" de 5.3.2005, pág.20.

ANEXO (G): Artigo que expressa o questionamento da população da província de Inhambane sobre o impacto e desempenho dos mega-projetos que se desenvolvem na província.

Inhambane

População questiona distribuição da riqueza...

...e argumenta que os macro-projectos existentes pouco impacto têm nas suas vidas e no desenvolvimento da província. Tudo permanece como dantes, antes da existência dos aludidos empreendimentos.

(Maputo) A população da província de Inhambane, no sul do país, questiona a distribuição das rendas resultantes da exploração de vários macro-empreendimentos, localmente existentes.

De acordo com o relatório anual da pobreza referente a 2005 produzido pelo «G-20» (fórum de organizações da sociedade civil que participam no observatório da pobreza) nos inquéritos feitos naquela província foi tónica comum o questionamento do esquema actual de distribuição da renda resultante desses novos e grandes empreendimentos, como a «SASOL», «ENH» e o Aeroporto Internacional de Vilankulos que segundo eles não têm impacto significativo nas suas vidas e no desenvolvimento físico da sua província. O desemprego é elevado. A economia é predominantemente informal e a maioria vive de biscates para além das tradicionais actividades de pesca e agricultura que sempre praticaram antes da existência desses empreendimentos.

A província concentra vários empreendimentos macro, com destaque para a SASOL, a Hidrocarbonetos de Moçambique e o Aeroporto Internacional

de Vilankulos, mas a percepção dominante das gentes de Inhambane é de que a sua contribuição na melhoria das suas vidas continua uma "desilusão".

"A província é um contribuinte de peso no crescimento económico nacional, com a existência de grandes projectos, mas a contribuição destes empreendimentos na melhoria das condições de vida da população ainda é pequena", constata o documento em referência que foi lançado sexta-feira passada em Maputo.

Segundo o mesmo estudo, "a população daquele ponto do país quer saber ainda a estratégia concreta do governo sobre a redistribuição das rendas resultantes da exploração do gás natural de Pandô e de outros empreendimentos do nível macro-económico".

Para além de vários empreendimentos macro, a província de Inhambane possui ainda grandes potencialidades turísticas que contribuem para o crescimento das receitas do Estado, dentre elas hotéis, praias, ilhas, lodges e outros que tornam a província num dos locais mais preferidos por visitantes estrangeiros. (Miguel Munguambe)

Novo monumento de Samora custa os olhos da cara

(MATINAL)

Cerca de 11,2 milhões de randes é o que vai custar o monumento a ser erguido em Mbuzini, no local onde se despenhou o avião transportando Samora Machel e comitiva, a 19 de Outubro de 1986. Este facto foi confirmado hoje pelas autoridades sul-africanas, através do membro do Governo provincial de Mpumalanga, Lebona Mosia.

De acordo com Mosia, o monumento incluirá uma estátua de Samora Machel.

No desastre de Mbuzini pereceram, além do presidente moçambicano, outros 33 funcionários e membros do Executivo que regressavam de uma cimeira, na Zâmbia.

As circunstâncias em que ocorreu a tragédia são ainda hoje objecto de controvérsia, com muitos a não aceitarem as conclusões da comissão de inquérito para apurar a verdade. O Governo do presidente sul-africano, Thabo Mbeki, anunciou recentemente estar na disposição de reabrir o inquérito.

Após o acidente, uma comissão de

inquérito composta por sul-africanos e especialistas estrangeiros, entre os quais se incluíram norte-americanos e neo-zelandeses, concluiu que uma sucessão de erros de pilotagem, indisciplina no cockpit e más condições atmosféricas foram as causas directas da tragédia. Persistem, no entanto, dúvidas sobre um emissor que os serviços secretos sul-africanos teriam alegadamente utilizado para atrair o aparelho para as montanhas de Mbuzini.

O financiamento para o monumento a Samora Machel será repartido entre os orçamentos provincial e nacional, sendo da responsabilidade de activistas anti-apartheid noruegueses a construção da estátua do primeiro presidente de Moçambique, que tomou posse em Junho de 1975, no auge do regime de minoria branca na África do Sul.

Para o governo da província de Mpumalanga - que faz fronteira com Moçambique - o monumento poderá vir a atrair grande número de turistas para a região, e contribuir significativamente para a economia regional. SJ

Fontes: Jornal Matina, 7.06. 2006, (No 99-p.5).

A fechar...

Governo e BCI acordam concessão de crédito aos produtores de vegetais

O Governo moçambicano, através do Ministério da Agricultura, alcançou um acordo com o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) para assegurar uma linha de crédito de sete mil milhões de meteloais (cerca de 200 mil dólares) para apoiar o lançamento da produção de vegetais, particularmente o tomate, nos distritos de Chokwê, e outros circunvizinhos.

O ministro da Agricultura, Tomás Mandlate, disse ontem, durante uma conferência de imprensa, em Maputo, que reconhecendo as dificuldades que os produtores comerciais enfrentam para obter créditos dos bancos comerciais, o Governo achou necessário intervir e partilhar os riscos e recursos para garantir que os produtores tenham os fundos necessários.

Esta acção vem na sequência de uma doação que afectou a produção de tomate nos distritos de Chokwê, na província de Gaza, e outros, na província de Maputo, no Sul do país, onde os agricultores perderam entre 70 e 80% por cento da sua produção, por causa da virose que ataca as plantas.

Mandlate explicou que os agricultores interessados poderão começar a submeter os seus pedidos a partir de 8 de Junho corrente ao BCI, mas realçou que só aqueles que estão registados nas direcções distritais é que são elegíveis, e os empréstimos serão concedidos de acordo com as suas necessidades, sem, no entanto, ultrapassar os 500 milhões de meteloais por cada operação. O dinheiro é reembolsável em três anos, com uma taxa de juros na ordem dos dez por cento.

Levantamentos geográficos na costa

Compra de navio para Moçambique necessita de 15 milhões de dólares

Moçambique precisa de mais de 15 milhões de dólares para aquisição de um navio, que vai permitir fazer levantamentos geográficos ao longo da costa, resultando na elaboração de cartas e mapas mais actualizados.

O director do Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação (INAHINA), Select Mudhovo, disse que a aquisição do navio constitui prioridade, uma vez que dele depende a actualização de dados referentes às áreas ao longo da costa. A fonte falava na tarde de ontem por ocasião da reunião de peritos em hidrografia da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que decorre em Maputo.

Select Mudhovo avançou que actualmente os levantamentos cartográficos estão restringidos aos portos, uma vez que os barcos existentes são muito pequenos e não têm capacidade de navegar no alto mar.

Por outro lado, o INAHINA pretende substituir o navio de balizagem, facto que deverá ocorrer nos próximos cinco anos, uma vez que é um instrumento necessário, sem o qual nenhuma actividade pode ser desempenhada.

Segundo o director do INAHINA, o montante necessário, deverá ser desembolsado pelo Estado moçambicano, uma vez que os doadores não podem financiar projectos de grande envergadura como aquele.

Os peritos da Hidrografia dos países costeiros e ilhas membros da SADC, estão reunidos desde segunda-feira para discutir questões ligadas à gestão de zonas costeiras e segurança à navegação, bem como identificar preocupações que deverão ser apresentadas aos seus parceiros na 3ª reunião internacional de hidrografia, que inicia hoje.

ANEXO (H): Artigo que denuncia a existência de corrupção generalizada em Moçambique.

Em Moçambique

Há corrupção e apropriação do Estado a níveis altos do Governo

- conclui Relatório Americano de Avaliação

"A corrupção floresce em Moçambique porque a responsabilização do governo perante os cidadãos do país e perante a lei não é suficiente, o sistema é facilitado por falta de fiscalização independente da Assembleia da República, por um sistema judicial que coloca a política acima da Lei e por falta de transparência" nesta "democracia eleitoral com um regime monopartidário virtual, um país regido por um quadro legal sofisticado que é implementado selectivamente, e uma economia nacional que transitou de um sistema socialista para um regime em que os interesses empresariais e políticos estão estreitamente interligados"

(Maputo) Chegado de fresco ao país o «Canal de Moçambique» já o tem. É avassalador. Mais: é arrasador. É da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Trata-se de uma "Avaliação da Corrupção em Moçambique". Retracta e põe a nu o cancro endémico a que estão votados os poderes Executivo, Legislativo e Judicial, no país. É a maior denúncia até hoje produzida por uma instituição internacional. Apresenta as conclusões de uma avaliação da corrupção efectuada por uma equipa da USAID/ Washington e da «Management Systems International (MSI)» entre os dias 8 e 23 de Agosto de 2005, concluído em Dezembro e depositado em Moçambique há dias.

O relatório é demolidor mas aponta caminhos de onde se vislumbra solução. Diz expressamente e sem rodeios que o nível e âmbito da corrupção em Moçambique constituem motivo de alarme e podem mesmo comprometer a paz, considerando-a "síntoma de fragilidades ao nível democrático e de governação existentes no País" as quais sendo "estruturais amplificam uma ameaça que tem o potencial de minar o progresso futuro de Moçambique".

É objectivo e concreto. Afirma sem rodeios que em Moçambique há "desvio de valores significativos dos cofres do Estado"; "mau comportamento e abusos" como por exemplo "favoritismo e nepotismo nas nomeações e aquisições do Estado, conflitos de interesses e transacções internas que beneficiam amigos, parentes e aliados

políticos" e ainda "decisões, de partidos políticos e eleitorais, que reduzem as escolhas democráticas e a participação dos cidadãos".

O relatório fala também objectivamente em "inquietantes alegações de ligações entre funcionários corruptos do governo e o crime organizado".

O documento classifica, esta doença que está dar cabo de Moçambique, a dois níveis: o dos "pequenos casos de corrupção administrativa", que se verifica a níveis de postos de controlo policial, unidades sanitárias, escolas e departamentos do governo" e o dos "casos graves de grande corrupção e de apropriação do Estado a níveis mais altos do governo".

É denominador comum do relatório da USAID que a corrupção tem vindo a alastrar nos últimos 20 anos, "tendo agora atingido praticamente todos os sectores, funções e níveis do governo".

"O nível e o âmbito da corrupção em Moçambique atingiram níveis alarmantes e potencialmente representa um risco para a governação democrática nascente no país".

Resultados de pesquisas ao fenómeno da corrupção, que vem sendo publicados desde 2002, sempre revelam o quão a

galope está este cancro. Em Dezembro de 2004, um estudo encomendado pelo governo a Unidade Técnica de Reforma no Sector Público (UTRFSP), e que foi dirigido pela Austral Consultores, colocava os três poderes na dianteira da corrupção. O estudo da USAID, vem adicionar "lenha na fogueira". Cerca de ano e meio depois de iniciada a governação de Armando Guebuza, que apresenta como um dos seus cavalos de batalha a "luta contra a corrupção", o relatório chega a questionar se haverá de facto vontade política para isso.

"É já grande a corrupção ao nível da Elite que define e limita a capacidade até mesmo dos indivíduos corajosos que pretendem fazer a diferença", constata os produtores do documento.

Eles dizem a certa altura do vasto relatório que debelar-se este estado endémico a que se chegou "é uma questão de vontade política do governo" e de "transparência do governo".

Aos doadores são pedidas acções, deixando subjacente a ideia de que possam estar, com a passividade até aqui demonstrada, a ser um dos principais estimuladores do estado calamitoso a que chegou a ética em Moçambique. Dizem os produtores do relatório, a dada altura, que em Moçambique a corrupção "é política e não técnica" pelo que aos "doadores" se pede que "desempenhem um papel crucial através da coordenação das suas mensagens e esforços ao mais alto nível".

Lê-se também no documento a que temos estado a fazer referência que "a grande corrupção - a partidização das elites em esforços com vista a consolidar e a proteger a sua parte do poder e da riqueza - constitui o problema crítico em Moçambique".

"Sem mudanças significativas nos incentivos destas elites, é pouco provável que a forte liderança política necessária para alterar os factores que incentivam um comportamento corrupto ao nível administrativo se venha a materializar".

Entre os factores que facilitam o alastramento da grande corrupção o estudo destaca as seguintes: "Domínio de um único partido e falta de controlo e fiscalização; Fusão dos interesses políticos e económicos da elite; Norma jurídica limitada e impunidade por comportamento corrupto; Alegada ligação entre a

corrupção e o crime

organizado; Falta de transparência e de acesso à informação; Mecanismos de responsabilização inadequados; Tolerância popular da corrupção e receio de retaliação; Burocracia politizada e ineficaz e o legado social".

O estudo aborda a corrupção por sectores, sendo dissecado o fenómeno na Justiça, Saúde e Educação. A corrupção é também vista à lupa nas funções do Governo, Finanças Públicas e Orçamento, Aquisições do Estado, Alfândegas e Inspeções.

Os municípios e os partidos políticos não escaparam ao observatório da USAID. (Luís Nhachote)

Fonte: Jornal Canal de Moçambique, 6.6.2006, p.p. 1-2.

ANEXO (I): Artigo que descreve como se protegem os mentores da corrupção em Moçambique e a ameaça da retirada do apoio dos doadores ao país.

PELA CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

USAID responsabiliza Mangaze

– Presidente do TS é tido como “interlocutor das elites políticas, quando interesses importantes destas desaguam nos tribunais”

Uma pesquisa sobre corrupção em Moçambique, encomendada pela USAID e recentemente divulgada, revela que o há 18 anos presidente do Tribunal Supremo (TS), Mário Bartolomeu Mangaze, possui uma “porção significativa de culpa pela morosidade das reformas” no sector da justiça, o que contribui, segundo a fonte documental, para que o impacto dos investimentos que estão a ser realizados seja “muito baixo”.

“Mário Mangaze foi indicado presidente do TS em 1988 e a sua permanência no cargo foi renovada pelo então presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, a escassas semanas das eleições presidenciais e legislativas de 2004”, frisa o relatório final da pesquisa.

O relatório sublinha que o presidente do TS é um “líder informal” – ferrenho apoiante da Presidência – que é classificado como sendo “interlocutor das elites políticas, quando interesses importantes destas desaguam nos tribunais”.

A fonte documental a que tivemos acesso refere, numa das suas passagens mais relevantes, que muitos dos

que foram entrevistados no âmbito da pesquisa encomendada pela USAID não hesitaram em afirmar que Mário Mangaze “é a cara do morosismo em que se encontram as reformas no judiciário”.

Da lista dos actores-chave do sistema de administração da justiça em Moçambique avançados pela pesquisa em causa constam o Ministério da Justiça, juízes, procuradores, advogados e a Polícia de Investigação Criminal (PIC), cujos agentes são recrutados pelo Ministério do Interior, mas que reportam o resultado do seu trabalho à Procuradoria-Geral da República (PG), dado que eles são investigadores criminais.

Predomínio do político

“Com o predomínio das considerações políticas no topo do judiciário, a natureza hierárquica do sistema torna difícil que juízes a níveis baixos possam resistir às interferências políticas ou que operem em moldes mais transparentes”, sublinha a pesquisa da USAID.

Este recente estudo sobre a corrupção no país, encomendado por um dos mais importantes e



Presidente do TS, Mário Mangaze

estratégico “parceiro de cooperação” de Moçambique, denuncia ainda o facto de o TS exercer um “controlo formal” sobre juízes a níveis relativamente baixos, dado que esta, na sua qualidade de mais alta instância de recurso, tem capacidade para subverter algumas decisões “politicamente incorrectas”.

Ao facto de o TS ser a mais alta instância de recurso em Moçambique, a pesquisa a que tivemos acesso

acrescenta outro ponto crítico: o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), presidido pelo presidente do TS, tem poder de rever decisões dos juízes, bem como de “promover, transferir e/ou punir juízes”.

O CSMJ dirige, igualmente, o Serviço de Inspeção Judicial, a quem cabe investigar os casos sobre os quais os juízes trabalham, bem como outras acções destes e do pessoal que

trabalha nos tribunais, em geral”, enfatiza o documento.

A pesquisa constatou serem poucas as inspecções que são realizadas, ao que acresce o facto de o CSMJ não ter, até aqui, “identificado o combate à corrupção como uma das suas prioridades”.

Em jeito de exemplo, o relatório final da pesquisa diz que, em 2004, o CSMJ avaliou casos disciplinares envolvendo 8 (oito) juízes e 17 (dezoito) oficiais de justiça: muitos sofreram sanções disciplinares, mas estas, em quase todos os casos, tiveram a ver com alcoolismo, e não com corrupção e outros atropelos.

Juízes “editam” suas decisões

A fonte documental a que temos vindo a citar denuncia ainda que, face à gravidade da situação, muitos juízes preferem calcular, por si mesmos, o que pode garantir que continuem a ocupar os seus postos sem crises, por via do que tudo fazem para não tomar decisões arriscadas.

“Assim, juízes apenas “editam” as suas decisões, de forma a evitarem que as

sentenças sejam depois subvertidas, o que possui o risco de eles poderem, potencialmente, passar a ser tidos como politicamente desalinhados. Nalguns casos, os juízes apenas respondem às expressões de interesse feitas por juízes de níveis acima, que as fazem chegar a eles em jeito de transmissão de experiência”.

De acordo com a pesquisa da USAID, os agentes da PIC também são parte do problema. Não se diz se eles são menos ou mais corruptos que juízes e procuradores, mas que “é factual que operam num contexto de controlo político”.

“A PIC é considerada como o elo mais fraco no quadro” de instrução processual. “Ela tem a responsabilidade de investigar e providenciar evidências sobre os casos que chegam ao judiciário, por via do que esta possui fortes possibilidades de influenciar o processo todo. Assim, a troco de algum favor, os investigadores desta (PIC) “assessoram” os suspeitos ou acusados sobre como se devem defender, ou os avisam sobre rusgas que estejam para ser feitas”.

Doadores ameaçam retirar apoio

- E dizem que urge actuar-se sobre os “empecilhos às reformas”

Os principais doadores de Moçambique no decorrente processo de reformas na administração da justiça não excluem, segundo a pesquisa da USAID, a possibilidade de diminuírem, ou mesmo retirarem, os apoios que estão a providenciar a Moçambique.

Eles consideram que, a esta altura, já não fazem sentido justificações segundo as quais não se registam melhorias devido à inexistência de gente capacitada, dado que, no quadro destas parcerias, muitos quadros já se viram

devidamente treinados e especializados.

Segundo a pesquisa, os doadores só poderão continuar a apoiar as reformas no judiciário se forem dadas mostras de transparência e de prestação de contas.

A USAID, como tal, não disponibiliza apoios muito significativos a este sector, mas a DANIDA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fazem-no há vários anos.

Os doadores dizem que urge, pois, actuar-se sobre os

que se mostram como “empecilhos às reformas”, sem o que todo o esforço redundará em fracassos atrás de fracassos. “Algo tem que ser feito sobre aqueles que não deixam os casos avançarem”, sublinha a pesquisa da USAID.

O relatório completo da pesquisa que temos vindo a citar está disponível no “site” da embaixada Americana em Maputo, com o seguinte endereço:

http://maputo.usembassy.gov/corruption/assess-ament-mozambique_final_report_december_16_2005

Fonte: Jornal Zambeze: 8 de Junho de 2006 (Destaques - p. 3).

ANEXO (J): Artigo que descreve a posição dos EUA perante a prevalência da corrupção em Moçambique.

Caso prevaleçam os índices de corrupção em Moçambique

EUA ameaçam cortar ajuda

Lázaro Mabunda

A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) elaborou um relatório sobre a corrupção em Moçambique e concluiu que a maior preocupação reside na alegada ligação entre a corrupção e o crime organizado. No referido relatório que O País teve acesso em primeira mão, os americanos emitem uma ameaça: "O Governo dos Estados Unidos também se arrisca a enviar sinais não claros se não for enfatizada uma governação responsável em todas as suas interações e programas em Moçambique, incluindo os da USAID e qualquer acordo do Desafio do Milénio..."

É um relatório de 67 páginas que relata a situação da corrupção em Moçambique, pecando por não apresentar dados comprovativos da prevalência dos índices da corrupção. Analisa o fenómeno "corrupção", desde a actuação do Governo anterior até ao actual, e evoca os pontos fracos e as razões do alastramento deste fenómeno. Critica duramente o Governo de Joaquim Chissano, visto como o principal culpado pela expansão da corrupção, e toca elogios ao novo Governo pelos discursos enérgicos e movimentação de quadros feitas ao nível das instituições públicas, para além das medidas que visam a descentralização dos procedimentos administrativos e outros.

O documento revela que a corrupção tem vindo a se alstrar rapidamente nos últimos 20 anos, tendo, agora, atingido praticamente todos os sectores, funções e níveis do Governo. O nível e o âmbito da corrupção em Moçambique alcançaram pontos alarmantes e representam um risco para a governação democrática nascente do país. Ela é tão endémica que se tornou "norma" para os cidadãos e homens de negócios, os quais a toleram para conseguir que os assuntos sejam resolvidos e ter acesso aos serviços públicos básicos.

A corrupção no sector público em Moçambique tem consequências devastadoras na vida económica, política e social do país. Ela afasta os investidores nacionais e estrangeiros, cria vantagens injustas para alguns e reduz as expectativas para os pobres. "A corrupção constrange a governação democrática, pois mina o processo judicial,

desmantela o estado de direito e reduz a prestação de serviços públicos essenciais, em particular aos pobres. Penetra profundamente no tecido social e cultural do país, chegando a parecer que os moçambicanos estão conformados a viver com a corrupção porque não vêem de que forma a podem evitar", diz o relatório.

Este fenómeno, em Moçambique, é amplamente sintomático da falta de controlo e fiscalização dos três braços do Governo, falta de transparência, acesso limitado à informação, ausência de responsabilização mínima dos funcionários eleitos e uma cultura de impunidade em que a corrupção persiste, porque ela "é vista como sendo uma actividade de baixo risco e de grande recompensa. Infelizmente, por causa dos seus efeitos corrosivos sobre a transparência, responsabilização e credibilidade do Governo, se não for controlada, irá, inevitavelmente, corroer a legitimidade dos funcionários eleitos e enfraquecer ainda mais a participação e os valores democráticos na definição de políticas, na eficácia das instituições públicas e no estado de direito".

A preocupação

O estudo refere que é a grande corrupção ao nível da elite que define e

limita a capacidade até de indivíduos corajosos que pretendem fazer a diferença. E constituem motivo de preocupação contínua em relação à corrupção as alegações de possível conivência, ou mesmo envolvimento activo de indivíduos "do Governo" ou

a responsabilização serão particularmente importantes num futuro próximo, à medida que Moçambique for desenvolvendo e expandindo as suas indústrias extractivas e metalúrgicas. O alumínio, a energia, o carvão e o gás natural são as novas fontes de receitas que o país tem, representando 75% das exportações nacionais brutas.

Estas "vacas leiteiras" re-

canismos de controlo inadequados para detectar os abusos; a aplicação arbitrária da lei para favorecer pessoas com ligações políticas; a impunidade dos que têm riqueza e ligação com os poderosos ao nível político; para além da inexistência de um envolvimento considerável e significativo da sociedade civil no Governo, a fraca capacidade da sociedade civil, ambiente de secretismo e opacidade penetrantes no Governo e nos partidos políticos.

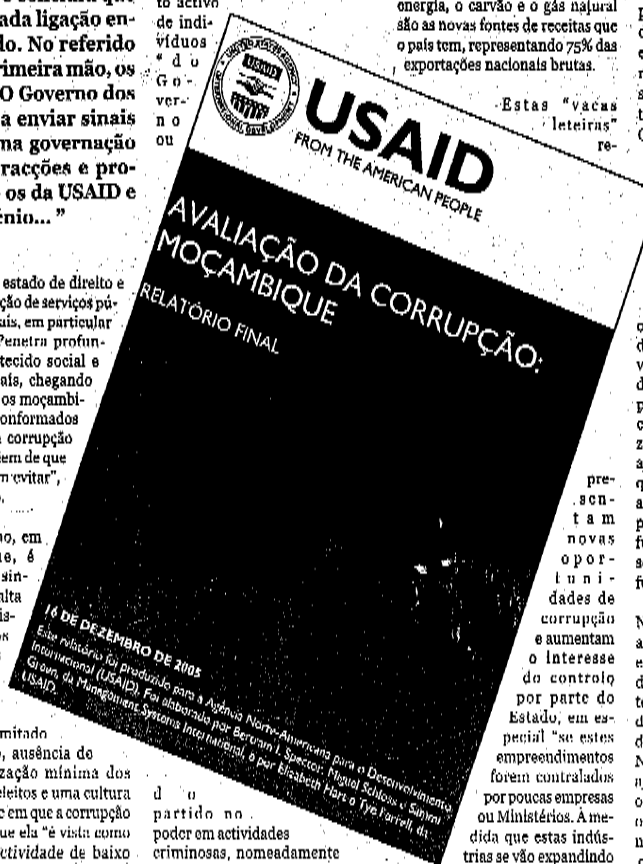
Os desafios aos doadores

O relatório relata igualmente as inquietações dos doadores e refere que "o que está claro é que os fundos dos doadores destinados ao desenvolvimento, muitas vezes, têm o efeito não desejado de enriquecer ainda mais uma pequena elite de indivíduos ricos e politicamente poderosos, reduzindo assim o impacto global da ajuda ao desenvolvimento. Mesmo quando os fundos dos doadores são auditados e devidamente geridos podem servir para libertar outros fundos do Governo, que também serão indevidamente utilizados por funcionários públicos".

Numa outra abordagem, refere que a abertura de Moçambique à ajuda externa e os montantes avultados de assistência dos doadores que tem recebido permitirão ao país dar passos importantes na modernização e redução da pobreza. No entanto, "os índices elevados de ajuda podem ter o efeito de reduzir o incentivo de o Governo utilizar os seus recursos de forma eficaz no interesse público, uma vez que os montantes avultados de ajuda impedem a cobrança de impostos e competem com as oportunidades de assistência dentro de um país com uma capacidade muito limitada de absorver fundos de uma maneira eficaz".

Aliado a outros factores, este aspecto criou uma situação em que o Governo tem uma maior responsabilização perante os doadores do que perante os próprios cidadãos. Na falta de uma fiscalização e controlo por parte da Assembleia da República "forte e enajada",

(2) →



do partido no poder em actividades criminosas, nomeadamente no tráfico de droga, lavagem de dinheiro e desvio de fundos públicos. Os assassinatos de pessoas importantes parecem estar directamente ligados aos esforços de silenciar os que pretendem desmascarar os procedimentos ilícitos, aponta o relatório que adianta ainda que esta atmosfera de ilegalidade não melhorou nos últimos anos e exacerbou ainda mais a capacidade reduzida de governação.

As vacas leiteiras

De forma contundente e sem rodeios, o documento que temos vindo a citar diz que a capacidade de

Mais, destaca que o uso abusivo dos cargos públicos para ganhos particulares em Moçambique é incitado por vários factores no ambiente institucional e político, nomeadamente: o domínio, por partido único, de todos os braços do Governo, facto que mina o conceito e a prática de controlo e fiscalização; uma falta de responsabilização directa perante os cidadãos e me-

Fonte: Jornal o "País" 9.06.2006 - (Económico-pano de fundo) pág. 2.

4. (2)

de um poder judicial "respeitado e eficaz" e de uma sociedade civil "vibrante e activa", os doadores são, de facto, "o eleitorado mais poderoso para introduzir mudanças no país".

O documento é severamente crítico em relação ao comportamento dos doadores. "Muitas vezes, os doadores transmitem mensagens fortes apelando para a reforma, mas as suas ações nem sempre se coadunam com a retórica. Este aspecto foi muito notório em 2001 e 2003, altura em que o Grupo Consultivo dos Doadores apoiou para esforços agressivos por forma a se fazer face aos escândalos bancários em Moçambique, mas depois aumentou o valor atribuído a Moçambique acima do que o país tinha solicitado".

É neste contexto que o relatório faz revelações aparentemente preocupantes para o nosso Governo. "O Governo dos Estados Unidos também se arrisca a enviar sinais não claros se não for enfatizada uma governação responsável em todas as suas interacções e programas em Moçambique, incluindo a programação da USAID e qualquer eventual acordo do Desafio do Milénio".

Factores de alastramento da corrupção

São vários os factores que o relatório aponta como sendo os que facilitam o alastramento da corrupção no país em vários sectores e funções do Governo. Dentre os vários, há que destacar os seguintes: o domínio de um único partido e falta de controlo e fiscalização; a fusão dos interesses políticos e económicos da elite; a norma jurídica limitada e impunidade por comportamento corrupto; a alegada ligação entre a corrupção e o crime organizado; a falta de transparência e o acesso à informação. "Neste ponto, o documento refere que "é difícil conseguir informação oficial. Os orçamentos são publicados, mas não ao nível dos detalhes ou num formato que permita uma análise significativa. Normalmente não existem dados sobre as despesas, leis, procedimentos, regulamentos, decisões judiciais, nem as listas de preços referentes aos serviços públicos são de fácil acesso".

Mais, não existe uma legislação que exija que os funcionários públicos declarem abertamente os seus bens, o que faz com que seja ainda mais difícil determinar se estão ou não ligados ao crime organizado ou envolvidos em práticas corruptas.

São também factores de alastramento da corrupção os mecanismos de responsabilização inadequados; a tolerância popular da corrupção e receios de retaliação, ou seja, existência generalizada de uma cultura de não reclamar em relação à corrupção - "deixar andar e não levantar a onda"; a burocracia politizada e ineficaz, quer dizer, as actividades da função pública estão sujeitas à manipulações políticas; e o legado social.

O mérito do novo Governo

Diz o documento que, apesar do quadro nada encorajador, foram identificados vários factores que inibem o alastramento da corrupção em Moçambique, dos quais se destacam o novo Governo que, à entrada, fez discursos enérgicos sobre o combate ao fenómeno. "A recente expulsão de alguns funcionários por incompetência pode ser uma indicação da vontade política de materializar este discurso, embora neste momento não esteja claro se estas ações são guiadas por um desejo real de mudar o *status quo*, pela necessidade política de criar uma percepção de diferença em relação ao anterior regime ou simplesmente pela necessidade de aplacar a insatisfação dos doadores e do público".

Por outro lado, constituem também factores de inibição as instituições de combate à corrupção, como são os casos do Gabinete Central de Combate à Corrupção e a Unidade Técnica de Reforma do Sector Público; os programas de descentralização dos procedimentos administrativos, em que os funcionários públicos passam a prestar contas ao seu eleitorado; o sistema de gestão das finanças públicas; entre outros.

Judicial: o mais problemático

O relatório da USAID sobre a corrupção em Moçambique dá grande destaque a este sector que o considera de "um dos mais problemáticos em Moçambique". As manipulações, o controlo político do topo, a soltura de suspeitos-chave, são apontadas como sendo "as principais falhas do sistema".

Os tribunais moçambicanos, segundo escreve, são vistos não apenas como um local propício à corrupção, mas também

Alás, refere, uma vasta gama de reformas legais e de procedimentos revelou "um avanço lento e inexistente".

Como consequência disso, os doadores ponderam a possibilidade de "reduzir ou cancelar a sua assistência aos tribunais".

As falhas do sistema

De acordo com o mesmo relatório, dos actores-chave do sector judicial, o Tribunal Supremo, especificamente o seu Presidente, dão o exemplo: exercem influência considerável sobre todos os tribunais de mais baixa instância. "Os juizes são nomeados através de um sistema de admissão ao Instituto de Formação Jurídica, que é nominalmente por mérito, e a equipa não viu grandes preocupações quanto à manipulação do processo de nomeações neste nível básico, embora o nepotismo e o recurso a contactos políticos com vista à obtenção dos cargos desejados sejam um problema universal em Moçambique".

Refere o documento que considerações de ordem política desempenham um papel muito claro nas nomeações nos níveis mais altos, em particular no Tribunal Supremo, onde, quer o presidente, assim como o vice-presidente, são nomeados pelo Presidente da República.

Recorda ainda que o actual presidente daquela instituição de justiça, Mário Mangaze, foi nomeado em 1988 e a sua comissão foi renovada pelo ex-estadista moçambicano, Joaquim Chissano, algumas semanas antes da realização das eleições de 2004. "Trata-se de um elemento resoluto da Frente que é largamente considerado como sendo um interlocutor chave para os dirigentes políticos quando estão em causa os interesses importantes nos tribunais".

Com essas considerações de ordem política a dominarem o nível mais

alto do sistema dos tribunais, "a natureza hierárquica do poder judicial moçambicano dificulta que os juizes de mais baixa instância evitem a interferência política e funcionem de uma maneira mais transparente".

Mais, destaca que o Tribunal Supremo exerce um controlo formal sobre os juizes de instâncias mais baixas através da sua capacidade de rejeitar recursos e também através do funcionamento do Conselho Superior de Magistratura Judicial, chefiado pelo próprio presidente do Tribunal Supremo, o qual tem poderes para avaliar o desempenho e rever as decisões dos juizes, assim como para promover, transferir e/ou instaurar processos disciplinares aos juizes.

Por outro lado, a Polícia de Investigação Criminal é considerada "o elo mais fraco" da cadeia da justiça penal. Nesta área, aceitar suborno para "perderem" partes cruciais das provas é uma prática alegadamente comum.

Relativamente às razões dessa vulnerabilidade, o relatório destaca o pessoal, ou seja, o mau desempenho do sistema judicial deve, em parte, às limitações impostas pela escassez de recursos humanos, para além dos procedimentos arcaicos e ineficazes.

A aquisição de bens

Moçambique ainda tem que desenvolver um sistema abrangente de aquisição do Estado, bem como mecanismos de fiscalização das referidas aquisições. Este processo é descentralizado aos Ministérios, alguns dos quais possuem implantadas melhores estruturas de que os outros para a protecção do interesse público. Contudo, "mesmo os melhores sistemas (...) apresentam algumas falhas estruturais críticas. A grande e pequena corrupção no processo de aquisição constituem graves problemas".

O relatório responsabiliza os doadores pela deficiência que o nosso país apresenta nesta área. "A maior parte dos doadores exigem que o processo de aquisição de bens e serviços siga as suas próprias directrizes e que esteja sob estreita supervisão. Por vezes, eles adquirem os bens e serviços por si mesmos", o que criou défice nesse sector, no país.

5. Corrupção nos Sectores do Governo

5.1 Sector Judicial

O sector judicial foi identificado pelos inquiridos no inquérito sobre a corrupção de 2003, assim como por muitas pessoas entrevistadas para este trabalho, como um dos sectores mais problemáticos em Moçambique. Com efeito, os tribunais em Moçambique são vistos não apenas como um local propício à corrupção, mas também como um dos mais problemáticos em Moçambique. As manipulações, o controlo político do topo, a soltura de suspeitos-chave, são apontadas como sendo "as principais falhas do sistema".

Os tribunais moçambicanos, segundo escreve, são vistos não apenas como um local propício à corrupção, mas também

Alás, refere, uma vasta gama de reformas legais e de procedimentos revelou "um avanço lento e inexistente".

Como consequência disso, os doadores ponderam a possibilidade de "reduzir ou cancelar a sua assistência aos tribunais".

As falhas do sistema

De acordo com o mesmo relatório, dos actores-chave do sector judicial, o Tribunal Supremo, especificamente o seu Presidente, dão o exemplo: exercem influência considerável sobre todos os tribunais de mais baixa instância. "Os juizes são nomeados através de um sistema de admissão ao Instituto de Formação Jurídica, que é nominalmente por mérito, e a equipa não viu grandes preocupações quanto à manipulação do processo de nomeações neste nível básico, embora o nepotismo e o recurso a contactos políticos com vista à obtenção dos cargos desejados sejam um problema universal em Moçambique".

Refere o documento que considerações de ordem política desempenham um papel muito claro nas nomeações nos níveis mais altos, em particular no Tribunal Supremo, onde, quer o presidente, assim como o vice-presidente, são nomeados pelo Presidente da República.

Recorda ainda que o actual presidente daquela instituição de justiça, Mário Mangaze, foi nomeado em 1988 e a sua comissão foi renovada pelo ex-estadista moçambicano, Joaquim Chissano, algumas semanas antes da realização das eleições de 2004. "Trata-se de um elemento resoluto da Frente que é largamente considerado como sendo um interlocutor chave para os dirigentes políticos quando estão em causa os interesses importantes nos tribunais".

Com essas considerações de ordem política a dominarem o nível mais